

Prospectiva (Frutal).

BUDISMO TIBETANO E DIREITO BRASILEIRO SOB O PRISMA DOS FILÓSOFOS OCIDENTAIS E DA NOVA TRADIÇÃO KADAMPA.

Thalles Soares Oliveira.

Cita:

Thalles Soares Oliveira (2016). *BUDISMO TIBETANO E DIREITO
BRASILEIRO SOB O PRISMA DOS FILÓSOFOS OCIDENTAIS E DA NOVA
TRADIÇÃO KADAMPA*. Frutal: Prospectiva.

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/repositorio.digital.uemg.frutal/19>

ARK: <https://n2t.net/ark:/13683/pZsz/dzs>



Esta obra está bajo una licencia de Creative Commons.
Para ver una copia de esta licencia, visite
<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/deed.es>.

Acta Académica es un proyecto académico sin fines de lucro enmarcado en la iniciativa de acceso abierto. Acta Académica fue creado para facilitar a investigadores de todo el mundo el compartir su producción académica. Para crear un perfil gratuitamente o acceder a otros trabajos visite: <https://www.aacademica.org>.

THALLES SOARES OLIVEIRA



**Direito brasileiro e ética no budismo
tibetano sob o prisma dos filósofos
ocidentais e da nova tradição kadampa**

COLEÇÃO
Produzir Cidadania

EDITORA
PROSPECTIVA

THALLES SOARES OLIVEIRA

**BUDISMO TIBETANO E DIREITO
BRASILEIRO
SOB O PRISMA DOS FILÓSOFOS
OCIDENTAIS E DA NOVA TRADIÇÃO
KADAMPA**

**Frutal-MG
Editora Prospectiva
2015**

Copyright 2015 by Thalles Soares Oliveira

Capa: Jessica Caetano

Foto de capa: Internet

Revisão: Alex Augusto Santana

Edição: Editora Prospectiva

Editor: Otávio Luiz Machado

Assistente de edição: Jéssica Caetano

Conselho Editorial: Antenor Rodrigues Barbosa Jr, Flávio Ribeiro da Costa, Leandro de Souza Pinheiro, Otávio Luiz Machado e Rodrigo Portari.

Contato da editora: editorapropectiva@gmail.com

Página: <https://www.facebook.com/editorapropectiva/>

Telefone: (34) 99777-3102

Correspondência: Caixa Postal 25 – 38200-000 Frutal-MG

O148d Oliveira, Thalles Soares.
Ética no budismo tibetano sob o prisma da nova tradição
kadampa / Thalles Soares Oliveira – Frutal: Prospectiva, 2015.

195 f.

ISBN: 978-85-67463-89-6

1. Direito. 2. Ética. 3. Budismo.. I. Oliveira, Thalles Soares.
II. Universidade do Estado de Minas Gerais. III. Título.

CDU 347.513

DEDICATÓRIA

Dedico esta monografia a todos os meus familiares, em especial aos meus pais, pelo apoio e incentivo durante a realização deste trabalho.

AGRADECIMENTOS

Ao grande mestre Dr. Renato Toller Bray pela dedicação e empenho na realização deste trabalho, que sem sua importante ajuda não teria sido concretizado.

Aos meus pais, Gilmar de Oliveira e Augusta Maria Soares, que me ensinaram a não temer desafios e a superar os obstáculos com humildade.

Ao meu primo Rogerio Oliveira que sempre esteve ao meu lado quando precisei.

Aos professores Fabrizio Rodrigues Ferreira e Andréa das Graças Souza Camacho Gimenez Garcia por fazerem parte da banca examinadora.

Aos professores Fabrizio Rodrigues, Ronaldo Fenelon e Flavio Ribeiro, pelos incentivos e sugestões dadas para a realização da monografia.

Aos meus colegas de classe pelo incentivo e apoio durante a realização do trabalho.

A toda comunidade budista que tem papel importante para a manutenção dos ensinamentos do príncipe Sidarta.

Agradeço aos funcionários terceirizados e técnico-administrativos da Universidade do Estado

de Minas Gerais, que para alguns são quase invisíveis, mas que são de extrema importância para a melhoria da qualidade de ensino, pois apesar de terem seu serviço burocratizado pelo estado não poupam esforços e dedicação ao desempenharem suas funções.

Aos meus amigos José Bruno Belo Penha, Rômulo Reis, Guilherme Alfeu, Raphael Macedo de Oliveira e Augusto César pelo incentivo, apoio e palavras de sabedoria durante a realização do trabalho.

Ao reitor Dijon Moraes Junior que com muito esforço tem disseminado o ensino superior gratuito e de qualidade por toda Minas e em especial as Gerais.

À saudosa Santuza Abras, antiga vice-reitora, que tem dedicado sua vida para que tenhamos uma educação digna, e que sempre, dentro do possível, atendeu os estudantes com grande disposição e empenho para o andamento de projetos de suma importância para esta autarquia.

E aos demais que, de alguma forma, contribuíram na elaboração desta monografia.

SUMÁRIO

DEDICATÓRIA	04
AGRADECIMENTOS	05
PREFÁCIO	10
INTRODUÇÃO	12
1. ORIGEM DE UMA NOVA ÉTICA	15
1.1. A vida de Buda	15
1.2. As quatro nobres verdades	24
1.2.1. Sofrimento	28
1.2.2. Origens	31
1.2.3. Cessações	34
1.2.4. Caminho	37
1.2.4.1. Disciplina moral	41
1.2.4.2. Concentração	42
1.2.4.3. Sabedoria	43
1.3. Delusões	45
1.3.1. Apego desejoso	52
1.3.2. Raiva	54
1.3.3. Ignorância	56

2. CARMA	61
2.1. O que é carma?	61
2.2. A lei do carma	66
3. RESULTADO DE NOSSAS AÇÕES	71
3.1. Ações	71
3.1.1. Fatores que determinam o poder das ações .	76
3.1.2. Ações contaminadas	81
3.2. Ações não virtuosas	84
3.2.1. Matar	90
3.2.2. Roubar	95
3.2.3. Má conduta sexual	97
3.2.4. Mentir	99
3.2.5. Discurso divisor	102
3.2.6. Discurso ofensivo	104
3.2.7. Tagarelice	107
3.2.8. Cobiça	108
3.2.9. Malevolência	110
3.2.10. Adotar visões errôneas	112
3.3. Ações virtuosas	114

4. ÉTICA E BUDISMO	118
4.1. Ética ou moral?	118
4.2. Ética no cotidiano	121
4.3. Direito e moral	129
4.4. Direito e budismo	141
4.5. Disciplina moral	146
4.5.1. Disciplina moral de abstenção	152
4.5.2. Disciplina moral de reunir dharma virtuosos	153
4.5.3. Disciplina moral de beneficiar os seres vivos	154
CONCLUSÃO	157
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	164
GLOSSÁRIO	167

PREFÁCIO

Esta obra transcende os dogmas do positivismo jurídico tão presente no mundo do Direito. Ela contribui para a reflexão da ausência do texto de lei num modelo de sociedade que obedece aos preceitos éticos do Budismo. De fato é verdade.

O Direito Penal, por exemplo, se tornaria inútil diante de homens prudentes, responsáveis e pacíficos. A força da religião é dominada pelos códigos de moralidade capazes de transpor os imperativos da legalidade. Os preceitos religiosos possuem uma forte carga de universalidade, enquanto que os preceitos jurídicos estão fadados aos limites temporais de uma dada sociedade. A obra também contribui para refletirmos sobre o esgotamento de nossos modelos jurídicos caducos e que estão a serviço do capital. A ética budista defende o desapego às ambições e desejos que escravizam a criatura humana, buscando sentido e referência às visões de mundo. Numa sociedade dominada pelo capital e pela extravagância do consumismo parece não haver espaço para homens que defendem valores opostos. A ética Budista é refratária a toda forma de alienação e apego aos valores materiais. As relações

permeadas pela solidariedade, distributivas, pacificadoras e as ações que colocam o homem em equilíbrio para com o meio ambiente tratam-se de valores que transcendem a toda norma, a toda estrutura econômica que transforma o ser humano em escravo do capital. Em síntese, a ética do Budismo é a antítese de tudo aquilo que já se encontra institucionalizado nas sociedades pós-industriais.

Diante da força ética do Budismo e de toda forma ética religiosa toda força destruidora sucumbe: transtornos de personalidade, abuso do poder, consumismo desenfreado, destruição do meio ambiente, tráfico de drogas, violência nas mais diversas modalidades etc.. Se os homens fossem transformados em “Budistas” em vez de meros consumidores certamente o direito penal tornar-se-ia praticamente desnecessário, posto que atrás de todo delito sempre existe um fundo de natureza econômica (uma ambição, uma inveja, uma lascívia, um apego às coisas materiais). Daí a contribuição da presente obra.

Professor Renato Toller Bray
Universidade do Estado de Minas Gerais
(UEMG), Unidade Frutal

INTRODUÇÃO

A referida monografia tem o intuito de analisar e compreender a ética da filosofia budista, que tem como objetivo alcançar a paz mundial, libertando todos os seres do sofrimento. Buda, como veremos, acreditava que todos os seres são iguais e possuem o potencial para serem bons e realizarem o bem a seus semelhantes.

Iniciaremos os estudos falando sobre a vida de Buda, o que nos ajudará a entender a importância do Sutra das quatro nobres verdades, para então partirmos para análise da lei do Carma, que é de extrema importância dentro das tradições do budismo tibetano, e por fim veremos como nossas ações – de corpo, fala e mente – nos afetam. Somente após a análise detalhada destes pontos partiremos para o ponto central desta monografia, e falaremos sobre a ética contida nos ensinamentos transmitidos por Buda Shakyamuni, que nos mostra como usar nosso livre arbítrio da melhor forma possível, de maneira que beneficie a nós e aos outros, mantendo uma conduta ética íntegra a partir do momento que passamos a analisar nossas próprias ações.

Os pontos que antecedem o tema central da ética budista são de suma importância pelo fato de

nos mostrarem os princípios que regem a filosofia de vida proposta por Buda Shakyamuni, além de tornar mais simples a compreensão do tema proposto.

Quando observarmos a vida de Buda, desde seu nascimento quando ainda era um príncipe, compreenderemos a questão que culmina no sofrimento de todos e que se quisermos nos livrar de tal sofrimento, temos que aprender a controlar a nossa mente que é perturbada pelas delusões. Ao refletirmos sobre nossas ações, teremos a percepção de que devemos agir com mais amor e compaixão por todos os seres; e quando compreendermos a lei do carma veremos que todo sofrimento vem da nossa própria ignorância e que somente iremos atingir o Nirvana, deixando conseqüentemente o Samsara, quando abandonarmos as nossas delusões (ou aflições mentais).

Assim, teremos a compreensão da forma com que o altruísmo e o desapego, dentre outras práticas diárias, podem nos auxiliar até que atinjamos a paz interior, cessando toda nossa raiva, ódio, avareza, orgulho, inveja, rancor, dentre outros sentimentos que são prejudiciais, a nós e aos outros. Também nos sentiremos mais de ajudar o próximo, pois sempre agiremos com amor e compaixão, que serão guiados sempre pela sabedoria.

Veremos também como os juristas – filósofos e historiadores do direito – classificam a ética, até onde há interferência da religião no direito e como interpretam a importância e influência dos ensinamentos de Buda para o direito. Por fim, falaremos da ética que na filosofia budista é tida como a disciplina moral, que é o principal meio para deixarmos de praticar ações não meritórias e passarmos a nos preocupar com os outros seres.

1. ORIGEM DE UMA NOVA ÉTICA

Daqui em diante veremos como, bem antes de Jesus Cristo, muitos dos valores cultivados hoje no Ocidente, na verdade já eram pregados anteriormente no Oriente. Sendo que alguns são considerados institutos relativamente novos, em face do direito positivo, como a proteção ao meio ambiente.

1.1 A vida de Buda

Podemos dizer que o fundador do budismo foi Shakyamuni, sendo que Shakya representa a família real na qual nasceu, enquanto muni quer dizer “o capaz”. Ele nasceu em 624 a.C., em Lumbini.

O Buda que fundou a religião budista chama-se Shakyamuni. Shakya é o nome da família real no seio da qual ele nasceu e a palavra muni significa “o capaz”. Buda Shakyamuni nasceu em 624 a.C., em Lumbini, que na época fazia parte da Índia, mas hoje pertence ao Nepal. Sua mãe foi a rainha Mayadevi e seu pai, o rei Shudodana. (GYATSO, p. 3, introdução ao budismo, 2012)

Em uma noite a rainha Mayadevi, que viria a se tornar a mãe de Buda Shakyamuni, sonhara que um elefante branco entrava em seu útero, o que

significava que ela daria a luz a um ser puro e poderoso.

Certa noite, a rainha sonhou que um elefante branco descia do paraíso e ingressava em seu útero. Esse ingresso foi um presságio de que concebera um ser puro e poderoso, e a descida do elefante do paraíso um indício de que seu filho vinha do céu de Tushita, a Terra Pura de Buda Maitreya. (GYATSO, p. 3, introdução ao budismo, 2012)

Ao ver o filho, o rei teve a sensação de que seus desejos haviam sido realizados, deu-lhe o nome de Sidarta e convidou um brâmane para ver qual seria o futuro da criança. Porém as previsões não agradam muito ao rei, pois seu desejo era de que Sidarta se tornasse um grande rei e não um Buda.

Quando viu o filho, o rei sentiu que todos os seus desejos haviam sido satisfeitos e chamou o pequeno de Sidarta. Sua majestade convidou um brâmane vidente para fazer previsões sobre o futuro do príncipe. O vidente examinou a criança com sua clarividência e disse ao rei: “Há sinais de que o menino pode se tornar ou um rei chakravatin, líder do mundo inteiro, ou um Buda plenamente iluminado. Entretanto como a era dos reis chakravatin já passou, é certo que ele se tornará um Buda e sua influência benéfica se espalhará pelos

mil milhões de mundos, como os raios de um sol.”
(GYATSO, p. 4, introdução ao budismo, 2012)

O príncipe, às vezes, visitava a capital do reino e durante estas visitas deparou-se com doentes, velhos e cadáveres. Por ter compreensão das leis do renascimento, sabia que tais sofrimentos eram experienciados incontáveis vezes. Isso fez com que ele sentisse compaixão por todos os seres vivos, tendo o desejo de libertar todos desse ciclo incessante de sofrimento. Porém tinha a compreensão de que somente um Buda poderia fazer isso. Então decidiu deixar o reino Shakya e empenhar-se em meditação.

Sidarta, às vezes, visitava a capital do reino paterno para ver como o povo vivia. Durante tais passeios, entrou em contato com muitos idosos e doentes e, certa vez, viu um cadáver. Esses encontros deixaram forte impressão em sua mente, levando-o a perceber que todos os seres vivos, sem exceção, estão condenados a experienciar os sofrimentos do nascimento, da doença, do envelhecimento e da morte. Por compreender as leis da reencarnação, ele também entendeu que tais sofrimentos não acontecem uma vez, mas se repetem vida após vida sem cessar. [...] Sidarta viu com clareza que só um Buda plenamente iluminado possui a sabedoria e o poder necessários para ajudar todos os seres vivos. Então decidiu sair

do palácio e recolher-se à solidão da floresta, onde se empenharia em profunda meditação até alcançar a iluminação. (GYATSO, p. 4 e 5, introdução ao budismo, 2012)

Porém, o povo que tanto admirava seu príncipe não queria deixá-lo partir, então convenceram o rei a arranjar-lhe um casamento. Apesar de manter firme sua decisão de deixar o reino em que vivia, Sidarta aceitou casar-se com Yasodhara.

Ao perceber que o príncipe pretendia deixar o palácio, o povo do reino Shakya, na esperança de fazê-lo mudar de ideia, sugeriu ao rei que lhe arranjasse um casamento. O rei assentiu e não demorou a encontrar uma noiva condizente com a condição do príncipe. A jovem era filha de uma respeitável família Shakya e seu nome era Yasodhara. (GYATSO, p. 5, introdução ao budismo, 2012)

No entanto, aos 29 anos, o príncipe teve uma visão onde todos os Budas lhe disseram que ele havia assumido o compromisso de se tornar um Buda para beneficiar todos os seres e que já era hora de cumprir sua promessa. Após essa visão, Sidarta dirigiu-se até seus pais e pediu-lhes autorização para dirigir-se a floresta onde pretendia dedicar-se a meditação. O rei negou o pedido de seu filho e tentou usar de todos os

artifícios para não deixá-lo sair do reino Shakya. No entanto, a determinação de Sidarta era tão grande que, com o auxílio de um ajudante, conseguiu escapar do palácio e percorrer nove quilômetros cavalgando. Depois se despediu do ajudante, cortou o cabelo e os jogou para o céu. Um dos deuses presenteou o príncipe com uma túnica cor açafrão de um mendicante religioso.

Aos 29 anos, o príncipe teve uma visão, na qual todos os Budas das dez direções lhe apareceram e falaram em uníssono: “Anteriormente tomaste a decisão de te tornares um Buda Conquistador para ajudar todos os seres vivos, prisioneiros do ciclo de sofrimento. É chegada a hora de cumprir sua promessa.” O príncipe dirigiu-se imediatamente à presença dos pais e contou a eles sua intenção: “Desejo recolher-me a um lugar tranquilo na floresta, onde possa me empenhar em profunda meditação e rapidamente alcançar a plena iluminação. Então, serei capaz de recompensar a bondade de todos os seres vivos, especialmente a vossa, meus pais. Por tais razões solicito vosso consentimento para deixar o palácio.” Ao ouvir tais palavras, os pais ficaram chocados e o rei negou a permissão requerida. [...] o jovem príncipe fugiu com a ajuda de um fiel escudeiro. Depois de cavalgar cerca de nove quilômetros, ele desmontou e despediu-se do ajudante. Então cortou o cabelo e jogou-os para o céu, onde foram apanhados pelos deuses da Terra dos 33

Paraísos. Um deles presenteou o príncipe com as túnicas cor de açafão de um medicante religioso e Sidarta, em troca, ofereceu-lhes suas vestimentas reais. Foi desse modo que ele ordenou a si próprio. (GYATSO, p. 5 e 6, introdução ao budismo, 2012)

Sidarta foi para perto de Bodh Gaya, onde treinou por seis anos na meditação conhecida como “concentração semelhante ao espaço no Dharmakaya”. Quando percebeu que estava quase alcançando a iluminação, dirigiu-se até Bodh Gaya. Lá, sentado em uma árvore Bodhi, prometeu não sair da meditação antes de alcançar a libertação.

Sidarta dirigiu-se, então, para perto de Bodh Gaya, na Índia, onde encontrou um local adequado para meditar. Ali permaneceu enfatizando uma meditação denominada “concentração semelhante ao estado de Dharmakaya”, que consiste em se concentrar de modo estritamente focado na natureza última de todos os fenômenos. Depois de treinar nesta meditação durante seis anos, ele percebeu que estava muito próximo de alcançar a plena iluminação e andou até Bodh Gaya. Ali, num dia de lua cheia do quarto mês do calendário lunar, sentou-se em postura meditativa sob uma árvore Bodhi e jurou que não sairia da meditação antes de alcançar a perfeita iluminação. (GYATSO, p. 6, introdução ao budismo, 2012)

Durante a meditação, Mara Devaputra tentou atrapalhar a concentração de Sidarta de diversas formas para que ele não viesse a se tornar um Buda.

Ao cair da noite, Mara Devaputra, o chefe de todos os demônios deste mundo, tentou perturbar a concentração de Sidarta provocando aparições aterrorizantes. [...] Ao ver que o medo não faria Sidarta abandonar sua meditação, Mara Devaputra tentou distraí-lo emanando um séquito de mulheres sedutoras. Porém, Sidarta reagiu concentrando-se ainda mais profundamente. Assim, ele triunfou sobre todos os demônios deste mundo, motivo pelo qual, mais tarde, tornou-se conhecido como “Buda Conquistador”. (GYATSO, p. 6 e 7, introdução ao budismo, 2012)

Todavia, o chefe de todos os demônios não conseguiu triunfar sobre o príncipe Sidarta que conseguiu tornar-se um Buda, um ser que eliminou todas as obstruções mentais e conhece perfeitamente o passado, o presente e o futuro, sente compaixão por todos os seres, além de poder ajudar todos os seres a se libertarem do sofrimento.

Por ter acordado do sono da ignorância e eliminado todas as obstruções mentais, Buda conhece perfeitamente o passado, o presente e o futuro, de maneira simultânea e direta. Não há nada que um

Buda desconheça. Além disso, sua grande compaixão é inteiramente imparcial e inclui todos os seres vivos, sem exceção. Buda beneficia a todos com equanimidade, abençoando suas mentes e emanando muitas formas pelo universo. (GYATSO, p. 7, introdução ao budismo, 2012)

Quarenta e nove dias após ter alcançado o Nirvana – iluminação – os deuses Brahma e Indra pediram a Buda que passasse os ensinamentos adiante.

Passados 49 dias de sua iluminação, Buda foi solicitado, pelos deuses Brahma e Indra, a dar ensinamentos. (GYATSO, p. 7, introdução ao budismo, 2012)

Atendendo ao pedido dos deuses, Buda deu os ensinamentos da Roda do Dharma que, dentre muitos discursos, inclui o Sutra das Quatro Nobres Verdades e o Sutra Perfeição de Sabedoria, que são a principal fonte das escolas hinayana e mahayana, respectivamente.

Em resposta a essa súplica, Buda saiu da meditação e ensinou a primeira Roda do Dharma. Os ensinamentos dados nessa ocasião, que incluem o Sutra das Quatro Nobres Verdades e outros discursos são a principal fonte do hinayana, ou veículo menor

do budismo. Mais tarde, Buda ensinou a segunda e a terceira Rodas do Dharma que incluem os Suttas Perfeição de Sabedoria e o Sutra Discriminando a Intenção. Esses ensinamentos são as principais fontes do budismo mahayana, ou grande veículo. (GYATSO, p. 8, introdução ao budismo, 2012)

A palavra Dharma significa proteção, então se colocarmos em prática os ensinamentos de Buda – Roda do Dharma, estaremos protegidos de sofrimentos e problemas que se originam da ignorância.

Dharma significa “proteção”. Praticando os ensinamentos de Buda nos protegeremos de sofrimentos e problemas. Todos os problemas que experienciamos em nossa vida cotidiana originam-se na ignorância e praticar o Dharma é o método para eliminá-la. (GYATSO, p. 8, introdução ao budismo, 2012)

Assim, se colocarmos o Dharma em prática, estaremos no caminho certo para conquistarmos a paz interior. Por consequência, a paz exterior e mundial virá naturalmente.

Se incorporarmos tais ensinamentos em nossa vida diária, conseguiremos solucionar todos os nossos problemas internos e conquistaremos uma mente

serena. Sem paz interior a paz exterior é impossível. Se conquistarmos a paz interior por meio dos caminhos espirituais, a paz exterior virá com naturalidade; mas, se não o fizermos, nunca haverá paz mundial, por maior que seja o número de pessoas lutando por ela. (GYATSO, p. 9, introdução ao budismo, 2012)

Podemos perceber então como Buda Shakyamuni dedicou toda sua vida, afrontando até mesmo a própria família, para obter a liberdade dos sofrimentos e ensinar a todos os seres humanos como fazer o mesmo. Porque ele acreditava que, somente alcançando tal liberdade, alcançaríamos a paz interior. E cada um tendo essa paz, atingiríamos a paz mundial, ou seja, a fraternidade entre todos os povos.

1.2 As quatro nobres verdades

Como já foi dito, a palavra Dharma significa proteção, mais especificamente, proteção contra o sofrimento.

Sendo assim, veremos como os ensinamentos de Buda são o método científico mais eficaz para solucionar os problemas humanos, desde que colocados em prática.

Os ensinamentos de Buda são o método científico supremo para solucionar os problemas humanos. Se o colocarmos em prática com sinceridade, sem dúvida resolveremos nossos problemas e encontraremos o verdadeiro significado da nossa vida. (GYATSO, p. 4 e 5, como solucionar nossos problemas humanos, 2012)

Porém, devemos compreender em primeiro lugar que todos os problemas de nossa vida estão dentro de nossa mente e não fora dela, uma vez que sua natureza está nas sensações que nossa mente julga desagradáveis.

Problemas não existem fora da mente. A verdadeira natureza dos nossos problemas são as sensações desagradáveis, e estas fazem parte da nossa mente. Por exemplo, quando nosso carro apresenta um problema, costumamos dizer: “eu tenho um problema.” Mas, na realidade, o problema não é nosso e sim do carro. Nossos problemas surgem somente quando temos sensações desagradáveis. Os problemas do carro existem fora da mente, ao passo que nossos problemas estão dentro de nós. (GYATSO, p. 3, como solucionar nossos problemas humanos)

Assim, perceberemos como todos os problemas têm sua raiz nas delusões de apego e ignorância. São elas que fazem com que queiramos

satisfazer todos nossos desejos e faz com que quando não conseguimos realizar nossas expectativas fiquemos frustrados.

Todos os nossos problemas – as sensações desagradáveis – provêm das delusões de apego e ignorância do agarramento ao em si. Sendo assim, tais delusões são as causas principais dos nossos problemas. Temos forte apego por satisfazer nossos desejos e em nome disso trabalhamos incansavelmente ao longo da vida, experienciando muitas dificuldades e problemas. Quando nossos desejos não são satisfeitos, ficamos infelizes e deprimidos, o que frequentemente nos leva a sentir raiva e a criar mais problemas para nós e para os outros. (GYATSO, p. 4, como solucionar nossos problemas humanos, 2012)

Veremos também que o apego as nossas opiniões nos fazem sentir raiva quando somos contrariados e com isso só criamos mais problemas e sofrimentos. Podendo, uma divergência de opiniões, ocasionar até problemas políticos.

Porque temos forte apego por nossas visões, ou opiniões, quando alguém nos contraria surge imediatamente dentro de nós o problema das sensações desagradáveis. Isso nos faz sentir raiva e, com raiva, discutimos e brigamos com os outros, criando, assim, mais dificuldades. A maioria dos

problemas políticos vividos no mundo é causada por indivíduos que têm forte apego por suas opiniões pessoais. (GYATSO, p. 4, como solucionar nossos problemas humanos, 2012)

Por fim perceberemos que nunca encontraremos paz interior se não controlarmos nossas delusões.

Se nos mirarmos no espelho do Dharma, veremos por que nosso apego, raiva e especialmente a ignorância do agarramento ao em si são as causas de todos os problemas e sofrimentos que enfrentamos. Compreenderemos definitivamente que, se não controlarmos essas delusões, não poderemos solucionar nossos problemas humanos. (GYATSO, p. 4, como solucionar nossos problemas humanos, 2012)

Isso faz com que o Sutra das Quatro Nobres Verdades tenha uma importância primordial, pois é ele quem nos mostra como detectar o sofrimento, quais são suas origens e, qual o caminho para encontrarmos o tranqüilo permanecer.

*No Sutra das Quatro Nobres Verdades, Buda disse:
Deves conhecer os sofrimentos.
Deves abandonar as origens.
Deves alcançar as cessações.*

Deves praticar o caminho. (GYATSO, p. 7, como solucionar nossos problemas humanos, 2012)

Agora estudaremos cada um desses pontos de forma mais detalhada, para entender melhor essas quatro estrofes que não são tão simples.

1.2.1 Sofrimento

O sofrimento a que Buda Shakyamuni se refere no Sutra das Quatro Nobres Verdades é o das nossas vidas futuras, vez que, é ele quem nos fará usar esta vida, como seres humanos, com a mais pura intenção de nos libertarmos do sofrimento das próximas reencarnações. Se não tivermos esse desejo seremos como os animais que se preocupam apenas com a felicidade e o sofrimento desta vida.

Em geral, aqueles que padecem de dor física ou mental, incluindo os animais, reconhecem seu próprio sofrimento. Mas quando Buda diz “deves conhecer os sofrimentos”, ele está se referindo aos sofrimentos de nossas vidas futuras. [...] se não tivermos esse desejo, desperdiçaremos nossa preciosa vida humana buscando apenas a felicidade e a liberdade desta curta vida. Isso seria uma grande tolice, porque nossas intenções e ações não seriam diferentes das intenções e ações dos animais, que só se interessam

por esta vida. (GYATSO, p. 7, como solucionar nossos problemas humanos, 2012)

Há dois tipos de sofrimento: os internos e os externos. Os internos encontram-se no continuum do corpo e da mente de qualquer ser do samsara ou ciclo de renascimento. Enquanto que os externos são os que não estão no continuum de um ser Samsárico. Não necessariamente estes sofrimentos são experiências ruins ou dolorosas. Eles assim são chamados por serem a natureza dos seres sencientes. Os verdadeiros sofrimentos são os constantes renascimentos, os ambientes em que vivemos nossos prazeres, dentre outros que são efeitos das ações arremessadoras contaminadas.

Existem dois tipos de verdadeiros sofrimentos: verdadeiros sofrimentos internos e verdadeiros sofrimentos externos. Os verdadeiros sofrimentos internos são aqueles que estão no continuum do corpo e da mente de qualquer ser do samsara; por exemplo, os nossos atuais corpos e mentes. Enquanto que os verdadeiros sofrimentos externos são aqueles que não estão no continuum do corpo e da mente de qualquer ser senciente. Por exemplo: os diversos ambientes e os prazeres dos seres do samsara. Embora nem todos sejam sofrimentos no sentido de serem experiências dolorosas, são chamados de verdadeiros sofrimentos porque a natureza de todos eles é o sofrimento.

(GYATSO, p. 235 e 236, *caminho alegre da boa fortuna*, 2010)

Essas ações podem ser virtuosas ou não, sendo o resultado das ações arremessadoras os efeitos amadurecidos, similar à causa e ambiental. Assim, as ações arremessadoras virtuosas são as experiências dos reinos superiores do samsara – humanos, semideuses e deuses –, enquanto que as ações arremessadoras não virtuosas são as experiências dos reinos inferiores do samsara – animais, espíritos famintos e seres-inferno.

Existem dois tipos de ação arremessadora contaminada: ações arremessadoras não virtuosas e ações arremessadoras virtuosas. As ações arremessadoras não virtuosas acarretam três tipos de efeito: o efeito amadurecido, o efeito similar à causa e o efeito ambiental. Os efeitos amadurecidos das ações arremessadoras não virtuosas são os agregados dos seres-inferno, dos espíritos famintos e dos animais. Os efeitos similares à causa das ações arremessadoras não virtuosas são as sensações dolorosas dos seres-inferno, dos espíritos famintos e dos animais. Os efeitos ambientais das ações arremessadoras não virtuosas são os ambientes experienciados por seres-inferno, por espíritos famintos e por animais. Todos esses efeitos das ações arremessadoras não virtuosas são verdadeiros sofrimentos.

As ações arremessadoras virtuosas também acarretam três tipos de efeito: o efeito amadurecido, o efeito similar à causa e o efeito ambiental. Os efeitos amadurecidos das ações arremessadoras virtuosos são os agregados contaminados dos seres humanos, dos semideuses e dos deuses. Os efeitos similares à causa das ações arremessadoras virtuosas são os diferentes tipos de felicidade contaminada dos seres humanos, dos semideuses e dos deuses. Os efeitos ambientais das ações arremessadoras virtuosos são as moradas dos seres humanos, dos semideuses e dos deuses. Todos esses efeitos das ações arremessadoras virtuosas também são verdadeiros sofrimentos. (GYATSO, p. 236, caminho alegre da boa fortuna, 2010)

Fica claro então que o sofrimento muitas vezes é causado pelos prazeres das coisas boas, que são proporcionados para desfrutamos no planeta Terra, e não só pelo que consideramos ruins. Esses sofrimentos são os que nos arremessarão aos outros reinos do samsara.

1.2.2 Origens

Buda Shakyamuni nos mostrou que qualquer pessoa tem o potencial de se tornar um Buda. Todavia, primeiramente temos de conhecer as causas dos sofrimentos para então eliminá-las e alcançarmos

a libertação permanente do sofrimento – iluminação ou nirvana.

Todo ser vivo tem o potencial para se tornar um Buda, alguém que purificou por completo sua mente de todas as falhas e limitações e aperfeiçoou todas as suas boas qualidades. Nossa mente é como um céu nublado; sua essência é clara e pura, mas está encoberta pelas nuvens das delusões, ou aflições mentais. Assim como as mais densas nuvens por fim se dissipam no céu, até as nossas delusões mais graves também podem ser removidas da nossa mente. Delusões, ou aflições mentais, como ódio, avareza e ignorância, não são uma parte intrínseca da mente. Se aplicarmos os métodos adequados, elas poderão ser completamente eliminadas e experienciaremos a suprema felicidade da plena iluminação. (GYATSO, p. 1, oito passos para felicidade, 2013)

Isso faz com que esse ensinamento seja simples e claro. Ele nos diz que a verdadeira origem de todo nosso sofrimento são as delusões.

Este também é um conselho muito prático. As origens são principalmente nossas delusões do apego, raiva e ignorância do agarramento ao em-si. (GYATSO, p. 9, como solucionar nossos problemas humanos, 2012)

A causa de todo o sofrimento que faz com que permanecemos no ciclo de renascimento – samsara – são as delusões e as ações arremessadoras.

As verdadeiras origens são todas as poderosas delusões e todas as ações arremessadoras – quer as virtuosas quer as não virtuosas –, que são motivadas por fortes delusões, suas principais causas. (GYATSO, p. 237, caminho alegre da boa fortuna, 2010)

O agarramento ao em-si é uma das piores delusões, pois não nos deixa ver a realidade como realmente é fazendo com que acreditemos que as pessoas e objetos existam de forma intrínseca e negando a interdependência das coisas.

Em primeiro lugar, precisamos identificar o agarramento ao em-si, que está sempre alojado em nosso coração destruindo nossa paz interior. Sua natureza é ser uma percepção errônea que acredita que nós e os outros temos existência verdadeira, ou inerente. Isso é uma mente ignorante, porque, na realidade, as coisas não existem inerentemente – elas são meras imputações. Porque a mente tola do agarramento ao em-si acredita, ou se agarra, ao “eu”, ao “meu” e a todos os demais fenômenos como se fossem verdadeiramente existentes, desenvolvemos apego pelas coisas que gostamos e ódio pelas coisas

que não gostamos. (GYATSO, p. 9 e 10, como solucionar nossos problemas humanos, 2012)

Veremos mais adiante as delusões raízes, que são a principal causa para que pratiquemos ações maléficas com outros seres vivos, porém é importante termos em mente que são de tais delusões que se originam todos os nossos sofrimentos e, portanto, somente quando abandoná-las estaremos livres do sofrimento e da prática de ações não virtuosas.

1.2.3 Cessações

A terceira linha diz respeito à cessação permanente do sofrimento, que é bem diferente das cessações temporárias. Qualquer pessoa pode experimentar cessações temporárias. Porém, somente um Buda alcança a cessação permanente do sofrimento.

Por exemplo, uma pessoa que está fisicamente saudável experiencia uma cessação temporária de doenças. Entretanto, isso não é suficiente, já que é apenas temporário. Essa pessoa voltará a passar pelo sofrimento da doença muitas vezes, nesta e em incontáveis vidas futuras. (GYATSO, p. 11, como solucionar nossos problemas humanos, 2012)

Praticando o Dharma podemos atingir vários tipos de cessações antes de atingirmos a plena iluminação, como a cessação dos sofrimentos dos reinos inferiores e superiores, a cessação dos sofrimentos causados pela raiva, pelo apego e pela inveja, dentre muitas outras cessações.

Praticando as etapas do caminho de um pequeno ser, podemos alcançar a cessação do sofrimento do sofrimento dos seres-inferno, dos espíritos famintos e dos animais. Praticando as etapas do caminho de um ser mediano, podemos alcançar a cessação do sofrimento dos seres humanos, semideuses e deuses; e praticando as etapas do caminho de um grande ser, podemos alcançar a cessação de todas as obstruções e falhas. Praticando paciência, podemos alcançar a cessação do sofrimento causado pela raiva; regozijando-nos, podemos alcançar a cessação do sofrimento causado pela inveja; meditando na impermanência, podemos alcançar a cessação do sofrimento causado pelo apego; e praticando purificação, podemos alcançar a cessação do carma negativo. Podemos alcançar tais cessações antes de realizarmos diretamente a natureza última dos fenômenos e, desse modo, nos tornarmos um Ser Superior; mas estas não serão verdadeiras cessações autênticas. (GYATSO, p. 237, caminho alegre da boa fortuna, 2010)

A verdadeira cessação é a natureza última da mente que abandonou todas as obstruções mentais através do verdadeiro caminho.

Uma verdadeira cessação é a natureza última da mente que alcançou a cessação definitiva de qualquer delusão ou falha pelo poder de um verdadeiro caminho. (GYATSO, p. 237, caminho alegre da boa fortuna, 2010)

As cessações não podem ser confundidas com o abandono dos afazeres cotidianos, mas devemos compreender que mesmo que tenhamos êxito em tais atividades elas nunca irão nos trazer a verdadeira felicidade. Elas podem nos dar apenas uma liberdade provisória de determinado sofrimento ou insatisfação.

Buda não nos incentivou a abandonar as atividades diárias, com as quais criamos as condições necessárias para viver e evitar situações de pobreza, problemas ambientais, doenças, etc. Contudo, por maior que seja nosso sucesso em tais atividades, nunca obteremos uma cessação permanente desses problemas. Continuaremos a encontrá-los em nossas incontáveis vidas futuras tanto quanto agora. Embora trabalhemos arduamente para debelar os sofrimentos associados à pobreza, à poluição ambiental e às

doenças, eles continuam a aumentar no mundo inteiro. Ademais, os progressos da tecnologia moderna têm exposto nosso mundo a perigos jamais vistos. Portanto, não devemos nos satisfazer apenas com a liberdade provisória de determinados sofrimentos, mas aplicar grande esforço para alcançar a libertação definitiva, enquanto temos essa oportunidade. (GYATSO, p. 12, como solucionar nossos problemas humanos, 2012)

Assim, devemos manter uma vida normal de trabalho, estudos, dentre outras atividades que qualquer ser humano pratica. Porém, se não treinarmos e praticarmos nossa espiritualidade não alcançaremos a completa cessação dos sofrimentos que tanto nos aflige, mas sim uma cessação temporária, ou seja, continuaremos presos no samsara.

1.2.4 Caminho

O caminho ensinado por Buda no Sutra das Quatro Nobres Verdades é o caminho interior.

Neste contexto, caminho não se refere a um caminho exterior, que nos leva de um lugar para o outro, mas ao caminho interior, um caminho espiritual, que nos conduz à felicidade pura da libertação e da

iluminação. (GYATSO, p. 13, como solucionar nossos problemas humanos, 2012)

Praticando o caminho ensinado por Buda poderemos acabar com a ignorância do agarramento ao em-si e deixar o ciclo samsárico, conquistando assim a paz interior.

Esse ciclo ininterrupto de morte e renascimento sem escolha é denominado “existência cíclica”, ou “samsara” em sânscrito. O samsara é como uma roda gigante que nos leva ora para cima, aos três reinos afortunados, ora para baixo, aos três reinos inferiores. A força motriz da roda do samsara são as nossas ações contaminadas, motivadas pelas delusões, e o eixo da roda é a ignorância do agarramento ao em-si. Enquanto permanecermos nessa roda, experienciaremos um ciclo incessante de sofrimento e de insatisfação e não teremos oportunidade de experimentar felicidade pura e duradoura. Contudo, praticando o caminho budista à libertação e à iluminação, podemos destruir o agarramento ao em-si, libertando-nos assim do ciclo de renascimento descontrolado, e conquistar um estado de perfeita paz e liberdade. Estaremos, então, em posição de ajudar os outros a fazerem o mesmo. (GYATSO, p. 9, oito passos para felicidade, 2013)

Com isso inferiremos a ligação entre os quatro pontos colocados por Guru Buda no Sutra das Quatro Nobres Verdades, pois o que devemos abdicar está inserido na parte que nos mostra os sofrimentos e as origens, enquanto que os objetos a serem atingidos encontram-se nas cessações e caminhos.

No momento atual, não distinguimos claramente quais são os objetos que devem ser abandonados e quais são os objetos que devem ser alcançados. De acordo com o Dharma, o principal objeto a ser abandonado é o samsara. Para abandonar o samsara, temos de abandonar os verdadeiros sofrimentos e as verdadeiras origens e alcançar as verdadeiras cessações e os verdadeiros caminhos. Todos os objetos que devem ser abandonados estão incluídos nos verdadeiros sofrimentos e nas verdadeiras origens; e todos os objetos que devem ser alcançados estão incluídos nos verdadeiros caminhos. As verdadeiras origens são as causas dos verdadeiros sofrimentos, e os verdadeiros caminhos são os métodos para alcançar as verdadeiras cessações. (GYATSO, p. 239, caminho alegre da boa fortuna, 2010)

Os treinos superiores – disciplina moral, concentração e sabedoria – são o verdadeiro caminho, pois eles são guiados pela vontade de se atingir a iluminação.

A prática das etapas do caminho à libertação pode ser resumida nos três treinos superiores: disciplina moral superior, concentração superior, sabedoria superior. Esses treinos denominam-se “superiores” porque são motivados por renúncia, um desejo sincero de alcançar a libertação permanente dos sofrimentos desta vida e das vidas futuras. Eles são, portanto, o caminho efetivo que devemos praticar para alcançar a libertação. (GYATSO, p. 13, como solucionar nossos problemas humanos, 2012)

Esses três treinos são a forma mais eficaz para que atinjamos a libertação dos sofrimentos desta e de outras vidas.

Os três treinos superiores são o método efetivo para obtermos a cessação permanente dos sofrimentos desta vida e das incontáveis vidas futuras. Compreenderemos isso contemplando uma analogia. Para cortar uma árvore, utilizamos uma serra, mas a serra não pode cortar uma árvore sozinha sem as nossas mãos, que, por sua vez, dependem do nosso corpo. O treino em disciplina moral superior é como o corpo, o treino em concentração superior é como as mãos e o treino em sabedoria superior é como a serra. Se utilizarmos os três juntos, cortaremos a árvore venenosa da nossa ignorância do agarramento ao em-si e, automaticamente, todas as demais delusões – seus galhos. Assim, todos os nossos sofrimentos e

problemas – seus frutos – cessarão por completo. Então, obteremos a cessação permanente do sofrimento desta vida e das vidas futuras – a paz interior suprema e permanente conhecida como “nirvana”, ou libertação. (GYATSO, p. 15, como solucionar nossos problemas humanos, 2012)

Agora veremos como esse caminho proposto por Buda divide-se em três, que são conhecidos também conhecidos como treinos superiores, pois são eles que nos levarão a alcançar a cessação do sofrimento.

1.2.4.1. Disciplina moral

O treino em disciplina moral fará com que abandonemos as ações inadequadas e evitará que tenhamos problemas futuros. Sem treinarmos, dificilmente teremos progresso espiritual.

A natureza da disciplina moral é abandonar ações inadequadas, manter conduta pura e executar todas as ações corretamente com motivação virtuosa. A disciplina moral é muito importante para cada um de nós, pois ajuda-nos a evitar problemas futuros. Ela nos torna puros, uma vez que purifica nossas ações.

Precisamos ser limpos e puros. Apenas ter um corpo limpo não basta, pois nosso corpo não é nosso eu. Disciplina moral é como um grande solo que sustenta e nutre a plantação de realizações espirituais. Sem praticar disciplina moral, é muito difícil progredir nos treinos espirituais. O treino em disciplina moral superior consiste em aprender a nos familiarizarmos profundamente com a prática de disciplina moral. (GYATSO, p. 13 e 14, como solucionar nossos problemas humanos, 2012)

Sem esse treino dificilmente deixaremos de praticar as ações não virtuosas.

1.2.4.2. Concentração

A concentração tem como objetivo eliminar as distrações para que possamos nos concentrar em objetos virtuosos. As distrações são os nossos principais problemas, uma vez que nos impedem de alcançarmos rapidamente realizações do Dharma. A disciplina moral, por si só, já elimina algumas distrações, entretanto somente a concentração elimina as distrações sutis.

O segundo treino superior é a concentração superior. A natureza da concentração é eliminar distrações e concentrar-se em objetos virtuosos. É muito importante treinar concentração, pois sem distração não conseguimos realizar nada. [...] Normalmente, as distrações são o nosso maior problema. A prática de disciplina moral elimina as distrações densas, e a concentração impede as distrações sutis. Juntas, elas nos ajudam a obter resultados rápidos em nossa prática de Dharma. (GYATSO, p. 14, como solucionar nossos problemas humanos, 2012)

Assim, a concentração se faz de extrema importância, pois é ela que nos manterá focados em fazer somente o bem para os outros seres vivos.

1.2.4.2 Sabedoria

O treino em sabedoria consiste em termos uma mente inteligente e virtuosa, eliminando as confusões e entendendo objetos profundos de forma plena. A sabedoria funciona como um guia interior que nos leva aos caminhos certos. Ela vai além da inteligência humana, pois a inteligência pode nos guiar a cometer ações não virtuosas.

O terceiro treino superior é a sabedoria superior. A natureza da sabedoria é ser uma mente virtuosa e inteligente, cujas funções são eliminar as confusões e compreender plenamente objetos profundos. Algumas pessoas são muito inteligentes quando se trata de destruir inimigos, cuidar de suas famílias, obter o que desejam, etc. Mas isso não é sabedoria. Até animais possuem esse tipo de inteligência. A inteligência mundana é enganosa, ao passo que a sabedoria nunca nos engana. Ela é nosso Guia Espiritual Interior, aquele que nos conduz a caminhos corretos. É também o olho divino, pelo qual podemos enxergar as vidas passadas e futuras e a conexão especial entre nossas ações e nossas experiências, denominada carma. O carma é um assunto muito extenso e sutil e só pode ser compreendido por meio de sabedoria. O treino em sabedoria superior consiste em meditarmos sobre a sabedoria de realizar a vacuidade motivada por renúncia. Essa sabedoria é extremamente profunda. Seu objeto, a vacuidade, não é um mero nada, mas a natureza verdadeira de todos os fenômenos. (GYATSO, p. 14 e 15, como solucionar nossos problemas humanos, 2012)

A sabedoria se faz de extrema importância para que abandonemos as delusões, vez que ela nos guiará a fazer abandonar o que nos faz mal e, conseqüentemente, as delusões.

1.3. Delusões

Devemos entender que nenhuma pessoa gosta de sofrer e que todos querem ser felizes em todos os momentos, só que não sabem como alcançar a felicidade duradoura pelo fato de sua própria ignorância destruir sua felicidade.

Todos os seres vivos desejam ser felizes o tempo todo, mas eles não sabem como fazer isso. Eles nunca experienciam felicidade verdadeira, porque, devido à ignorância, eles destroem sua própria felicidade desenvolvendo delusões, como a raiva, e executam ações não virtuosas. (GYATSO, p. 171, oito passos para felicidade, 2013)

O grande objetivo do budismo é que atinjamos o nirvana. Para tanto temos de abandonar as delusões e ações contaminadas. E a forma mais simples de se fazer isso é praticando os verdadeiros caminhos ensinados por Guru Buda.

Libertação ou nirvana é uma cessação definitiva do renascimento samsárico, que se alcança por meio da meditação nos verdadeiros caminhos. Essa libertação é a nossa meta principal. Para alcançá-la, devemos abandonar todas as delusões e as ações

contaminadas, que são a fonte dos renascimentos samsáricos. (GYATSO, p. 270, caminho alegre da boa fortuna, 2010)

Para identificarmos as delusões, precisamos antes de tudo saber qual sua definição e quais as delusões raízes, das quais originam-se as demais.

A definição de delusão é:

Delusão: Fator mental que surge da atenção imprópria e atua para tornar nossa mente agitada e descontrolada. Existem três delusões principais: ignorância, apego desejoso, raiva. Delas nascem todas as demais – inveja, orgulho, dúvida deludida etc. (GYATSO, p. 172, compaixão universal, 2007)

Maitreya já havia alertado para os perigos das delusões, mostrando como elas afetam causando o mal somente às pessoas que são dominadas por elas.

Maitreya diz, em Ornamento dos sutras mahayanas, que as delusões prejudicam a nós mesmos e aos outros seres vivos. Destroem nossa disciplina moral e reduzem nossas qualidades interiores. Aniquilam nossa honra e boa reputação. As delusões são os objetos condenados pelos Budas e Bodissatvas. Contra elas, os Protetores exibem seus aspectos irados. As delusões nos fazem sofrer abusos, tormento mental e ansiedade. Enfraquecem nossas aquisições anteriores

e nos impedem de obter novas realizações. Fazem-nos renascer nos reinos inferiores. (GYATSO, p. 291, caminho alegre da boa fortuna, 2010)

As delusões têm seis causas – semente, objeto, distração e influência de terceiros, maus hábitos, familiaridade e atenção imprópria – sendo as três principais a semente, o objeto e a atenção imprópria, pois quando as três surgem ao mesmo tempo, é certo que a delusão aparecerá.

As delusões têm seis causas:

A semente;

O objeto;

Distração e influência de terceiros;

Maus hábitos;

Familiaridade;

Atenção imprópria;

Como explica Vasubandu em Tesouro de Abidarma, sempre que a primeira, a segunda e a sexta causas estiverem reunidas, a delusão necessariamente surgirá. Se a semente de delusão, também conhecida como “a fonte de delusão não abandonada”, o objeto e a atenção imprópria se juntarem, é certa que delusões irão se desenvolver. (GYATSO, p. 286, caminho alegre da boa fortuna, 2010)

A semente representa a possibilidade que todo ser humano tem de desenvolver delusões e enquanto

essa semente for alimentada teremos delusões por qualquer objeto.

Semente de delusão é a potencialidade para desenvolver delusão. Ela é criada em nossa mente pelas delusões que geramos no passado e constitui a causa substancial a partir da qual as delusões surgem. Enquanto tivermos a semente de delusão, sempre que entrarmos em contato com um objeto, desenvolveremos delusões naturalmente. (GYATSO, p. 287, caminho alegre da boa fortuna, 2010)

Já o objeto pode ser qualquer coisa, animada ou inanimada, que quando se entre em contato gere-se aversão ou apego por ele, dependendo da forma como observamos suas características.

O objeto de uma delusão é qualquer objeto que estejamos observando ao gerá-la. Não é preciso que ele seja percebido diretamente. Basta ser lembrado. Contudo, quando o objeto é percebido diretamente, a delusão se desenvolve com mais força. Objetos de apego desejoso são aqueles que achamos atraentes, e objetos de aversão são aqueles que achamos desagradáveis. É virtualmente impossível evitar todos os objetos de delusão. Mesmo numa caverna isolada, haveria algum canto que nos pareceria mais atraente e algum tipo de clima que acharíamos mais agradável

que outros. (GYATSO, p. 288, caminho alegre da boa fortuna, 2010)

A atenção imprópria que constitui junto às duas outras causas – semente e objeto – as principais causas das delusões ocorre quando destacamos muito as características de um objeto e as exorbitamos.

Atenção imprópria é uma mente que enfoca as qualidades de um objeto contaminado e as exagera. É o que de fato gera as delusões. Por exemplo, se nos lembrarmos de como alguém nos prejudicou no passado e nos detivermos nisso, exagerando o mal que nos foi feito, essa atenção imprópria fará surgir um intenso ódio em nossa mente. Se pensarmos demoradamente sobre as boas qualidades de um objeto e as exagerarmos, essa atenção imprópria fará surgir um intenso apego em nossa mente. (GYATSO, p. 289 e 290, caminho alegre da boa fortuna, 2010)

As demais causas (distrações e influência de terceiros, maus hábitos, familiaridade) dizem respeito ao treino espiritual.

As distrações e influência de terceiros nos mostra o quanto uma amizade pode nos influenciar e que por isso é importante mantermos contato com nossos amigos espirituais.

Se convivemos intimamente com amigos que não se interessam pelo desenvolvimento espiritual e costumam praticar ações prejudiciais, facilmente vamos desenvolver os mesmos maus hábitos e perder nosso entusiasmo e respeito pela prática espiritual. As amizades exercem poderosa influência sobre nós. Visto que tendemos a imitar nossos amigos, devemos nos unir àqueles que admiram o treino espiritual e o praticam com alegria. (GYATSO, p. 288, caminho alegre da boa fortuna, 2010)

Os maus hábitos nos deixam claro como tudo que falamos, assistimos ou lemos pode atrapalhar nossa paz mental e aumentar nossas delusões.

Se alimentarmos maus hábitos verbais ou hábitos de assistir a filmes ou ler livros que perturbam nossa mente, esses vão fortalecer as nossas delusões. Por exemplo, ações como tagarelar sobre sexo, alimentar conversas fúteis com alguém que achamos atraentes ou passar horas lendo pornografia e romances despertam e reforçam nosso apego desejoso. Do mesmo modo, discutir frequentemente com pessoas de quem não gostamos, falar mal daquelas que nos ofendem, passar horas lendo histórias de guerra e de terror que enaltecem atos sanguinários e violentos são ações que despertam e encorajam nossos próprios impulsos destrutivos. (GYATSO, p. 289, caminho alegre da boa fortuna, 2010)

E a familiaridade nos explica que se estivermos muito habituados com as delusões, elas aparecerão naturalmente, de forma quase inevitável. A familiaridade que temos com cada uma das delusões é distinta, entretanto somos familiarizados com todas.

Se estivermos muito familiarizados com as delusões, elas surgirão em nossa mente de modo natural e espontâneo. Por exemplo, se costumamos expressar nossa raiva de maneira aberta e sem controle, nos irritaremos com facilidade. Embora todos nós estejamos familiarizados com todas as delusões, nossa familiaridade com cada uma delas difere. [...] Para reduzir nossa familiaridade com as delusões, devemos aplicar principalmente conscienciosidade e contínua-lembrança. (GYATSO, p. 289, caminho alegre da boa fortuna, 2010)

As delusões raízes – apego desejoso, raiva, orgulho deludido, ignorância, dúvida deludida e visão deludida – são a causa de continuarmos no samsara, uma vez que são elas que nos levam a cometer ações não virtuosas. Contudo, conseguiremos identificá-las somente observando nossa própria mente, porque desta maneira saberemos o que a aflige e a perturba deixando-a conturbada.

Podemos aprender a identificar as delusões observando nossa própria mente e notando quais são os estados que nos deixam inquietos e descontrolados. Quando a mente não está perturbada por fortes delusões, sentimo-nos descontraídos e lúcidos. Observando nossas mentes, aprenderemos a discriminar entre os estados não virtuosos e perturbadores e os estados virtuosos que nos trazem paz. Desse modo, cultivaremos sabedoria e obteremos realizações. (GYATSO, p. 271, caminho alegre da boa fortuna, 2010)

Falaremos aqui das três principais, que são apego desejoso, raiva e ignorância, e veremos como elas aparecem de forma clara ao analisarmos as delusões.

1.3.1. Apego desejoso

O apego acontece por etapas. Primeiramente, reparamos um objeto contaminado e nos convencemos de que ele é atraente. Em seguida, exorbitamos as qualidades que julgamos ser boas. Com isso geramos forte desejo pelo objeto e nos sentimos extasiados por ele. A atenção imprópria nos conduz ao desejo, que por sua vez nos faz ficar apegados pelo objeto.

O apego desejoso desenvolve-se por etapas. Primeiro, percebemos ou nos lembramos de um objeto contaminado e o achamos atraente; depois, focamos nossa atenção nas suas boas qualidades e as exageramos. Com uma ideia exagerada das qualidades do objeto, nós o consideramos desejável e geramos desejo por ele. Por fim, nosso desejo nos apega ao objeto, de modo que nos sentimos colados a ele ou completamente absortos nele. O apego desejoso só acontece quando todas essas etapas se completam. As etapas de prestar atenção nas boas qualidades de um objeto, exagerá-las e considerar o objeto desejável são chamadas de “atenção imprópria”. A atenção imprópria induz desejo, e o desejo nos apega ao objeto. Portanto, se não quisermos gerar apego desejoso, precisaremos intervir nas etapas iniciais de sua evolução e impedir o funcionamento da atenção imprópria. (GYATSO, p. 272, caminho alegre da boa fortuna, 2010)

É importante ressaltar que não são todos os desejos caracterizam-se como apego desejoso, pois existem desejos virtuosos e não virtuosos. Sendo assim, veremos apenas os desejos não virtuosos como delusões.

Nem todos os desejos são apego desejoso. É importante distinguir os desejos virtuosos de outros não virtuosos. Os desejos virtuosos e compassivos não

são delusões, porque não destroem nossa paz mental. Por exemplo, o desejo sincero de alcançar a iluminação para o benefício dos outros é um desejo, mas não é um apego desejoso, pois tal desejo não confunde nem perturba nossa mente e não pode prejudicar nem a nós nem aos outros. (GYATSO, p. 273, caminho alegre da boa fortuna, 2010)

Portanto não são todos os desejos que se caracterizam como delusões. Somente os desejos que obstruem nossa mente serão vistos como apego desejoso, pois eles fazem com que não realizemos o bem aos outros e não permitem que alcancemos a verdadeira cessação do sofrimento, causando assim mal a nos mesmos.

1.3.2 Raiva

Podemos ver a raiva como oposto do apego desejoso, mas não no sentido de um ser bom e outro ruim, vez que, os dois são maléficos só pelo fato de serem delusões raízes, mas por terem o foco no objeto e em suas qualidades de forma diferente. Nas duas delusões nós focaremos em um objeto que na raiva será animado ou inanimado. Também iremos exagerar suas qualidades sendo no caso da raiva as que julgamos ruins. A diferença é que na

raiva não geramos o desejo pelo objeto como é feito no apego desejoso e teremos a intenção de prejudicá-lo.

Raiva é um fator mental que observa um objeto animado ou inanimado, sente que é pouco atraente, exagera suas más qualidades, considera-o indesejável, antagoniza o objeto e gera o desejo de prejudicá-lo. (GYATSO, p. 273, caminho alegre da boa fortuna, 2010)

Nesta delusão raiz também encontraremos a atenção imprópria que constitui – se nas etapas iniciais – destacar as más qualidades, exagerá-las e considerar o objeto desagradável. A partir da atenção imprópria que confrontamos e geraremos a vontade de prejudicar o objeto.

As etapas de enfocar as más qualidades de um objeto, de exagerá-las e de considerar o objeto desagradável constituem a atenção imprópria. Na dependência dessa atenção imprópria, antagonizamos o objeto e geramos o desejo de prejudicá-lo. Quando todas as etapas se completam, geramos raiva. (GYATSO, p. 273, caminho alegre da boa fortuna, 2010)

Assim percebemos como a paciência é uma virtude, pois a raiva prejudica a todos, tanto a nós

como o objeto na qual a direcionamos, não havendo assim mal maior que a raiva.

A raiva prejudica todos. Prejudica aquele que sente raiva e as pessoas contra as quais ela é direcionada. Embora todos nós queiramos ter amizades estáveis e duradouras, é muito difícil construí-las porque a raiva destrói nossos relacionamentos. Pessoas que se amam à noite, às vezes sentem ganas de se matar na manhã seguinte. A falência da maioria dos casamentos deve-se à raiva. (GYATSO, p. 274, caminho alegre da boa fortuna, 2010)

A raiva pode ser vista como uma das piores delusões que perturbam nossa mente, uma vez que ela pode fazer com que tenhamos ódio ou prejudiquemos até mesmo os seres que dizemos gostar.

1.3.3. Ignorância

Como foi mencionada acima, a ignorância é a principal causa do nosso sofrimento humano, pois é ela quem arruína a felicidade provocando as delusões.

Lama Tsongkapa deixa claro como a ignorância é culpada por todas as delusões.

Em Louvor à Relação Dependente, Je Tsongkapa diz: Quaisquer que sejam as falhas que existam neste mundo, a raiz delas é a ignorância. (GYATSO, p. 278, caminho alegre da boa fortuna, 2010)

O que faz com que permanecemos no samsara é nossa ignorância, pois é ela quem nos impede de compreender a natureza dos objetos. A duas formas diferentes de ignorância: a que não nos deixa ver a natureza convencional; e as que não nos deixa ver a natureza última. Buda Shakyamuni nos ensina as verdades convencionais para que fique mais simples a compreensão das verdades últimas, uma vez que a natureza última dos objetos é a vacuidade.

O motivo pelo qual continuamos seguindo os caminhos mundanos é porque nossa ignorância nos impede de conhecer a natureza dos objetos de maneira clara e perfeita. Podem-se distinguir dois tipos de ignorância: a ignorância das verdades últimas, a natureza última dos objetos; e a ignorância das verdades convencionais, a natureza convencional dos objetos. A natureza última de todos os objetos é a vacuidade. Buda ensinou as verdades convencionais para nos induzir a uma compreensão das verdades últimas. Visto que o método para realizar as verdades últimas consiste em examinar as verdades convencionais, quando estudamos vacuidade, é necessário estudarmos as verdades convencionais. As

duas verdades são apresentadas de maneiras diferentes pelas quatro escolas filosóficas budistas. Estudando cada apresentação, seremos gradualmente levados a compreender a visão correta e perfeita apresentada pelo sistema supremo, a escola madyamika-prasangika. Dessa maneira, entenderemos os caminhos espirituais corretos que levam à libertação e eliminaremos tanto a ignorância a respeito das verdades convencionais como a ignorância a respeito das verdades últimas. (GYATSO, p. 278, caminho alegre da boa fortuna, 2010)

Encontramos duas formas diferentes, mas não contraditórias, de definir a ignorância. A primeira nos dá um conceito amplo, enquanto que a segunda apresenta a descrição de um tipo específico de ignorância.

Existem duas definições de ignorância: uma definição geral, apresentada por Assanga e Vasubandu, e uma definição específica, apresentada por Darmakirti e Chandrakirti. Não há contradição entre esses dois sistemas, porque o primeiro fornece uma definição ampla da ignorância em geral e o segundo define um tipo específico de ignorância, a ignorância que é a raiz do samsara. (GYATSO, p. 277, caminho alegre da boa fortuna, 2010)

A primeira definição, apresentada por Assanga nos mostra que por ainda termos as causas que geram delusões, não temos sabedoria suficiente para compreender o vazio de natureza intrínseca das pessoas, dos objetos e dos fenômenos. Isso gera um autoagarramento que é a raiz das demais delusões e nos faz permanecer no samsara.

No Compêndio de abidarma, Assanga define a ignorância de acordo com o primeiro sistema:

Um fator mental que está confuso sobre a natureza de um objeto e que serve para induzir percepção errônea, dúvida e outras delusões.

De acordo com essa definição, a ignorância é uma falta de conhecimento ou de compreensão. [...] De acordo com esse sistema, a ignorância de não compreender o vazio de self, a natureza última das pessoas e dos outros fenômenos, provoca o autoagarramento ou o agarramento-ao-verdadeiro, que é a raiz de todas as outras delusões e de todos os renascimentos samsáricos. Essa ignorância de não entender o vazio self atua como base para o autoagarramento (uma percepção errônea que se apreende seu objeto como inerentemente existente), embora seja distinta dele. (GYATSO, p. 277, caminho alegre da boa fortuna, 2010)

Já para Darmakirti e Chandrakirti que apresentam a segunda definição, a ignorância é

apenas o autoagarramento, pois a compreensão da vacuidade é o principal ponto para abandonarmos o ciclo samsárico.

De acordo com a tradição de Darmakirti e Chandrakirti, uma mente que não conhece ou que não realiza seu objeto não é necessariamente ignorância. Eles dizem que somente o autoagarramento é ignorância. Visto que o vazio do self é o principal objeto a ser compreendido para abandonar o autoagarramento, a causa raiz do samsara, esses eruditos dizem que somente um fator mental que retenha o oposto do que é retido pela sabedoria que realiza o vazio do self pode ser considerado um exemplo de ignorância. (GYATSO, p. 277, caminho alegre da boa fortuna, 2010)

A ignorância é o que nos mantém presos as demais delusões porque ela faz com que demos muita importância ao nos mesmos e com isso não consigamos ver a importância que os demais seres têm. Assim acabamos julgando que somos mais importantes que os outros.

2. CARMA

Primeiramente explicaremos a etimologia do determinado termo, pois auxiliará na interpretação da lei geral do carma. Tais conhecimentos são de suma importância para compreensão da existência cíclica dentro da filosofia budista.

2.1. O que é carma?

A etimologia da palavra carma nada mais é que ação. Porém, na filosofia budista, essas ações se dividem de três formas: ação de corpo, ação de fala e ação de mente.

Para entender as leis que governam os nascimentos de uma vida para outra, temos de compreender o carma. Esse termo sânscrito significa “ação”. Toda ação intencional, seja ela corporal, verbal, ou mental, é um carma. Quando os budistas enfrentam um sofrimento ou desventura, costumam aceitar com paciência, e dizer: “Isso é meu carma”. Contudo, estritamente falando, esse sofrimento não é o carma propriamente dito, mas sim o efeito do carma que foi acumulado nesta vida ou em vidas passadas. (GYATSO, p. 23, introdução ao budismo, 2012)

Destas três ações podemos dizer que a ação mental é a mais importante, pois é ela quem guiará as demais formas de ações.

As ações corporais e verbais dependem das ações mentais, pois são sempre percebidas por uma intenção mental de agir. Sem a intenção de agir, não conseguiremos fazer nada. Chamamos de carma mental essa intenção de agir. [...] Isso mostra que o carma mental é mais importante do que o corporal e o verbal. (GYATSO, p. 23, introdução ao budismo, 2012)

Existem quatro características gerais do carma, que são: Os resultados das ações são definidos; Os resultados das ações alimentam; Se uma ação não for praticada, seu resultado não poderá ser experienciado; e uma ação nunca é desperdiçada.

São quatro as características gerais do carma:

- 1. Os resultados das ações são definidos;*
- 2. Os resultados das ações aumentam;*
- 3. Se uma ação não for praticada, seu resultado não poderá ser experienciado;*
- 4. Uma ação nunca é desperdiçada. (GYATSO, p. 198, caminho alegre da boa fortuna, 2010)*

Quando se diz que os resultados das ações são definidos é como se disséssemos que plantamos o

que colhemos. Portanto, se realizarmos ações neutras teremos resultados neutros, quando fizermos boas ações seremos felizes e quando praticamos ações prejudiciais teremos experiências ruins.

Quando um jardineiro planta sementes de ervilha é certo que crescerão ervilhas, não cevada; quando não planta semente alguma, é certo que nada crescerá. O mesmo acontece conosco. Quando praticarmos ações positivas, é certo que experienciaremos resultados felizes; quando cometermos ações negativas, é certo que experienciaremos resultados infelizes; e quando praticarmos ações neutras é certo que experienciaremos resultados neutros. (GYATSO, p. 198, caminho alegre da boa fortuna, 2010)

O segundo ponto nós mostra que temos de purificar nossas ações porque enquanto continuarmos a praticar ações não virtuosas, por menor que elas sejam elas crescerão dia após dia. O mesmo vale para as boas ações, pois, por menor que ela seja nos dará grande felicidade.

Até as menores ações não virtuosas dão grandes frutos de sofrimento, e até as menores ações virtuosas dão grandes frutos de felicidade. Desse modo, grande sofrimento e grande felicidade podem crescer a partir de pequenas ações. Nossas ações são como minúsculas glandes, que produzem gigantescos

carvalhos. Embora possamos ter criado uma pequena ação não virtuosa, enquanto não conseguirmos purificá-las, seu poder de produzir sofrimento crescerá dia após dia. (GYATSO, p. 200, caminho alegre da boa fortuna, 2010)

Dizer que: se uma ação não for praticada, seu resultado não poderá ser experienciado, deixa claro o quanto devemos praticar purificação das nossas ações negativas e passar a praticar somente ações que nos deixarão marcas positivas, vez que, são essas ações que irão nos proporcionar grande felicidade e evitar nossos sofrimentos. Assim, se não praticarmos ações negativas não iremos experienciar seus resultados que são o sofrimento.

Numa guerra, quando os soldados lutam uns contra os outros, alguns são mortos e outros sobrevivem. Não podemos dizer que os sobreviventes se salvaram porque foram mais corajosos que os outros; eles se salvaram porque não criaram a causa para morrer naquele momento. [...] Os jornais noticiam muitos casos semelhantes. Quando um terrorista arma uma bomba num prédio, algumas pessoas morrem ao passo que outras escapam, embora estivessem no centro da explosão. Num acidente de avião ou no caso de uma erupção vulcânica, alguns morrem, e outros escapam como por milagre. Em muitos acidentes, os próprios sobreviventes, atônitos, não entendem como se

salvaram e se espantam com a morte de outras pessoas que estavam perto deles na hora do desastre. Meditando sobre esse ponto, vamos gerar uma forte determinação: “Vou praticar purificação e envolver-me unicamente em ações virtuosas”. (GYATSO, p. 201 e 202, caminho alegre da boa fortuna, 2010)

O último ponto mostra a importância de cada ação que praticamos enquanto seres humanos, independente de quando seus efeitos serão experienciados.

Cada ação deixa uma marca gravada em nossa mente muito sutil e cada marca dará origem a seu próprio efeito. A consciência é como um campo e executar ações assemelha-se a plantar sementes nesse campo. Ações virtuosas plantam semente de felicidade futura e ações não virtuosas, de sofrimento futuro. Todas essas sementes permanecem em estado latente até que as condições para seu amadurecimento ocorram. Então, elas produzem seus efeitos que, em alguns casos, podem se manifestar muitas vidas após a ação original. (GYATSO, p. 24, introdução ao budismo, 2012)

Carma não é nada mais que ação, ou seja, tudo o que realizamos com o corpo, a fala e a mente. Sendo que todas essas ações nos deixam marcas que

podem nos dar felicidade ou sofrimento dependendo de seus resultados.

2.2 Lei do carma

Esta lei explica as experiências que temos a partir de nossas ações. Nos mostra que cada indivíduo é único pelas ações que cometeu e que posteriormente lhe deixaram marcas.

A lei do carma é um exemplo especial da lei de causa e efeito, segundo a qual todas as nossas ações de corpo, fala e mente são causas e todas as nossas experiências, seus efeitos. A lei do carma explica por que cada indivíduo tem um estado mental único, uma aparência física única e experiências únicas. Tudo isso são efeitos das inúmeras ações que cada indivíduo cometeu no passado. Não conseguimos encontrar duas pessoas que tenham criado exatamente a mesma “história” de ações ao longo de suas vidas passadas; portanto, não podemos encontrar duas pessoas com estados mentais idênticos, experiências idênticas e aparência física idêntica. Cada pessoa tem um carma individual diferente. Algumas desfrutam de boa saúde, ao passo que outras estão constantemente doentes. Algumas são bonitas e outras, muito feias. Algumas têm bom temperamento e contentam-se facilmente, outras são rabugentas e raramente gostam de alguma coisa. Algumas compreendem com

facilidade as instruções de Dharma, outras acham as instruções difíceis e obscuras. (GYATSO, p. 196, caminho alegre da boa fortuna, 2010)

Entendendo-a veremos que deixando de praticar ações não virtuosas e realizando apenas ações virtuosas, controlaremos nossas experiências futuras.

Se compreendermos a lei do carma, entendermos como controlar nossas experiências futuras, abandonando ações prejudiciais, que são a causas de dor, e cultivando ações virtuosas que são causa de felicidade. Meditar na lei do carma é como mirar um espelho que mostra o que devemos abandonar e o que devemos praticar. (GYATSO, p. 197, caminho alegre da boa fortuna, 2010)

A lei do carma nos mostra a importância de praticar a disciplina moral, pois é ela quem nos protegerá contra renascimentos nos reinos inferiores e nos conduz aos verdadeiros caminhos.

Praticar disciplina moral com forte convicção na lei do carma é a Joia Dharma de um pequeno ser e a base para gerarmos todas as outras Joias Dharma. Essa prática oferece proteção total contra renascimentos inferiores e nos dirige para as outras realizações das

etapas do caminho. (GYATSO, p. 197, caminho alegre da boa fortuna, 2010)

A lei do carma não faz distinção entre os seres. Ela vale para todos sejam budistas ou não o que será considerado na hora de sua aplicação são as ações que cometemos durante esta vida. Assim, mesmo se tivermos sua compreensão intelectual, mas não deixarmos de praticar ações prejudiciais, continuaremos no ciclo do samsara.

Assim como as leis de um país não abrem exceções para os intelectuais, também a lei do carma não exclui ninguém por conta de sua erudição. Devadata, por exemplo, foi um grande erudito, que memorizou mais textos que um elefante conseguiria carregar no lombo. Intelectualmente, entendia o sentido de todos eles, mas, por nunca ter tido profunda e sincera convicção na lei do carma, continuou a cometer ações negativas obsessivamente e, em consequência disso, renasceu no sétimo inferno quente. (GYATSO, p. 197, caminho alegre da boa fortuna, 2010)

Um ponto importantíssimo nesta lei é o estado mental no momento da morte, pois, ele determinará em qual reino do samsara reencarnaremos. Se este estado mental for virtuoso renasceremos nos reinos superiores, caso seja não virtuoso renasceremos nos

reinos inferiores. Independente da maneira que tivermos conduzido nossas vidas.

Há dois tipos de mente que se manifestam quando estamos morrendo: densa e sutil. As mentes densas da morte podem ser virtuosas, não virtuosas e neutras. Entretanto, no caso dos seres comuns, as mentes sutis só podem ser neutras. Se nossa última mente densa, na hora de morrer for virtuosa, as boas potencialidades que trazemos em nossa mente vão amadurecer como uma ação mental virtuosa, que nos conduzirá diretamente a um renascimento superior, como um humano ou um deus. Uma mente virtuosa é como água – ela nutre as potencialidades virtuosas que, como sementes secas, permanecem guardadas no campo de nossa consciência. Se plantarmos dois tipos de sementes num campo – digamos, de cevada e de trigo –, mas só regarmos as sementes de trigo, certamente essas serão as primeiras a brotar. Do mesmo modo, enquanto houver potencialidades virtuosas e não virtuosas em nossa mente, o amadurecimento de uma mente virtuosa, na hora da nossa morte, garantirá que nossas potencialidades virtuosas sejam aquelas que vão amadurecer. Isso ocorre mesmo se tivermos levado uma vida imoral e cometido muitas ações não virtuosas. Entretanto, não significa que escaparemos dos efeitos de todas as nossas ações não virtuosas. Se voltarmos a ter um renascimento humano, nossa vida poderá ser curta ou atormentada por intenso sofrimento. Se não purificarmos nosso carma

negativo, cedo ou tarde, sofreremos o efeito plenamente amadurecido das nossas ações e teremos um renascimento nos reinos inferiores. [...] Se nossa última mente densa, no momento da morte, for não virtuosa, as potencialidades negativas que estão em nossa mente amadurecerão como uma ação mental não virtuosa, que nos levará diretamente a um renascimento inferior. Isso revela a importância de gerarmos um estado mental feliz e virtuoso na hora da morte. (GYATSO, p. 296 e 297, caminho alegre da boa fortuna, 2010)

Esta lei não distingue os seres vivos, somente analisa suas ações julgando os de acordo com o benefício ou malefício que suas ações causaram aos demais seres. Tal lei acaba nos incentivando a realizar a disciplina moral e assim fará com que, gradativamente, pratiquemos menos ações não virtuosas e cultivemos somente boas ações. Assim, gradualmente passaremos a não prejudicar e sim ajudar os outros seres. Até que abandonemos completamente todas as ações que prejudicam os outros. Ela nos leva a ter uma conduta moral ilibada, durante nosso cotidiano e por toda nossa vida.

3. RESULTADO DE NOSSAS AÇÕES

As ações se dividem em três grupos que as fazem ter naturezas distintas, podendo ser neutras, virtuosas ou não virtuosas. Tais ações, por sua vez, podem ser agravadas por fatores como a pessoa que é o objeto da ação, os votos tomados, o objeto que serve de instrumento e a motivação.

3.1. Ações

Apesar de serem inúmeras as ações de corpo, fala e mente, elas se resumem em três ações que são as virtuosas, não virtuosas e neutras.

Embora existam incontáveis ações de corpo, fala e mente, todas podem ser incluídas em três tipos: ações virtuosas, não-virtuosas e neutras. As práticas de dar, disciplina moral, paciência, esforço no treino espiritual, concentração meditativa e sabedoria são exemplos de ações virtuosas. Matar, roubar e má conduta sexual são ações não-virtuosas corporais; mentir, discurso divisor, discurso ofensivo e tagarelice são ações não-virtuosas verbais; e cobiça, maldade e visões errôneas são ações não-virtuosas mentais. Existem muitos outros tipos de ações não-virtuosas além dos dez mencionados, como, por exemplo, espancar e torturar outros seres ou deliberadamente

fazê-los sofrer de qualquer outra maneira. Diariamente efetuamos também muitas ações neutras. Sempre que nos dedicamos a ações cotidianas como fazer compras, cozinhar, comer, dormir ou descansar sem uma motivação especificamente boa ou má, estamos praticando ações neutras. (GYATSO, p. 63 e 64, transforme sua vida, 2012)

As ações não virtuosas são por natureza contaminada, uma vez que são movidas pela delusão, principalmente pela ignorância do autoagarramento. Entretanto, não devemos nos enganar achando que somente as ações não virtuosas são contaminadas, pois, este mesmo autoagarramento move nossas ações – virtuosas e neutras – fazendo com que elas também se contaminem.

Todas as ações não-virtuosas são contaminadas, pois são motivadas por delusões, em particular, pela ignorância do auto-agarramento. A maioria das nossas ações virtuosas e neutras também se fundamenta no auto-agarramento e, por isso, são igualmente contaminadas. No momento, até quando estamos observando disciplina moral, continuamos a nos agarrar a um eu inerentemente existente que age eticamente e, por isso, nossa prática de disciplina moral é uma virtude contaminada. (GYATSO, p. 64, transforme sua vida, 2012)

Assim, esse autoagarramento faz com que acreditemos em um eu, intrinsecamente existente, e para satisfazer suas vontades realizamos ações arremessadoras, que são o principal motivo de continuarmos no ciclo samsárico.

Para satisfazer os desejos desse eu – o eu inerentemente existente que acreditamos que realmente existe –, costumamos praticar inúmeras ações positivas e negativas. Essas ações são denominadas ações arremessadoras, ou seja, ações motivadas por forte auto-agarramento e são a causa principal dos renascimentos samsáricos. Ações virtuosas contaminadas nos arremessam nos reinos afortunados dos humanos, semideuses ou deuses, e ações não-virtuosas, nos reinos inferiores dos animais, espíritos famintos ou seres-inferno. Se na hora da morte desenvolvermos um estado mental negativo, como o de raiva, isso fará com que o potencial de uma ação arremessadora não-virtuosa amadureça e tenhamos um renascimento inferior. Ao contrário, se na hora da morte gerarmos um estado mental virtuoso, lembrando-nos, por exemplo, da nossa prática espiritual diária, isso fará com que o potencial de uma ação arremessadora virtuosa amadureça; então, renascemos como um ser humano, um semideus ou um deus e teremos que experimentar os sofrimentos específicos desses seres. (GYATSO, p. 65, transforme sua vida, 2012)

Nossas delusões são tão fortes que nos conduzem a praticar ações prejudiciais ou não. Porém ambas não deixarão de serem exemplos de ações arremessadoras. As boas ações tem o efeito amadurecido de renascermos nos reinos superiores e dividem-se em flutuantes e não flutuantes, enquanto, as ações negativas tem o efeito amadurecido de renascermos nos reinos inferiores. As ações virtuosas flutuantes e as ações não virtuosas têm sua essência nas ações mentais que nos faz observar o objeto de forma errônea.

Na dependência das delusões, criamos ações não meritórias e ações meritórias. Ações não meritórias são ações não virtuosas, e seu efeito plenamente amadurecido é um renascimento nos reinos inferiores. Ações meritórias são ações virtuosas e podem ser de dois tipos: ações meritórias flutuantes e ações meritórias não flutuantes. Ações meritórias flutuantes são ações virtuosas arremessadoras, cujo efeito plenamente amadurecido é um renascimento nos reinos mais elevados: o reino dos humanos, reino dos semideuses e reino do desejo dos deuses. Todas as ações não meritórias e todas as ações meritórias flutuantes de corpo e fala são criadas, principalmente, pelo poder de uma ação mental, ou intenção que move a mente para seu objeto. Por exemplo, quando pensamos em cometer uma ação negativa como matar, o que direciona nossa mente para o objeto e nos

impulsiona a agir é o fator mental intenção. Se anteriormente não tivéssemos criado uma ação mental, não teríamos como criar uma ação verbal ou corporal. (GYATSO, p. 292 e 293, caminho alegre da boa fortuna, 2010)

Já as boas ações, de cunho não flutuantes, apesar de serem arremessadoras tem consequência virtuosa, apesar de seu efeito amadurecido. Ela nos conduz diretamente ao reino dos deuses e tem um poder definitivo, vez que se a criarmos é certeza que teremos um renascimento superior.

Ações meritórias não flutuantes são ações virtuosas arremessadoras cujo efeito virtuoso plenamente amadurecido é renascer como um deus nos reinos da forma ou da sem-forma. Tais ações são criadas, principalmente, pelo poder do tranquilo-permanecer. Elas são denominadas ações meritórias não flutuantes porque, depois de tê-las criado, é definitivo que renasceremos nos reinos superiores. Por exemplo, depois de ingressar no bardo – ou estado intermediário – do reino da forma, é certo que renasceremos no reino da forma. Entretanto, se completarmos uma ação virtuosa que seja causa de renascimento humano, não é certo que teremos esse renascimento como ser humano. O motivo é que, depois de ingressar no bardo de um ser humano, ainda se pode morrer nesse estado e ingressar no

bardo de um deus do reino do desejo. (GYATSO, p. 293, caminho alegre da boa fortuna, 2010)

Aqui vemos como a ignorância pode ser prejudicial até em nossa prática de disciplina moral, pois esta pode ser desvirtuada, vez que ao nos prendermos ao eu que acreditamos existir não realizaremos com pureza a disciplina moral. A partir do momento em que disciplina moral encontra-se poluída, mesmo que façamos o bem, não atingiremos o objetivo de nos libertar do sofrimento e assim continuaremos sendo arremessados aos diversos reinos no samsara.

3.1.1 Fatores que determinam o poder das ações

São quatro os fatores determinantes sob o poder que nossas ações – de corpo, de fala e de mente – independente de serem ou não meritórias. São eles: A pessoa que é o objeto da ação, os votos tomados, o objeto que serve de instrumento e a motivação.

Existem quatro fatores que determinam o poder de uma ação, seja ela uma ação virtuosa ou não virtuosa:

- 1. A pessoa que é o objeto da ação;*
- 2. Os votos tomados;*

3. *O objeto que serve de instrumento da ação;*
4. *A motivação. (GYATSO, p. 220, caminho alegre da boa fortuna, 2010)*

Quando nossas ações são direcionadas as pessoas que foram boas para nós, ela adquire uma maior potencialidade. Assim, se fizermos o bem para essas pessoas acumularemos mais mérito, entretanto, se realizarmos ações nocivas essas terão um efeito muito mais prejudicial para nós.

As ações são mais poderosas quando se dirigem a pessoas que nos ajudaram e foram especialmente bondosas conosco, como nossos pais, Guias Espirituais, Budas e Bodissatvas. (GYATSO, p. 220, caminho alegre da boa fortuna, 2010)

Os votos que tomamos aumentam o poder de nossas ações, até quando estivermos dormindo, desde que praticados de forma pura. Há vários tipos de votos sendo que todos tem interferência, desde os votos de leigo até os votos tântricos.

Se tomarmos votos, todas as nossas ações se tornarão mais poderosas. Se tomarmos os votos de noviço, elas serão mais poderosas do que se tomarmos somente os votos de leigo; se tomarmos os votos da plena ordenação, nossas ações serão mais poderosas do que

se tomarmos somente os votos de noviço; se tomarmos; se tomarmos os votos do Bodissatva, nossas ações serão mais poderosas do que se tomarmos somente os votos pratimosha; e, se tomarmos os votos tântricos, nossas ações serão mais poderosas do que se tomarmos somente os votos do Bodissatva. Votos são a base para acumularmos grande quantidade de mérito. Se tomarmos um voto e o guardarmos puramente, estaremos praticando disciplina moral até quando estivermos dormindo. (GYATSO, p. 220, caminho alegre da boa fortuna, 2010)

O objeto que serve instrumento da ação diz respeito à interferência que a ação que fizemos terá para ajudar ou prejudicar alguém, ou seja, a utilidade que nossa ação vai ter.

Tomemos a ação de dar como exemplo. A ação será mais poderosa se dermos algo que ajude alguém ou lhe seja útil. Dar comida a uma criança faminta é mais poderoso do que lhe dar um brinquedo. Oferecer um par de sapatos a um monge é mais poderoso do que lhe dar um vidro de xampu. Em geral, dar instruções de Darma é muito mais poderoso do que dar presentes materiais, porque estes duram pouco, ao passo que o Darma dura para sempre. (GYATSO, p. 221, caminho alegre da boa fortuna, 2010)

A motivação dá mais poder a nossas ações pelo fato de fazer com que ajamos da maneira mais sincera possível quando formos beneficiar os outros seres sencientes.

As ações são mais poderosas quando executadas com uma forte motivação. Por exemplo, se dermos alguma coisa com intenso desejo de beneficiar alguém, isso será mais poderoso que dar algo só porque não nos serve mais. Dar com a motivação de renúncia é mais poderoso do que dar com o simples desejo de ajudar e, se dermos com a motivação de bodichita, o poder dessa ação será ainda maior. [...] Portanto, quando realizamos ações virtuosas, é mais sábio fazê-lo com a melhor das motivações. (GYATSO, p. 221, caminho alegre da boa fortuna, 2010)

A motivação, em especial a de bodichita, se faz tão importante que não permite que realizemos ações contaminadas. A motivação de bodichita, inclusive, permite uso da legítima defesa por parte dos Bodissatvas, pois algumas vezes a morte de uma pessoa pode beneficiar um número bem maior de pessoas, por exemplo: em uma de suas vidas passadas, o homem que viria a se tornar Buda encontrava-se em uma embarcação (repleta de mercadores) e ficou sabendo que uma das pessoas tinha a intenção de matar todos que ali estavam, com

isso não teve outra maneira de evitar tal matança a não ser matando, por compaixão, o indivíduo que iria realizar um massacre tão cruel.

Com a motivação de bodichita, nenhuma ação pode ser não-virtuosa, pois a bodichita elimina o auto-apreço, a raiz desse tipo de ação. Ainda que um Bodissatva tenha que matar, isso não será uma ação não-virtuosa, porque terá sido realizada unicamente para o benefício de todos os seres vivos. [...] Esse ponto pode ser ilustrado por um episódio que ocorreu numa vida anterior de Buda Shakyamuni, quando ainda era um Bodissatva. Como capitão de um navio, ele fazia uma viagem especial transportando 500 mercadores quando, com sua clarividência, percebeu que um dos mercadores planejava matar todos os demais. Vendo que se cometesse tal ação aquele homem renasceria no inferno, o Bodissatva gerou grande compaixão por ele e por suas possíveis vítimas. Decidiu, então, tomar para se o carma de matar, em vez de permitir o sofrimento de todos aqueles homens, e com uma motivação pura de bodichita matou o malvado mercador. Dessa maneira, conseguiu protegê-lo de um renascimento no inferno e salvou a vida dos demais. (GYATSO, p. 91, o voto do bodissatva, 2005)

Assim, percebe-se que devemos fazer o bem para todos, mas em especial para as pessoas que são próximas e sempre nos ajudaram demonstrando,

portanto gratidão a elas sendo que se tivermos tomado algum voto essa ação se terá um benefício maior ainda. O objeto nos mostra que devemos ajudar os outros com aquilo que será útil para aquele ser e devemos fazer isso com a mais pura motivação, desejando sua felicidade.

3.1.2 Ações contaminadas

São duas as formas distintas de ações contaminadas – as arremessadoras e as completadoras. As arremessadoras são assim conhecidas por ser a principal causa dos renascimentos, tanto nos mundos inferiores como superiores.

Existem dois tipos de ação contaminada: arremessadoras e completadoras. Uma ação arremessadora é assim chamada por ser a causa principal de um renascimento samsárico; portanto diz-se que ela nos “arremessa” no samsara. Ações arremessadoras virtuosas nos arremessam nos reinos afortunados de humanos e de deuses, e ações arremessadoras não virtuosas nos arremessam nos mundos infelizes dos seres-inferno, dos fantasmas famintos e dos animais. (GYATSO, p. 222, caminho alegre da boa fortuna, 2010)

Até mesmo as boas ações que praticamos têm seu efeito arremessador, pois estão intimamente ligadas ao autoagarramento que faz com que acreditemos que o eu existe de forma verdadeira. Assim, mesmo que tenhamos a finalidade de praticar ações meritórias, nossa mente permanecera deludida pelo autoagarramento.

A maioria das ações virtuosas dos seres comuns é causa de renascimentos samsáricos porque está maculada por autoagarramento. Por exemplo, quando tomamos uma forte decisão, “eu vou me abster de ações não virtuosas”, agarramo-nos a esse “eu” como um eu inerentemente existente. Embora nossa intenção de praticar ações virtuosas não seja deludida, nossa mente continua misturada com a delusão do autoagarramento. Essa delusão está continuamente presente na mente de um ser comum. (GYATSO, p. 222, caminho alegre da boa fortuna, 2010)

Já as ações completadoras são experienciadas somente após o renascimento. Portanto, são as ações que praticamos em nossas incontáveis vidas passadas que irão fazer com que tenhamos experiências boas ou ruins nesta vida. São as ações praticadas que definirão o efeito das ações completadoras.

Uma ação completadora é uma ação que é a causa principal de uma experiência que temos depois de um determinado renascimento. Todos os seres humanos arremessados no mundo humano por ações arremessadoras virtuosas, mas as experiências que eles têm na condição de humanos variam consideravelmente, em função de suas diferentes ações completadoras. Alguns levam uma vida de sofrimento, enquanto outros levam uma vida agradável. Do mesmo modo os animais foram arremessados no mundo animal por ações arremessadoras não virtuosas, mas suas experiências variam consideravelmente em função de suas diferentes ações completadoras. Alguns, como os domésticos, desfrutam de uma vida animal luxuosa e recebem mais cuidados e atenções do que muitos seres humanos. Os seres-inferno e os espíritos famintos têm somente ações arremessadoras não virtuosas e ações completadoras não virtuosas, pois não experienciam nada além de sofrimento durante suas vidas. (GYATSO, p. 222, caminho alegre da boa fortuna, 2010)

Portando as ações arremessadoras tem o seu efeito após nossa morte, nos enviando a um dos reinos do samsara, enquanto que as ações complementadoras tem seu efeito somente após renascermos, fazendo com que tenhamos experiências boas ou ruins. Ambas as ações são

resultados do que praticamos sendo que a diferença estará em quando colheremos seus resultados.

3.2 Ações não virtuosas

Primeiramente veremos os fatores que agravam o poder das nossas ações. Eles são seis: a natureza da ação; intenção; modo de agir; objeto; frequência com que praticamos a ação e aplicação ou não de um oponente.

O grau de sofrimento que experienciamos como resultado de qualquer ação negativa depende do poder da ação e este, por sua vez, é determinado por seis fatores:

1. *Natureza da ação;*
 2. *Intenção;*
 3. *Modo de agir;*
 4. *O objeto;*
 5. *A frequência com que a ação é cometida;*
 6. *A aplicação ou não aplicação de um oponente.*
- (GYATSO, p. 212, caminho alegre da boa fortuna, 2010)*

A natureza da ação nos deixa claro como cada ação tem um maior grau de negatividade que as outras naturalmente, sendo que dentre as principais ações prejudiciais a pior consiste em tirar a vida de

outro ser. Assim o poder desta ação esta ligado diretamente à potencialidade do dano que ela vem a causar aos demais seres vivos.

Algumas ações não virtuosas são, por natureza, mais negativas que outras. A gravidade de qualquer ação não virtuosa corresponde à intensidade do prejuízo que ela inflige aos outros. Entre as três ações corporais não virtuosas e as quatro ações verbais não virtuosas, matar é por natureza a mais destrutiva. Depois, em ordem decrescente vem roubar, má conduta sexual, mentir, discurso divisor, discurso ofensivo e tagarelice. Entre as ações mentais não virtuosas, a cobiça é a menos grave, seguida de malevolência e de adotar visões errôneas, que é a mais grave. (GYATSO, p. 212 e 213, caminho alegre da boa fortuna, 2010)

A negatividade das ações ira resultar do poder que há na delusão que guia esta ação.

O grau de negatividade de qualquer ação depende do poder que tem a delusão envolvida nela. Por exemplo, matar numa crise de fúria é mais negativo que matar com uma raiva moderada. Tagarelar inutilmente com o intuito de impedir alguém de fazer algo importante é mais negativo que tagarelar porque estamos numa festa e todos estão fazendo o mesmo. (GYATSO, p. 213, caminho alegre da boa fortuna, 2010)

Para sabermos a gravidade de uma ação temos de observar a intensidade do dano causado, aos outros seres, pelo nosso modo agir ao praticar determinada ação.

Para julgar o quanto uma ação não virtuosa é grave, devemos observar também a intensidade do prejuízo que o modo de agir escolhido inflige aos outros. Por exemplo, matar um animal rapidamente é menos destrutivo que matá-lo sadicamente, torturando-o de maneira lenta e dolorosa ou levando a vítima a um estado de terror, depois de persegui-la campo afora, com uma matilha de cães ferozes. (GYATSO, p. 213, caminho alegre da boa fortuna, 2010)

O objeto em questão é: para onde está direcionada nossa ação. Assim o que pode aumentar o poder de uma ação maléfica é praticarmos tal tipo de ação contra pessoas boas para nós ou quando a cometemos contra seres sagrados.

O poder de uma ação não virtuosa será maior quando seu objeto for um objeto de refúgio ou alguém especialmente bondoso conosco, como nossos pais. (GYATSO, p. 213, caminho alegre da boa fortuna, 2010)

Quando se fala em frequência com que a ação é cometida, dizem-se respeito à quantidade numérica de vezes que a praticamos, assim, quanto mais vezes tivermos tal comportamento mais poder terá aquela ação não meritória.

Quanto mais vezes cometemos uma ação não virtuosa, mais poderosa ela se torna. Por exemplo, a tagarelice não é uma ação negativa muito grave por natureza, mas, se for compulsivamente repetida sempre que a oportunidade se apresentar, sua negatividade se fortalecerá e ela trará resultados muito mais graves. (GYATSO, p. 213, caminho alegre da boa fortuna, 2010)

A aplicação ou não aplicação de um oponente acontece quando praticamos uma ação de natureza contrária a realizada. Assim, se cometermos uma ação bondosa ela alivia os efeitos das ações negativas. Entretanto, se mantermos apenas condutas errôneas elas terão seu efeito agravado.

A gravidade das nossas ações não virtuosas se atenua quando também fazemos ações virtuosas. Mas, se só cometermos ações não virtuosas, seu efeito será mais grave. (GYATSO, p. 213, caminho alegre da boa fortuna, 2010)

Devemos ver as várias ações não virtuosas, seja ela de corpo, palavra ou mente, como a causa dos renascimentos inferiores. Mas, primeiramente devemos nos ater a reconhecê-las e compreender porque elas nos causam dor e confusão. As principais são: Matar, Roubar, Má conduta sexual, Mentir, Discurso divisor, Discurso ofensivo, Tagarelice, Cobiça, Malevolência, Adotar visões errôneas.

Ações não virtuosas são caminhos que levam aos reinos inferiores. Primeiro precisamos identificá-las e entender como elas resultam em dor e confusão. Com essa compreensão, naturalmente vamos nos esforçar para evitá-las. As ações não virtuosas são extraordinariamente numerosas, mas a maioria delas pode ser incluída em dez:

1. Matar;
2. Roubar;
3. Má conduta sexual;
4. Mentir;
5. Discurso divisor;
6. Discurso ofensivo;
7. Tagarelice;
8. Cobiça;
9. Malevolência;
10. Adotar visões errôneas. (GYATSO, p. 205, caminho alegre da boa fortuna, 2010)

Uma ação se completará quando estiverem presentes os seguintes fatores, que são quatro: objeto, intenção, preparação e conclusão. Portanto, sofreremos os resultados de tais ações, somente, quando estes quatro fatores estiverem reunidos.

Só colhemos o resultado pleno de uma ação quando ela se completa, e uma ação só se completa quando todos os seguintes quatro fatores estiverem presentes em sua execução: o objeto, a intenção, a preparação e a conclusão. (GYATSO, p. 205, caminho alegre da boa fortuna, 2010)

Das principais ações prejudiciais que estamos sujeitos a praticar podemos concluir analisando esses seis pontos que a mais maléfica é a ação de matar e que a menos prejudicial seria a tagarelice. E observando os pontos – Natureza da ação, Intenção, Modo de agir, Objeto, Frequência com que a ação é cometida e aplicação ou não aplicação de um oponente – isso fica ainda mais claro. Pois, a natureza da ação nos mostra que uma ação pode ser mais maléfica que outras, enquanto a intenção diz respeito a delusão envolvida, já o modo de agir deixa claro como podemos ser cruéis ao cometer uma ação maléfica, o objeto diz respeito a quem prejudicamos, a frequência nos aponta como a repetição da ação

pode nos trazer mais prejuízo e a aplicação do oponente deixa claro que se não realizarmos ações opostas, as negativas, só iremos agravar e criar maior familiaridade com o mal.

3.2.1 Matar

A ação de matar subdivide-se em fatores sendo que o primeiro nos mostra como todos os seres vivos são iguais. O segundo fator que determina esta ação é a intenção, porém, ela subdivide-se em: discriminação correta, determinação e delusão. No caso da discriminação correta o que irá contar é se a ação foi cometida contra quem era desejada, apesar de carregar consigo os malefícios da ação de matar. Enquanto que a determinação caracteriza-se como a persistência de executar tal ato contra o indivíduo desejado. Já a delusão que é o terceiro ponto deste segundo fator torna-se essencial, pois existe a necessidade de estarmos sob sua interferência. Assim, se matarmos por compaixão provavelmente não sofreremos tais efeitos, vez que, agindo assim estaremos realizando esta ação para benefício de outros seres, pois estaremos realizando determinada ação por sabedoria.

O primeiro fator, o objeto, da ação de matar é qualquer criatura, desde o menor dos insetos até um Buda. Para que a intenção – o segundo fator – de cometer qualquer ação negativa seja plena, três elementos devem estar presentes: discriminação correta, determinação e delusão. No caso de matar, discriminação correta é uma identificação correta do indivíduo que queremos matar. Por exemplo, se quisermos matar João, mas matarmos Pedro, pensando que Pedro é João, não teremos completado nem a ação de matar João nem a de matar Pedro, embora nossa ação seja nociva e vá nos acarretar resultados negativos. O elemento determinação é a nossa determinação de matar o indivíduo que foi corretamente identificado. Se matarmos alguém acidentalmente, sem o menor desejo de infligir-lhe dano, nossa ação não se completará. Ao cometer a ação, também é preciso que nossa mente esteja sob influência de delusão. É possível que alguém mate sem estar sendo influenciado por qualquer delusão, como no caso de matar por compaixão para salvar outras vidas. Para agir assim, uma pessoa deve ter grande sabedoria e a coragem de tomar sobre si quaisquer resultados negativos que a ação venha a acarretar. Em geral, a ação de matar é motivada por uma das delusões raízes: raiva, apego desejoso e ignorância. Um ladrão pode matar por apego, achando que sua vítima impedirá o roubo. Um soldado pode matar por ódio de seu inimigo ou por ignorância, acreditando que, numa guerra, matar não é uma ação negativa. Algumas pessoas matam alegremente peixes, pássaros

e outros animais levados pela crença equivocada de que não há mal algum nisso. Em algumas religiões, chega-se a ensinar que certos atos de matar são virtuosos, como matar animais para sacrifício. (GYATSO, p. 205 e 206, caminho alegre da boa fortuna, 2010)

A preparação diz respeito a como vamos planejar a ação. Seremos nós que a praticaremos ou contaremos com outro alguém para realizar determinada ação. Sendo que este fator se completará, somente, quando o ser que desejamos ver sem vida, morrer antes de nós.

O terceiro fator, a preparação, refere-se aos preparativos que fazemos para agir. É possível agir diretamente ou encarregar outra pessoa de fazê-lo. Por exemplo, podemos envenenar nossa vítima ou contratar alguém para matá-la a tiros. A ação de matar se completará quando a vítima morrer antes de nós. Nessa ocasião, contanto que todos os outros elementos estejam presentes, teremos criado a causa para experienciar o pleno resultado negativo da nossa ação. (GYATSO, p. 206, caminho alegre da boa fortuna, 2010)

É um grande erro achar que somente quem cometeu o ato de matar outro ser vai colher os efeitos da ação não virtuosa. Contratar uma pessoa para

realizar o ato em definitivo inclusive pode agravar os resultados de uma ação não meritória, pelo fato de nosso egoísmo fazer com que usemos outro ser para realizar uma ação que não tivemos coragem de realizar.

É um equívoco pensar que as consequências das nossas ações não virtuosas podem ser evitadas se contratarmos outra pessoa para agir em nosso lugar. Na verdade, se usarmos outra pessoa como agente, o efeito pleno da ação será duplamente severo, porque duas pessoas terão de sofrer os maus resultados dela. Some-se a isso as consequências que colheremos de explorar outra pessoa, usando-a para nossos propósitos egoístas, sem nos preocupar com o seu bem-estar futuro. (GYATSO, p. 206, caminho alegre da boa fortuna, 2010)

Caso determinada ação seja praticada por grupo de pessoas cada uma delas arcará com os efeitos de determinada ação. Assim, o quarto fator, que é a conclusão, de tal ação somente irá completar-se quando o ser vivo estiver sem vida, pois, caso nos arrependamos e não deixemos que o fato se concretize não sofreremos a plenitude de seu efeito.

Quando um grupo de pessoas concorda em executar uma ação e esta é concluída, cada pessoa incorre,

individualmente, no resultado dessa ação. O objeto da ação pode ser um só, mas haverá tantas ações quanto o número de participantes. Isso se aplica mesmo se o grupo indicar uma única pessoa para executar a ação. Todavia, se mandarmos ou indicarmos alguém para fazer uma ação e depois mudarmos de ideia, antes que a ação seja completada, não incorreremos em seu resultado pleno. (GYATSO, p. 207, caminho alegre da boa fortuna, 2010)

A ação de matar – pessoas ou animais – é retalhada pelo sistema jurídico brasileiro na forma de homicídio ou feminicídio ou ainda quando se mata animais silvestres, domésticos ou domesticados, nativos ou exóticos, mas na filosofia budista matar um animal ou uma pessoa terá o mesmo peso. Aqui também podemos elencar o crime de infanticídio, entretanto nos casos de infanticídio a ação, para a filosofia budista, talvez não seja completa vez que a pessoa age sob a influência do estado puerperal, entretanto quem a praticou não deixara de colher seus frutos.

Assim, como no direito se tem as previsões para aumento de pena dependendo de como uma pessoa foi executada por outra, fica claro que no budismo o modo de agir também influi no resultado que tal ação terá.

3.2.2 Roubar

Aqui também observaremos os quatro fatores. Sendo, o primeiro deles o objeto. Na ação prejudicial de roubar este objeto será tudo aquilo que outra pessoa tenha como sua, mesmo que sejam outros seres. Porém, no caso de pegarmos objetos que já foram descartados por outras pessoas, que acham que eles não possuem mais valor, o roubo não se caracteriza.

O objeto da ação de roubar é qualquer coisa que outra pessoa considere sua propriedade. Isso inclui outros seres vivos, como as crianças ou os animais dos outros. Se pegarmos algo que ninguém reivindica possuir, como um objeto achado no lixo, a ação de roubar não será uma ação completa. (GYATSO, p. 207, caminho alegre da boa fortuna, 2010)

Para que a ação se complete é também necessário que determinado objeto seja devidamente reconhecido e que sejamos guiados por alguma delusão, seja ela: apego desejoso, ignorância ou ódio ou alguma outra.

O objeto do roubo deve ser corretamente identificado. Se quisermos roubar as posses de um inimigo, mas roubarmos as posses de outra pessoa, pensando que

pertenciam ao nosso inimigo, a ação de roubar não se completará em nenhum dos casos. Precisamos também estar decididos a roubar e influenciados por delusão. Normalmente rouba-se por apego desejoso, mas algumas pessoas podem roubar por ódio, com o intuito de atingir um inimigo; outras roubam por ignorância, pensando que não há nada de errado em roubar ou justificando o roubo. Por exemplo, as pessoas podem deixar de pagar impostos, multas ou prestações, alegando que os sistemas que exigem tais pagamentos são injustos; ou podem se achar no direito de roubar seus patrões, dizendo que são mal remunerados. (GYATSO, p. 207, caminho alegre da boa fortuna, 2010)

Assim, tal ação se concretizará no momento em que tivermos o objeto desejado como se fosse nosso, se nos arrependermos durante a execução e não completarmos o roubo não incidirá sobre nós seu resultado pleno. Havendo diversas formas para que se realize o roubo.

Há várias maneiras de roubar. Pode-se roubar secreta ou abertamente ou recorrer a meios tortuosos, como suborno, chantagem ou manipulação emocional. A ação de roubar se completa quando pensamos: “este objeto agora é meu”. Quando pedimos alguma coisa emprestada, podemos nos afeiçoar a ela e mudar de

intenção quanto à sua devolução. Se começarmos a pensar naquele objeto como sendo nosso, desde que as demais condições estejam presentes, teremos completado a ação de roubar. Enquanto estivermos hesitando, nossa ação não será uma ação completa. (GYATSO, p. 207, caminho alegre da boa fortuna, 2010)

Aqui não há como no direito brasileiro uma diferenciação entre furto, roubo, extorsão, apropriação indébita, chantagem e sequestro. Na filosofia budista todos eles são considerados formas distintas de roubo.

3.2.3 Má conduta sexual

Aqui há de se fazer uma distinção entre as pessoas que tomam os votos celibatários e as pessoas que não seguem este caminho, e se casam, e levam suas vidas de outra forma.

Para quem tomou os votos de celibato o objeto da ação será qualquer outro ser vivo. Assim, como acontece para quem não tomou os votos e são casadas cujo objeto da ação será qualquer outra pessoa fora do relacionamento. Já para as pessoas solteiras, o objeto da ação será: as pessoas que estejam em relacionamento com outras, crianças,

mulheres grávidas, animais, pessoas celibatárias ou que não consintam com o ato sexual.

Se tivermos tomado votos de celibato, o objeto de má conduta sexual será qualquer outra pessoa. Se não formos celibatários e tivermos um cônjuge, o objeto de má conduta sexual será qualquer outra pessoa. Se não tivermos votos de celibato e não tivermos um cônjuge, o objeto de má conduta sexual será qualquer um que seja parceiro de outra pessoa (marido, mulher, namorado ou namorada), nossos próprios pais, uma criança, alguém que tenha votos de celibato, mulheres grávidas, animais ou qualquer um que não consinta o ato sexual. (GYATSO, p. 208, caminho alegre da boa fortuna, 2010)

A má conduta sexual também necessita ser guiada pela delusão que, muitas vezes, pode ser o apego. Seu objeto também tem de ser aquele para onde está intencionada a ação.

É preciso identificar corretamente o objeto da má conduta sexual. Por exemplo, se não tivermos nenhum impedimento e mantivermos relação sexual com uma pessoa que acreditamos ser desimpedida, quando de fato ela é casada, nossa ação não será uma ação completa. Também é preciso estar determinado a cometer má conduta sexual e sob influência de uma delusão. Em geral, comete-se má conduta sexual por

apego desejoso, mas em alguns casos a ação é praticada por ódio, como quando os soldados estupram as mulheres e as filhas dos seus inimigos. Outras vezes, comete-se má conduta sexual por ignorância, achando que não há nada de errado nesse ato ou pensando que ele é saudável e sublime, como ocorre quando alguém mantém relação sexual com parceiros de outras pessoas acreditando que o “amor livre” é um caminho a libertação. (GYATSO, p. 208, caminho alegre da boa fortuna, 2010)

Portanto, a ação só se completará quando estiverem presentes os requisitos supracitados e execute-se o ato sexual através da cópula dos órgãos sexuais.

Há diversas maneiras de cometer a ação de má conduta sexual. A ação se completará ao alcançarmos o êxtase sexual pela união dos dois órgãos sexuais. (GYATSO, p. 208, caminho alegre da boa fortuna, 2010)

Na ação de má conduta sexual se encontra dispositivos do direito penal e civil brasileiro, como: estupro, estupro coletivo, estupro de vulnerável e casamento (ex.: vedação da bigamia e traição).

3.2.4 Mentir

Em regra mentir é uma ação verbal, mas pode ser uma ação de corpo caso aconteça através de gestos. Seus objetos são muitos, mas podemos classificá-los em oito categorias, que são: o que se vê, o que se ouve, o que se experiencia e o que se conhece; o que não se vê, o que não se ouve, o que não se experiencia e o que não se conhece.

Existem muitos objetos da ação de mentir, mas a maioria está incluída em oito categorias: o que se vê, o que se ouve, o que se experiencia e o que se conhece; o que não se vê, o que não se ouve, o que não se experiencia e o que não se conhece. Há casos em que a mentira não é uma ação verbal. Por exemplo, alguém pode mentir fazendo gestos, escrevendo ou até ficando em silêncio. (GYATSO, p. 208, caminho alegre da boa fortuna, 2010)

Aqui também não é permitido equívoco quanto ao objeto e também é necessário estarmos atormentados por alguma das delusões, que no caso da mentira pode estar incluída em qualquer uma das delusões raízes – apego desejoso, raiva, orgulho deludido, ignorância, dúvida deludida e visão deludida. Mesmo com todos esses requisitos para que

a ação tenha pleno efeito é necessário que sejamos compreendidos pelo receptor de nossa mensagem.

Para que a ação de mentir seja completa, é preciso que o objeto seja corretamente identificado. Se nos equivocarmos a seu respeito dizendo algo como “minha tigela de oferenda é feita de ouro”, quando queríamos dizer “minha tigela de oferenda é feita de bronze”, a ação não se completará. Além disso, devemos estar determinados a mentir e sob influência de uma delusão. No caso de mentir, qualquer das delusões raízes pode estar presente. Existem diversas maneiras de mentir, mas a ação só se completará quando o indivíduo para quem a mentira foi contada tiver entendido nossa mensagem e acreditado naquilo que lhe foi dito ou indicado. Se nosso interlocutor não nos entendeu a ação não se completará. (GYATSO, p. 209, caminho alegre da boa fortuna, 2010)

Aqui podemos fazer um comparativo com o ato de tentar se enganar a justiça (no caso do advogado) ou no caso de uma testemunha mentir em juízo. Porém, o direito brasileiro não é tão rígido quanto à ideologia ensinada por Buda Shakyamuni, vez que a legislação criminal nacional permite que as partes falem mentiras para se defenderem.

3.2.5 Discurso divisor

O objeto aqui será um grupo de duas ou mais pessoas e a partir do momento em que é identificado tomarmos firmemente a decisão de destruir a relação existente entre as outras pessoas, sempre motivado pela delusão.

O objeto do discurso divisor é constituído por duas ou mais pessoas que mantêm um relacionamento entre si. Se a relação for boa, nosso discurso divisor provocará sua deterioração ou sua completa destruição. Se for má, nosso discurso divisor fará a relação piorar. É preciso identificar corretamente o objeto e estar decidido a estragar a relação entre as pessoas usando o discurso divisor. Nossa mente tem de estar sob influência de delusão. Mais uma vez, qualquer das três delusões raízes pode estar envolvida. (GYATSO, p. 209, caminho alegre da boa fortuna, 2010)

Apesar do discurso divisor, em regra, ser uma ação verbal, há outras formas de o realizarmos. Este tipo de discurso não é somente aquele discurso falacioso. Ele pode retratar a realidade. Entretanto não deixará de magoar as pessoas ao ser pronunciado. Assim, esta ação não meritória se concretizará quando as relações entre as pessoas se

encontrarem menos estáveis que antes de proferirmos tal discurso.

Existem dois tipos de discurso divisor: aquele que é verdade, mas fere os outros ao ser proferido, e aquele que é falso, como calúnia ou difamação. Discurso divisor não é necessariamente uma ação verbal. Podemos destruir a harmonia e a boa vontade entre as pessoas por outros meios, como escrevendo ou silenciando-nos. Há várias maneiras de nos envolvermos em discurso divisor, mas a ação só se completará quando isso resultar na deterioração de um bom relacionamento ou na piora de um mau relacionamento. (GYATSO, p. 209, caminho alegre da boa fortuna, 2010)

Tal discurso pode ser observado claramente em nosso cotidiano ao cometermos um dos crimes contra honra ou quando a mídia ao enfatizar uma notícia acaba por dividir a opinião da população e com isso cria certa instabilidade nas relações entre os seres humanos. Sendo que, dependendo do caso, a mesma mídia tem de dar o direito de resposta a quem foi alvo de seu discurso. Essa é uma prática muito comum durante eleições, onde quem disputa o poder muitas vezes comete abuso em seus discursos.

3.2.6 Discurso ofensivo

Qualquer pessoa que se sinta ofendida com o que dizemos pode ser o objeto deste tipo de discurso. Mas não podemos confundir a pessoa a quem será dirigida a ofensa. Precisaremos estar, também, sob a influência de alguma delusão.

O objeto do discurso ofensivo é qualquer pessoa que possa ser ferida pelo que dizemos. Se ficarmos com raiva do tempo e o insultarmos, nosso discurso ofensivo não será uma ação completa, porque o tempo não pode ser ferido pelas nossas palavras. Temos de identificar corretamente o objeto. Se equivocarmos um objeto por outro – queremos insultar Pedro, mas insultamos João, pensando tratar-se de Pedro –, nossa ação não será completa. Além disso, devemos estar decididos a falar ofensivamente e sob influência de delusão. Em geral, falamos ofensivamente por irritação, e sempre há alguma raiva envolvida na ação. Mas também podemos fazer isso por apego desejoso. Por exemplo, chamamos alguém de gordo para fazê-lo sentir-se mal e, assim, nos deixar seu bolo de chocolate! Às vezes, falamos ofensivamente por ignorância, sem imaginar que os outros podem ser feridos por nossas palavras. Podemos ser deliberadamente ofensivos, na crença de que nossas palavras duras são benéficas para os outros. (GYATSO, p. 209 e 210, caminho alegre da boa fortuna, 2010)

Dentre as diferentes formas de se proferir um discurso divisor, o sarcasmo talvez seja uma das formas mais sutis, pois, apesar de falarmos sem muita exaltação as palavras utilizadas são extremamente agressivas para as pessoas a quem são direcionadas, o que é a sua grande finalidade. Outra forma de se praticar esta ação é através de gestos, humilhantes, direcionados a pessoas certas. Por isso Atisha já alertava para que observássemos, essencialmente: nossa mente quando nos encontrássemos sós e nossas palavras quando estivéssemos com outras pessoas.

Há várias maneiras de se envolver em discurso ofensivo, e o sarcasmo é uma delas. Com sarcasmo, falamos mansamente, com um sorriso no rosto, mas disparamos palavras cujo resultado se assemelha a flechas arremessadas contra a mente de outra pessoa. O propósito do discurso ofensivo é infligir essa dor nos outros. Assim como uma flecha trespassa o corpo do nosso inimigo, o discurso ofensivo trespassa a sensibilidade alheia. O discurso ofensivo não é necessariamente uma ação verbal, e essa dor pode ser infligida sem usar palavras. Por exemplo, com um gesto, podemos humilhar ou ridicularizar alguém. Sempre que estivermos com outras pessoas, devemos vigiar nossa fala e avaliar a dor que nossas palavras são capazes de causar. Devemos ponderar: “Essas

palavras poderiam ser perturbadoras? Poderiam causar infelicidade?”. Como disse Atisha, quando estamos sozinhos, devemos vigiar, em particular, a nossa mente; quando estamos com os outros, devemos vigiar principalmente a nossa fala. (GYATSO, p. 210, caminho alegre da boa fortuna, 2010)

Tal ação só terá efeito pleno quando a pessoa pra quem foi direcionado o discurso entenda a mensagem que foi dita e sinta-se atingida e abalada por conta disso.

A ação do discurso ofensivo se completará quando o indivíduo contra a qual a ação foi dirigida entender nossas palavras, acreditar que foram proferidas a sério e sentir-se perturbado. Se ele não entender nossas palavras, pensar que estávamos brincando ou permanecer imperturbável, a ação não será uma ação completa. (GYATSO, p. 210, caminho alegre da boa fortuna, 2010)

Podemos comparar este discurso aos crimes contra a honra previstos na legislação criminal brasileira.

3.2.7 Tagarelice

Novamente teremos de estar sob orientação da delusão sem trocar ou confundir o objeto que afetaremos com a ação. A tagarelice terá como objeto algo que seja sem sentido.

O objeto da tagarelice é qualquer objeto que seja sem sentido. De novo, precisamos identificar corretamente o objeto, ter a determinação de nos envolver na ação e estar sob influência de delusão. (GYATSO, p. 210, caminho alegre da boa fortuna, 2010)

Tagarelar não é uma ação tão difícil de ser praticada. Todo diálogo supérfluo ou que não acarrete em algo útil será visto como tagarelice, que nem sempre ocorrerá por meio da fala. Porém, será plena somente quando escutarem a fala que pronunciamos.

Há muitas maneiras de tagarelar. Por exemplo, podemos falar tudo o que nos passa pela cabeça ou falar sem qualquer finalidade ou senso de responsabilidade. Qualquer conversa que seja inútil ou não traga real benefício é tagarelice. A tagarelice nem sempre é verbal. Por exemplo, perder um tempo enorme lendo livros frívolos, cheios de romance e fantasia, é um tipo de tagarelice. Embora não seja,

por natureza, uma ação não virtuosa grave, se nos entregarmos a isso com frequência, nossa vida ficará repleta de trivialidades, e isso poderá se tornar um sério obstáculo à nossa prática de Darma. A ação se completará quando os outros ouvirem nossas palavras. (GYATSO, p. 210 e 211, caminho alegre da boa fortuna, 2010)

A tagarelice talvez não tenha tanta importância para o sistema jurídico, entretanto ela é uma ação verbal determinante para nossa conduta moral no cotidiano, pois ajuda-nos a ser mais educados e a refletir melhor sobre o que dizemos sobre os outros.

3.2.8 Cobiça

Como nas demais ações não meritórias, a cobiça também não permite engano e depende das delusões para que aconteça e se concretize. É uma ação mental e seu objeto será tudo aquilo que é inerentemente peculiar à outra pessoa. A partir do momento que nossa mente incessantemente passa a desejar o objeto e decidimos como conquistá-lo a ação se completa.

O objeto da ação mental de cobiça é qualquer coisa que pertença aos outros. Pode ser uma posse material, um emprego, uma posição social de prestígio ou o

cônjuge de outra pessoa. É preciso identificar corretamente o objeto, ter a determinação de possuí-lo e estar sob influência de delusão. Na maioria das vezes, quando sentimos cobiça, nossa mente está perturbada por apego desejoso. Envolvermo-nos na ação pensando repetidamente de que modo vamos obter o objeto cobiçado e completamos a ação quando escolhemos um meio específico e decidimos obter o objeto. (GYATSO, p. 211, caminho alegre da boa fortuna, 2010)

Portanto, aqui não se faz necessário à realização conclusão da ação através do ato de tomar o objeto para si, basta que o queiramos mentalmente para que se colha o efeito pleno da referida ação prejudicial.

A ação mental de cobiça é constituída por uma sequência de pensamentos, que são a determinação de obter o objeto, o exame repetido da melhor maneira de agir e a decisão de obtê-lo pelo meio escolhido. Desde que todos os fatores estejam presentes, a ação se completará, independentemente de efetivarmos ou não a decisão tomada. (GYATSO, p. 211, caminho alegre da boa fortuna, 2010)

A cobiça talvez não seja uma ação punível por normas jurídicas, vez que é uma ação mental, porém dependendo da delusão que aflige nossa mente ela

pode se agravar nos levando a praticar ações mais graves como o roubo, estupro, homicídio, dentre outras ações maléficas.

3.2.9 Malevolência

Nesta ação mental o objeto pode ser qualquer ser vivo. Assim, quando imaginamos continuamente em como ocasionar algo de ruim para algum ser e chegamos à conclusão de como realizar o ato, já estamos praticando determinada ação. Lembrando que sempre devemos estar sob domínio de alguma delusão e nunca pode haver confusão entre o objeto que pretendemos prejudicar.

O objeto da ação mental de malevolência, ou pensamento maldoso, é qualquer outro ser. É preciso identificá-lo corretamente, ter a determinação de manifestar nossa inimizade e estar sob influência de uma das delusões raízes. Envolvemo-nos em malevolência quando consideramos repetidamente como prejudicar outra pessoa; e completamos a ação quando escolhemos o meio de agir e decidimos efetivá-lo. (GYATSO, p. 211, caminho alegre da boa fortuna, 2010)

Como em outras ações mentais os pensamentos maldosos não precisam ser praticados,

através do corpo ou da fala, para que cheguem ao estágio de conclusão. Isso acontecerá só se gerarmos firme convicção de como causar um dano a qualquer ser sem necessariamente colocar tal plano em prática.

A ação mental de malevolência é constituída por uma sequência de pensamentos, que são a determinação de expressar nossa malevolência, o exame repetido da melhor maneira de agir com esse intuito e a decisão final de prejudicar o outro pelo meio escolhido. Desde que todos esses fatores estejam presentes, a ação se completará e incorreremos no resultado pleno, independentemente de termos expressados nossa malevolência com ações corporais ou verbais. (GYATSO, p. 211, caminho alegre da boa fortuna, 2010)

Por também ser uma ação mental esta ação talvez não seja objeto de sanção para o direito, mas como as demais ações desta natureza ela tem uma influência muito forte sobre nossas condutas, pois pode nos levar a prejudicar outros seres de diversas formas, cometendo diversas formas de atrocidades, dependendo da delusão sob a qual estaremos sendo influenciados

3.2.10. Adotar visões errôneas

Veza que, para se tornar um Buda temos de conhecer determinados objetos como, por exemplo, a lei do carma e as quatro nobres verdades. Assim, para realizar esta ação devemos ter uma decisão de contestar firmemente a existência de tais objetos. Porém, para que seja completa também será necessária a intervenção de uma delusão e a distinção correta do objeto.

Para alcançarmos a libertação e a iluminação, há certos objetos que devemos conhecer, como a existência de vidas passadas e futuras, a lei do carma, as quatro nobres verdades e as Três Joias. Para cometer a ação negativa de adotar visões errôneas, temos de estar determinados a negar a existência desse tipo de objeto, pensando: “Não vejo minhas vidas futuras; logo, elas não existem”. Também precisamos identificar corretamente o objeto que estamos negando e estar com a mente influenciada por uma delusão. (GYATSO, p. 212, caminho alegre da boa fortuna, 2010)

Para realizar esta ação devemos ter pensamentos amiúdes sendo que o único objetivo é a negação do objeto. Sendo assim, completaremos a

ação prejudicial quando nos atermos em nossa convicção que sustenta uma visão errônea.

Adotamos visões errôneas quando pensamos, repetidamente, de que forma iremos negar a existência do objeto. Há várias maneiras de fazê-lo como repudiando dogmaticamente o objeto, usando raciocínios incorretos ou gerando fé em alguém que ensina visões errôneas. Completamos a ação quando escolhemos um meio de agir e decidimos confiar nele para sustentar firmemente nossa visão errônea. Nesse ponto, fechamos nossa mente e criamos causa para experimentar o pleno resultado negativo da nossa ação. (GYATSO, p. 212, caminho alegre da boa fortuna, 2010)

Esta ação é de extrema relevância dentro da filosofia proposta por Buda porque ela mostra a importância dos ensinamentos dados por ele.

Analisando as ações não virtuosas podemos ver como Buda Shakyamuni teve uma visão vanguardista para sua época, momento em que a Índia passava pelo domínio dos Bramanes. Ele teve a coragem de defender dentro da sociedade de castas os ideais de igualdade, talvez algo inimaginável para a época. Defendia também o direito dos animais.

3.3 Ações virtuosas

Trataremos primeiro dos fatores que irão determinar o poder benéfico de uma ação virtuosa. Ele tem o efeito oposto do que acontece com as ações não meritórias em todos os fatores – natureza da ação, intenção, modo de agir, o objeto, a frequência com que a ação é cometida e, a aplicação ou não aplicação de um oponente – pois, uma ação virtuosa, por melhor que seja também dependerá da pureza da intenção. A maneira com que agimos e o objeto a que direcionamos a ação também influem no poder, bem como a repetição da ação meritória. Assim, para substanciar o efeito de uma ação benéfica devemos regozijar o fato de a termos realizado.

Podemos entendê-los a partir do item referente aos fatores que agravam as ações não virtuosas. Por exemplo, abandonar a ação de matar é mais benéfico que abandonar a ação de roubar e assim por diante. O quanto uma ação será virtuosa depende também do poder da intenção que está envolvida nela. O grau de benefício que resulta do meio de agir escolhido afeta igualmente o poder da nossa ação virtuosa, assim como o objeto da ação. Quanto mais repetimos uma ação virtuosa, mais poderosa ela se torna. O poder da ação será reforçado se nunca nos arrependermos

dela, mas, ao contrário, nos regozijarmos por tê-la cometido. (GYATSO, p. 218, caminho alegre da boa fortuna, 2010)

As dez principais ações virtuosas são o oposto das dez ações prejudiciais, ou seja, o esforço para que abandonemos tais ações. As ações meritórias nos dão experiências temporárias de felicidade dos renascimentos afortunados até que atinjamos o nirvana.

As ações virtuosas são caminhos que conduzem à felicidade temporária dos renascimentos elevados e à felicidade última da libertação e da plena iluminação. Assim como existem dez ações não virtuosas, também existem dez ações virtuosas principais. Cada uma das dez ações virtuosas corresponde à abstenção de uma das dez ações não virtuosas, com base num claro reconhecimento dos perigos destas. (GYATSO, p. 217, caminho alegre da boa fortuna, 2010)

A prática de ações positivas é a base da disciplina moral, uma vez que descobriremos o perigo das ações não virtuosas e teremos a determinação para deixarmos de praticá-las. Porém, se reconhecermos os prejuízos das ações não meritórias e não deixarmos de praticá-las não

adiantará muita coisa, pois não estaremos praticando a disciplina moral.

Abster-se deliberadamente de ações não virtuosas, tendo reconhecido seus perigos, é a prática de disciplina moral. Já que a sabedoria de compreender os efeitos das ações negativas e a firme decisão de praticar abstenção são ambas necessárias, a fim de praticarmos disciplina moral, não podemos dizer que estamos praticando disciplina moral só porque não estamos envolvidos em nenhuma negatividade. Crianças de colo não cometem ações não virtuosas, como roubar, e, no entanto, não estão praticando disciplina moral, pois não entendem os perigos das ações não virtuosas e não tomaram a firme decisão de abandoná-las. (GYATSO, p. 217, caminho alegre da boa fortuna, 2010)

Apesar de serem os mesmos quatro fatores – objeto, intenção, preparação e conclusão – das ações não virtuosas, a intenção quando praticamos ações virtuosas não estará sob influência de delusão.

Os mesmos quatro fatores que consumam uma ação não virtuosa precisam estar presentes para que as ações virtuosas sejam completas. No caso das ações virtuosas, contudo, o fator intenção não inclui o terceiro componente, a delusão. (GYATSO, p. 217, caminho alegre da boa fortuna, 2010)

Independente da opção religiosa a disciplina moral de abandonar ações prejudiciais pode ser praticada por qualquer pessoa, pois todos são capazes de compreender os malefícios das ações não virtuosas.

Pessoas que não praticam o budismo também podem praticar a disciplina moral de abster-se das ações não virtuosas, pois elas podem compreender os efeitos nocivos dessas ações e tomar a firme decisão de praticar abstenção. Se, por alguma razão, estivermos impossibilitados de estudar, meditar ou recitar preces, ainda assim podemos praticar a disciplina moral de abandonar as ações não virtuosas e isso, por si só, já será uma grande e vasta prática espiritual. (GYATSO, p. 218, caminho alegre da boa fortuna, 2010)

Assim, fica claro que para se praticar as ações meritórias e abandonar as ações não prejudiciais não é necessário acreditar na existência de Buda. Pois, como o mesmo nos mostra, toda pessoa tem potencial para praticar o bem, independente de suas convicções.

4. ÉTICA E BUDISMO

Antes de definirmos como é a ética budista veremos os diferentes conceitos ocidentais, para vermos se há distinção da ética proposta 624 a.C. por Buda Shakyamuni.

4.1 Ética ou moral?

Para alguns autores não há necessidade de se distinguir as duas palavras, uma vez que, a etimologia de ambas as palavras são idênticas, como nos diz Luc Ferry, e seu significado é costume. O que realmente muda é a língua de onde se originaram, pois uma vem do latim enquanto a outra do grego. Já para outros filósofos, como Kant, a moral são os princípios gerais enquanto a ética sua aplicação.

Há quem não faça distinção entre ética e moral. Assim Luc Ferry, para quem ambos os termos são intercambiáveis. Em uma de suas obras, inicia com “uma observação a respeito de terminologia, para que se evitem mal entendidos. Deve-se dizer ‘moral’ ou ‘ética’, e que diferença existe entre os dois termos? Resposta simples e clara: a priori, nenhuma, e você pode utilizá-los indiferentemente. A palavra ‘moral’ vem da palavra latina que significa ‘costume’, e a

palavra ‘ética’, da palavra grega que também significa ‘costume’. São, pois, sinônimos perfeitos e só diferem pela língua de origem”. Apesar disso, alguns filósofos aproveitaram o fato de que havia dois termos e lhes deram sentidos diferentes. Em Kant, por exemplo, a moral designa o conjunto dos princípios gerais, e a ética, sua aplicação concreta. Outros pensadores ainda concordarão em designar por ‘moral’ a teoria dos deveres para com os outros, e por ‘ética’, a doutrina da salvação e da sabedoria. (NALINI, p. 32, ética geral e profissional, 2013)

Apesar de não haver muita importância na diferenciação dos termos, Edouard Delruelle vê os dois de outra forma, onde a ética restringe uma dimensão do comportamento que foge à moral. E como se fosse a maneira como cada um se conduz e define-se como sujeito moral.

Edouard Delruelle emprega os verbetes com sentidos diferentes: o termo ética permite delimitar uma dimensão do comportamento que escapa a moral... é a dimensão subjetiva e ponderada dos valores e das normas; a forma como cada um se conduz, como cada um se define enquanto sujeito moral”. Por que não? Nada impede de se utilizar essas duas palavras dando-lhes sentidos diferentes. Mas nada obriga, porém, a fazê-lo. (NALINI, p. 32 e 33, ética geral e profissional, 2013)

Já para os mais pragmáticos dizem que a moral é ampla e abrangente, porém, quando são transformadas em leis passam a ser vistas como ética.

Numa visão pragmática, há quem sustente que a moral é ampla e abrangente. Quando suas normas são positivadas, está-se a falar de ética. Por isso é que existem “Códigos de Ética” e não “Códigos de Moral”. (NALINI, p. 33, ética geral e profissional, 2013)

Se nos atermos a analisar somente a etimologia e os fatos históricos da palavra grega, que representa ética, veremos o quão difícil é defini-la. No singular a palavra grega remete-nos ao hábito ou comportamento individual que por sua vez dependerá da educação ou da natureza ou convenção social. Já quando o mesmo termo encontra-se no plural transmite outro conceito onde o hábito ou comportamento são praticados por grupo de pessoas (não individualmente) e pode representar os costumes.

De fato, o termo ética, em sua etimologia, revela que éthos está ligado a essas idéias primordiais. E, da análise, revela-se que éthos (grego, singular) é o hábito ou comportamento pessoal, decorrente da

natureza ou das convenções sociais ou da educação; éthe (grego, plural) é o conjunto de hábitos ou comportamentos de grupos ou de uma coletividade, podendo corresponder aos próprios costumes. (BITTAR; ALMEIDA, p. 458 e 459, curso de filosofia do direito, 2005)

Dentre tantas definições tentando distinguir as palavras talvez não seja tão necessário se fazer essa diferença. Portanto usaremos as duas como sinônimos conforme definição apresentada por Luc Ferry.

4.2 Ética no cotidiano

Para certos filósofos a ética pode ser vista como estudo da conduta humana diante de outros seres. Buscando valorar a ação a partir da constatação de que, determinada ação, é ou não aceitável diante dos demais seres humanos.

Em sentido de maior amplitude, a ética tem sido entendida como a ciência da conduta humana perante o ser e seus semelhantes.

Envolve, pois, os estudos de aprovação ou desaprovação da ação dos homens e a consideração de valor como equivalente de uma medição do que é

real e voluntarioso no campo das ações virtuosas. (SÁ, p. 17, ética profissional, 2007)

Nós, seres humanos, temos a natureza de ser fundamentalmente ético. Assim, o conceito do que se diz ser bom ou mau está em cada ação praticada pelo homem, sendo que tal conceito não é cabível para os outros seres irracionais.

A vida humana se caracteriza por ser fundamentalmente ética. Os conceitos éticos “bom” e “mau” podem ser predicados a todos os atos humanos, e somente a estes. Isto não ocorre com animais brutos. Um animal que ataca e come o outro não é considerado maldoso, não há violência entre eles. (ALVES apud BITTAR, p. XVII, curso de ética jurídica, 2005)

Pelo fato de o homem nascer com o livre arbítrio e, essa liberdade ser ao mesmo tempo consciente, vez que, ele tem ciência de suas atitudes, a ética acaba encontrando-se em cada ato praticada pelo ser humano no dia a dia. Apesar desta liberdade ser limitada pelas escolhas que devem ser tomadas pelo ser humano, pois somos obrigados a escolher qual ação praticar. Isso faz com que demos valor às coisas e não há liberdade sem que valorizemos algo.

Vê-se, pois, que o plano ético permeia todas as ações humanas. Isto ocorre porque o homem é um ser livre, vocacionado para o exercício da liberdade, de modo consciente. Sem liberdade não há ética. A liberdade supõe a operação sobre alternativas; ela se concretiza mediante a escolha, a decisão, a consciência do que se faz. Isso implica refulgir à determinação unilateral necessária, à determinação meramente causal. É a afirmação da contingência, da multiplicidade. Diante da multiplicidade de caminhos a nossa disposição, avaliamos e escolhemos. Na verdade, somos obrigados a escolher. Somos obrigados a exercer liberdade. Assim, a decisão supõe a possibilidade e paradoxalmente, a necessidade de estimar as coisas e as ações humanas para atender as nossas demandas; supõe a avaliação de múltiplos fatores que perfazem uma situação humana complexa. Ai, portanto, temos também compreendida a esfera do valor. Não há liberdade sem valoração. Essa esfera, entretanto, é muito ampla, pois envolve não só o mundo da ética, mas também o da utilidade, da estética, da religião, etc. (ALVES apud BITTAR, p. XVIII, curso de ética jurídica, 2005)

A ação moral, do ser humano, não consiste em uma atitude tomada isoladamente, mas sim a prática rotineira daquele determinado tipo de ato ou forma de comportamento. Assim, a ação moral é a forma como vamos escolher levar nossa vida e quais hábitos cultivaremos para que aconteçam

corriqueiramente em nosso cotidiano. Essa liberdade que temos de agir e as escolhas que tomamos diante das diferentes espécies de ação humana, são de fato o que determinarão nossa ética.

Dentre as possíveis espécies de ação humana (ação política, ação de trabalhar, ação de se alimentar, ação de pensar, ação de emitir, um discurso...), de acordo com a canalização das energias e sua adequação ao cumprimento de determinadas metas, há que se priorizar as atenções deste estudo por sobre a ação moral. É tarefa difícil defini-la, em si por si, mas sabe-se que a ação moral não pode corresponder a um único ato isolado com determinado conteúdo (dar uma esmola, perdoar uma ofensa, fazer justiça, perante um desvalido...). De fato, estar diante de uma ação moral não é estar diante de uma ação com determinado conteúdo, mas sim estar diante de uma ação cuja habitualidade comportamental confere ao indivíduo a característica de ser único e poder governar-se a si mesmo. Então a ação moral tem que ver com uma determinada forma de se conduzir atitudes de vida; uma única atitude não traduz a ética de uma pessoa, é mister a observação de seus diversos traços comportamentais. O poder de delinear e decidir qual a melhor (ou mais oportuna, ou mais adequada...) forma de conduzir a própria personalidade em interação (familiar, grupal, social...) é uma liberdade da qual faz uso todo ser humano; a ética é a capacidade coligada a essa

liberdade. (BITTAR, p. 4 e 5, curso de ética jurídica, 2005)

Por isso a ética vai ser determinada por três fatores: conduta livre e autônoma, conduta dirigida pela convicção pessoal e conduta insuscetível de coerção.

Há que se dizer, portanto, como decorrência do que se acaba de afirmar que a ética demanda do agente: 1. Conduta livre e autônoma [...]; 2. Conduta dirigida pela convicção pessoal [...]; 3. Conduta insuscetível de coerção[...]. (BITTAR, p. 5, Curso de ética jurídica, 2005)

A ética não descarta o estudo das ciências que tentam explicar a mente e o espírito, até porque a ética estuda as condutas humanas.

Sendo a conduta observável, uma consequência de vontade e esta de uma consciência, tudo o que reside nas áreas da mente, do espírito, interessa ao estudo da ética. (SÁ, p. 57, ética profissional, 2007)

Mas, isso não faz com que a ética perca sua autonomia como ciência, pois, a ética já tem, por natureza, ligação com estas ciências, uma vez que elas buscam analisar as virtudes.

Embora sem perder sua autonomia científica, a Ética tem, por conseguinte, ligação muito forte com as doutrinas mentais e espirituais, pois, em verdade, são fontes de conhecimento que interessam diretamente à análise das virtudes. Tais territórios ainda reservam muitas surpresas no campo do conhecimento, pois, muito existe a conquistar nesses domínios. (SÁ, p. 57, Ética profissional, 2007)

Talvez com isso possamos entender o porquê da ciência positiva não conseguir resolver a questão da conduta humana.

Qual o outro problema da Filosofia que a ciência positiva não resolve, nem está em condições de resolver? É o problema da conduta ou do valor da ação humana. (Reale, p. 34, filosofia do direito, 2002)

Assim, fica claro que a criação de leis e positivação de princípios não são de muita valia, pois não conseguem, pura e simplesmente, obrigar os seres humanos a agirem da forma estabelecida pela ciência positiva. Este campo da ciência só nos ajuda a compreender melhor os problemas do mundo do dever, todavia nunca os trará solução, somente trará urgência para uma tentativa necessária ou desesperada de sua solução. O livre arbítrio do ser

humano não pode ser guiado por um conjunto de normas. Tais problemas, para os quais a ciência não encontra solução, são conhecidos como problemas éticos e nas verdadeiras filosofias são considerados primordiais, pois possuem o intuito de aperfeiçoar a moral da humanidade, além de determinar o valor do bem.

Por mais que o homem descubra e certifique verdades e seja capaz de atingir leis ou princípios, seus conhecimentos da realidade, sic et simpliciter, não envolvem a obrigatoriedade da ação. [...] A ciência pode tornar mais gritante o problema do dever, mas não o resolve. Os conhecimentos científicos tornam, às vezes, mais urgentes a necessidade de uma solução sobre o problema da obrigação moral, mas não implicam qualquer solução, positiva ou negativa. O problema do valor do homem como ser que age, ou melhor, como o único ser que se conduz, põe-se de maneira tal que a ciência se mostra incapaz de resolvê-lo. Este problema que a ciência exige, mas não resolve, chama-se problema ético, e marca momento culminante em toda verdadeira Filosofia, que não pode deixar de exercer uma função teleológica, no sentido de aperfeiçoamento moral da humanidade e na determinação essencial do valor do bem, que para o indivíduo, quer para a sociedade. (Reale, p. 34 e 35, filosofia do direito, 2002)

Neste diapasão podemos dizer que a norma jurídica tem sim sua relevância, pois é ela que auxilia a guiar o comportamento humano diante de seus semelhantes e de toda sociedade. Entretanto esta depende da compreensão dos valores objetivos por parte do homem.

As ciências positivas, com suas leis e teorias, não deixam, é claro, de exercer influência sobre nosso comportamento, assim como sugerem caminhos a serem seguidos ou evitados, tanto como fornecem meios adequados à consecução de fins. Estes resultam, porém, do reconhecimento de valores objetivos que são a razão de ser da conduta. A atitude do homem perante o homem e o mundo, e a projeção dessa atitude como atividade social e histórica, eis o tema nuclear e até mesmo dominante da Filosofia. (Reale, p. 35, filosofia do direito, 2002)

Aqui os filósofos nos mostram como a conduta ética do ser humano é movida pelo livre arbítrio, portanto não sendo cabível a ciência positiva na solução dos problemas éticos. Deixando claro porque o estudo dos fatores mentais e espirituais são de extrema relevância para o desenvolvimento científico, pois eles ajudam a determinar a conduta ética do ser humano, auxiliando na compreensão de

como este toma suas decisões dentro do livre arbítrio que lhe é conferido por natureza.

4.3 Direito e moral

Apesar de ter certa autonomia científica, pelo fato de o direito ser forma, acaba se ajustando as experiências sociais, dentre as quais se encontra a moral e a religião. Assim, o direito cria sua própria experiência que acaba embasando-se nas experiências sociais que, de certa forma, também possuem o seu dever-ser.

Pode-se mesmo estudar a autonomia do direito em face das outras experiências, o que se fará a seguir, mas não se poderá fazê-lo sem considerar a importância de vislumbrar que a matéria da qual se constitui toda a experiência jurídica advém do caudal das influências das demais regras de dever-ser. Digase de princípio, que o Direito é forma, e que esta forma se apropria das experiências gerais da sociedade (incluídas as morais dos grupos, as reflexões religiosas, os imperativos políticos, as ideologias reinantes, etc.) para colocá-las sob uma forma, que passa a determinar esta substância ou este conteúdo como juridicamente determinado e vinculante. Uma sociedade hipócrita em seus valores tende a ter um Direito que resguarda sua hipocrisia (moral hipócrita). Uma sociedade democrática, livre,

madura politicamente, eticamente responsável, tende a conceber aos seus direitos a partir destes valores. (BITTAR; ALMEIDA, p. 439 e 440, curso de filosofia do direito, 2005)

Não pode o direito se esquivar do estudo destas áreas do conhecimento humano, pois o direito surge das ações praticadas pelo ser humano, que por sua vez tem influência em toda sociedade. Sendo a própria sociedade implementadora de valores por meio de seus mecanismos. E é esta troca de conceitos éticos e morais, entre indivíduo e sociedade, que funda os valores, jurídico-normativos e sociais.

A pergunta “de onde surge o Direito?” Pode-se responder fazendo-se pensar no fluxo das ações, o indivíduo, que produz conceitos e padrões éticos e os envia à sociedade, até a sociedade também produz padrões e conceitos morais e os envia (ou inculca) por meio de seus mecanismos generalizantes (pressão social, instituições, tradições, mitos, meios de comunicação, discurso hegemônico procedimentos, exigências, regras) à consciência do indivíduo. É desta interação, e com base no equilíbrio destas duas forças, que se pode extrair o esteio das preocupações que fundam a formação do ciclo de retroalimentação entre o universo dos valores sociais e o universo dos valores jurídicos- normativos. (BITTAR; ALMEIDA, p. 440, curso de filosofia do direito, 2005)

Assim, pode o direito escolher se vai avançar junto com a moral ou de forma separada. Essas hipóteses mostram como o direito vai escolher agir quando estiver diante dos anseios morais de uma determinada sociedade.

Os esforços de diferenciar Direito e moral não devem ser maiores que os de demonstrar suas imbricações. O Direito pode caminhar em consonância com os ditames morais de uma sociedade, assim como andar em dissonância com os mesmos. Na primeira hipótese, está-se distante de um Direito moral, e na segunda hipótese, está-se diante de um Direito imoral. Essas expressões bem retratam a pertinência ou impertinência do Direito com relação às aspirações da sociedade. (BITTAR; ALMEIDA, p. 441, curso de filosofia do direito, 2005)

Pelo fato de a ação moral exigir que as pessoas tomem ações exteriores, através de atitudes que estejam vocacionadas pelo seu instinto interior. Apesar de terem suas divergências, a norma ética acaba sendo parecida com a norma jurídica, pois a natureza das duas é orientar as ações humanas.

Se a moral demanda do sujeito uma atitude (solidariedade), seu estado de espírito, sua intenção e

seu convencimento interiores devem estar direcionados no mesmo sentido vetorial das ações exteriores que realiza (intenção solidária, e não interesseira). É certo que a norma ética se constitui, na mesma medida da norma jurídica, de um comando de ordenação e orientação da conduta humana (dever ser), tornando-se critério para averiguação da ação conforme ou desconforme, mas há que se notar esse diferencial. Se o Direito demanda do sujeito uma atitude (não matar), conforma-se com a simples não-ocorrência do fato considerado criminoso. (BITTAR; ALMEIDA, p. 442, curso de filosofia do direito, 2005)

Essa ligação entre as duas espécies de norma é comprovada historicamente, vez que, as sociedades primitivas não faziam muita distinção entre moral, religião e direito.

Até mesmo do ponto de vista histórico, pode-se provar a intrínseca relação do Direito com a moral. Isso porque, a princípio, eram indistintas, nas comunidades primitivas as práticas jurídicas, as praticas religiosas e as praticas morais. A sacralidade, o espiritualismo e o ritualismo das antigas práticas jurídicas e de suas fórmulas denunciam essa intrínseca relação. (BITTAR; ALMEIDA, p. 444, curso de filosofia do direito, 2005)

A moral apesar de possuir valores distintos, da ordem jurídica, não se distânciam do direito quando se trata do estudo do comportamento humano. Dando importância primordial ao estudo da axiologia por parte do direito. Fazendo com que moral e direito estejam cada vez mais próximas, pois tal interação pode ser vista até mesmo nas decisões tomadas pelos juízes.

A ordem moral, por ser espontânea, informal e não coercitiva distingue-se da ordem jurídica. No entanto, ambas não se distanciam, mas se complementam na orientação do comportamento humano. A axiologia é, portanto capítulo de fundamental importância para os estudos jurídicos, visto que dá cristalização reiterada e universal por meio dos costumes diante do surgimento de exigências normativas jurídicas. Apesar dos esforços teórico-didáticos no sentido de diferenciar Direito e Moral, não se pode perceber senão uma profunda imbricação entre o exercício do juízo jurídico e o exercício do juízo moral; pode-se até mesmo perceber esta inter-relação no ato decisório do juiz, sempre sobrecarregado pelas inflexões pessoais, costumeiras, axiológicas, contextuais, e socioeconômicas que circundam o caso sub judice. (BITTAR; ALMEIDA, p. 444, curso de filosofia do direito, 2005)

O jurista Paulo Nader também faz considerações contundentes entre a relação do direito com a moral. Para o filósofo a interação entre os dois é constante. Talvez, pelo fato de o direito ser um produto da cultura, que busca incessantemente a justiça, que por sua vez interage com a moral. Portanto, nessa incansável procura para estabelecer o que é justo, acaba o jurista muitas vezes fundamentando as leis encima de valores morais. Por isso muitas vezes nos deparamos com o direito positivado sob uma perspectiva moral. Mas nem sempre as normas jurídicas serão guiadas pela moral, pois, depende de fatos, o que nem sempre se faz necessário para a ética.

12.4. Nexos com a moral: o envolvimento entre a Filosofia do Direito e a Moral é intenso. O direito, como produto cultural que é, realiza valores; é engenho humano que visa à consagração da justiça, e esta se acha enlaçada com a Moral. De fato, o Direito não é exclusivamente um composto normativo ou apenas uma sucessão de fatos sociais. A sua composição, além de reunir normas jurídicas e fatos sociais integra-se de valores, que são juízos estimativos emitidos pelo legislador na tentativa de produzir o Direito justo, Direito que corresponda aos princípios do Direito Natural. Nesse esforço de plasmar o Direito justo pretende-se em grande parte a

sintonia da ordem jurídica com a ordem moral. Ao tutelar o valor bem, a Moral fornece importantes medidas à formação do Direito Positivo, tanto que a própria noção de justiça se insere no âmbito do bem. A ordem jurídica, porém, não se inspira totalmente na Moral visto que o Direito cogita de atos que são alheios àquele setor da Ética. (NADER, p. 29, filosofia do direito, 2005)

Independente de qual seja a moral (natural ou positiva) analisada. A moral será uma das referências do direito positivo quando analisado pela filosofia do direito.

A Filosofia do Direito, ao analisar o Direito Positivo o faz considerando a Moral como um de seus pontos referências, tanto a Moral Natural, que expressa a noção pura de bem derivada da natureza das coisas, quando a Moral Positiva, que é aquela consagrada historicamente por determinada sociedade. (NADER, p. 29, filosofia do direito, 2005)

Todavia, é necessário diferenciar as leis naturais ou físicas das leis culturais, pois as leis que se originam da cultura dependem da vivência do real. A norma, por ser um produto da cultura, surge na dependência das leis culturais e isso faz com que possamos compreender o porquê de a norma poder

reconhecer uma ação ética como sendo ou não necessária.

É mister, pois, distinguir entre as leis físicas ou naturais, de ordem explicativa, e as leis culturais que envolvem uma “conexão de sentido”, ou a vivência do real, sendo de ordem compreensiva. Uma das espécies de leis culturais são as normas, que implicam o reconhecimento da necessidade ética de se agir ou não em certo sentido. (REALE, p. 251, filosofia do direito, 2002)

A interação entre os bens de cultura faz com que os mesmos não somente se expliquem como também se compreendam. Sendo a alta explicação decisiva para que alcancemos a compreensão dos bens culturais, elucidando a vivência, pois essa se faz determinante para entendermos o valor da ação humana.

Os bens de cultura compreendem-se, não se explicam apenas. O explicar é condição do compreender, porque em todo objeto cultural existe um elemento que é o “suporte”. A compreensão marca, ao contrário, o íntimo contacto (vivência) com o elemento valorativo ou axiológico, que nos dá sentido ou significado de um fato humano. Sem “compreensão”, entendido o termo na acepção especial que lhe estamos dando, não existe

ciência cultural. (REALE, p. 251 e 252, filosofia do direito, 2002)

Assim, o fato das regras morais e jurídicas serem produtos de bens culturais, faz com que elas não possam ser apenas explicadas, pois é necessariamente intrínseco, a tais normas, sua compreensão.

Se lembrarmos, a esta altura, que as regras morais e as jurídicas são bens de cultura, compreenderemos logo que elas não podem ser apenas explicadas, porque devem ser “compreendidas”. (REALE, p. 252, filosofia do direito, 2002)

Apesar de o direito ser uma ciência dependente do legislador, pois é o mesmo que regulamenta as leis, são as leis culturais que dão um significado aos valores sociais através das diretrizes dadas para que se haja um melhor entendimento da realidade. Determinada diretriz visa o alcance da ética ao entender que a conduta humana deve se reger de tal forma que obrigue e abstenha o ser humano a agir da maneira mais harmônica dentro da sociedade.

As leis culturais expressam sempre um sentido para um ou mais valores, segundo diretriz compreensiva

dos significados próprios da realidade estudada, diretriz essa que adquire alcance ético quando se declara a obrigatoriedade de determinados atos e abstenções. A Sociologia, por exemplo, não impõe regras à conduta humana, muito embora possa prever as conseqüências desta ou daquela classe de comportamento no seio do grupo. Já o direito é uma ciência à qual é inerente e essencial o momento regulativo. (REALE, p. 253, filosofia do direito, 2002)

Isso faz com que a norma jurídica, que de certa maneira é um subproduto da lei cultural, limite o direito de estudar outros ramos da ciência (como as ciências exatas), pois cada área do conhecimento tem suas próprias leis e metodologias.

A norma jurídica é, por conseguinte, uma espécie de norma ética, assim como essa é uma espécie de lei cultural. Daí a impossibilidade de estender aos domínios do Direito, princípios e métodos peculiares às pesquisas da Física ou Matemática: cada região ônica possui leis próprias, bem como a metodologia correspondente às suas estruturas objetivas. (REALE, p. 253, filosofia do direito, 2002)

O jurista então passa a assumir o papel de compreender e interpretar as normas de forma a buscar seu significado imputando a elas fatos corriqueiros, pois a cultura faz com que a norma

jurídica tenha um lado valorativo da conduta humana.

O jurista, portanto, realiza um trabalho de compreensão, quer dizer, de estimativa, procurando interpretar a regra em seu significado, em seu sentido, subordinando-lhe o fato, que a prova dos autos retrata, na totalidade de sua força.

Se arrancarmos o elemento valorativo do mundo da cultura, nada terá sentido. (REALE, p. 255, filosofia do direito, 2002)

Porém, compreender uma lei não é tarefa simples. A compreensão de uma lei vai muito além da explicação, pois não admite uma certa lógica que busca brechas na legislação vigente. A análise formal de textos legais muitas vezes deturpa o propósito do direito.

Interpretar uma lei não é explicar a lei, mas é compreendê-la. Não basta ter espírito lógico, procurando penetrar nas nuances, nos matizes dos textos legais, porque, muitas vezes, esse trabalho de mera análise formal leva à deturpação do Direito. (REALE, p. 255, filosofia do direito, 2002)

Por isso como não há nada pior para os bens culturais que a tentativa de torná-lo lógico. Pode-se

dizer que o direito vem sofrendo do mesmo mau, pois mesmo não sendo uma ciência exata acaba caindo no erro de se querer achar uma fórmula perfeita, porém acaba se esquecendo da natureza humana, que é determinado pelo livre arbítrio.

Dante já dizia ser Mefistóles um grande lógico: não raro mata-se a verdade, reduzindo-a apenas à sua forma lógica pura. Não há maior inimigo dos bens culturais do que a preocupação de transformá-los em logicidade. É o que acontece quando se quer esvaziar o Direito de seu conteúdo, para que pareça com uma forma geométrica, sem correspondência perfeita na realidade concreta da vida.(REALE, p. 255 e 256, filosofia do direito, 2002)

Como vimos o direito é forma, vez que também é um produto cultural e com isso acaba se apropriando de outras culturas éticas e morais. Assim, o direito de uma nação pode escolher se acompanha, ou não, os preceitos morais, dependendo logicamente das pessoas que comandam o país.

Pelo que vimos ao estudar as ações no capítulo anterior, podemos constatar que o ordenamento jurídico brasileiro segue muito da conduta ética e moral, estabelecida por Buda cerca de 2.600 anos atrás, ao colocar regras para o casamento como: a não aceitação da bigamia e da traição.

No caso do estupro, da proteção à vida, da proteção dos bens materiais (no caso de furto e roubo), proteção dos animais, defesa da honra, dos seres humanos, além da igualdade entre todos e de acreditar na paz mundial. Assim, fica evidente que os valores estabelecidos por Buda Shakyamuni realmente são defendidos no mundo contemporâneo.

4.4 Direito e budismo

O direito, pelo fato de ser um produto cultural, tem forte ligação com as religiões e com o budismo não é diferente. A história mostra que o estudo das culturas existentes antes mesmo do período helênico tem primordial importância para o direito, pois o presente sem o passado fica sem sentido. O homem atingiu o estágio de sabedoria em que se encontra hoje graças aos seus antepassados que transmitiram os conhecimentos, e culturas, que nos proporcionou a criação da vasta diversidade de ciências que temos hoje. O acúmulo de conhecimento foi rápido em alguns locais e lentos em outras. Porém, sempre de forma contínua, graças às pessoas que continham estes conhecimentos e os disseminavam.

A investigação histórica favorece a compreensão da cultura contemporânea, pois o grande livro da

sabedoria foi escrito ao longo dos séculos, cujas primeiras páginas antecederam ao pensamento helênico. A sua importância nas disciplinas filosóficas é notória, pois, conforme observa Del Vecchio, “[...] o presente sem o passado, carece de sentido; e o passado revive no presente”. A sabedoria humana foi alcançada pela soma de experiências de sucessivas gerações. Foi a herança cultural, ou transmissão de conhecimento entre as gerações, quem permitiu a formação das ciências. A sedimentação do saber foi constante. Em algumas épocas o processo se fez mais veloz, por intermédio de notáveis sábios, enquanto em outras registrou-se lentidão, seja em decorrência da falta de cientistas de expressão, seja pelas condições adversas do momento histórico, que ocorrem, por exemplo, em períodos de guerra e quando o regime político cerceia a liberdade em suas diversas formas de manifestação. (NADER, p. 99 e 100, filosofia do direito, 2005)

A filosofia do direito não pode se distanciar da realidade de cada povo para que assim se adapte as diversas culturas. Existem normas com vigência nos dias hoje que são provenientes da época da antiga Grécia e do império romano. Esses princípios normativos são cultivados por tratarem da dignidade do ser humano e, não devem ser julgados por serem antigos, mas por ainda serem útil para uma

convivência harmônica entre os diferentes seres e povos, ou seja, por refletirem a natureza humana.

Sendo a Filosofia do Direito uma reflexão sobre um objeto flexível, uma vez que a realidade a que se refere modifica-se continuamente com adaptação às condições de cada povo e de cada época, seria útil sua pesquisa? [...] Há certos princípios e normas que necessariamente devem ser consagrados pelo Estado, de vez que refletem a própria dignidade do ser humano. Há valores básicos que foram cultivados pelos cidadãos atenienses e romanos e que hoje são preservados tanto em nosso meio como em regiões estranhas, justamente porque se referem à parte estável do homem, à sua natureza. (NADER, p. 100, filosofia do direito, 2005)

Assim, o estudo da filosofia proposta por Buda Shakyamuni não deve ser menosprezada pelos juristas, pois o ideal de igualdade tanto defendido por diversos sistemas jurídicos nasceu com os conhecimentos transmitidos por Buda e foram disseminados por seus discípulos.

Na Índia primitiva destacaram-se as doutrinas do bramanismo, budismo e jainismo. Um dos princípios filosóficos que se eternizaram no âmbito social, hoje desdobrado em várias diretrizes do pensamento, foi o da igualdade da natureza humana, proclamado por

discípulos de Buda (563 – 484 a.C.), ao combaterem o regime de castas. (NADER, p. 101, filosofia do direito, 2005)

O budismo também aparece na história do direito, pois durante o domínio dos brâhmanes na Índia que mantinham o sistema de castas, Buda liderou um movimento de cunho social e político que propunha a igualdade entre todas as pessoas.

A horrível tirania dos brâhmanes, chega a produzir, no século III a.C., formidável formação iniciada por indivíduo pertencente própria classe dominante. O príncipe Gautama, chamado Buda (560 – 460 a.C.), originou movimento contra o sistema de castas, pregando a igualdade de todos perante Deus. Mais do que religião movimento era de caráter social e político. Em certo momento, conseguiu até dominar o brahmanismo, pois alguns elevados personagens da política hindu abraçaram as idéias budistas, entre eles o Rei Açoka (274 – 232 a.C.), o qual chegou a conquistar todo o norte do país. Os brâhmanes, porém, tinham dominado a Índia pela religião, e não tendo Buda legado a seus adeptos nenhuma idéia religiosa concreta, capaz de substituir o brahmanismo, puderam os chefes destes, com muita facilidade, iniciar logo movimento de reação que acabou com o budismo e sua reforma social. (KLABIN, p. 145, História geral do direito, 2004)

Apesar de ter suas origens na Índia, onde não é tão praticado como o hinduísmo, o budismo se disseminou por outros países da Ásia.

No resto do Oriente, porém, convertido em religião fetichista, o Budismo deitou raízes. De fato, emigrou com sucesso para Sibéria, Mongólia, China, Tibet, Japão, Indochina, Indonésia, onde encontrou solo espiritual favorável ao seu enraizamento. (KLABIN, p. 145, História geral do direito, 2004)

Aqui podemos perceber como Buda foi realmente uma pessoa à frente de seu tempo ao defender um princípio basilar dos direitos humanos que é a igualdade. Isso, sem se preocupar em criar uma religião e, justamente em uma época em que a Índia encontrava-se sob o domínio dos brâmanes que defendiam uma sociedade de classes sociais, ou seja, que não aceitavam a verdadeira liberdade entre os seres humanos.

4.5 Disciplina moral

Como já foi colocada, a disciplina moral é um dos treinos superiores e é por meio de sua prática que deixaremos de praticar, gradativamente, as ações consideradas não meritórias.

Comentamos também que se não praticada corretamente continuaremos agarrados a um eu que tem ações éticas, sendo que, tais ações podem contaminar nossa prática de disciplina moral, que é uma das formas para realização de puras ações virtuosas.

Agora veremos um pouco mais sobre o treino em disciplina moral superior e como funciona a prática do mesmo.

O treino em disciplina moral é a base para que alcancemos uma concentração muito especial que é o tranquilo-permanecer para então alcançar a visão superior. O nirvana então passa a depender da sabedoria superior, que por sua vez dependerá da concentração, que depende da disciplina moral superior, e esse será resultado da renúncia obtida através da medição nas quatro nobres verdades ou nos doze elos, formando assim um ciclo de interdependência entre os treinos superiores.

Para gerar visão superior, primeiro temos de alcançar o tranquilo-permanecer e, para alcançar o tranquilo-permanecer, temos de praticar pura disciplina moral, que é o método supremo para obter pura concentração. Assim, a conquista da libertação depende de experiência de sabedoria superior; a experiência de sabedoria superior depende da experiência de concentração superior; a experiência em concentração superior depende da experiência da disciplina moral superior; a experiência de disciplina moral superior depende de uma realização da renúncia, que surge como resultado de meditarmos nos doze elos dependentes-relacionados ou nas quatro nobres verdades. (GYATSO, p. 324, caminho alegre da boa fortuna, 2010)

É a disciplina moral que transformará nossos hábitos diários de corpo e fala, ou seja, como nos damos com as outras pessoas. Enquanto que a concentração e a sabedoria vão fazer com que mudemos a forma como vemos a realidade a nossa volta ao eliminar nossas obstruções mentais.

A disciplina moral é como um campo, a concentração são as plantas que caem nele e a sabedoria é a colheita. A disciplina moral torna nosso corpo e nossa fala puros e livres de falhas. Já a concentração e a sabedoria fazem o mesmo com nossa mente. Assim, as

três são necessárias para se alcançar a libertação. (GYATSO, p. 326, caminho alegre da boa fortuna, 2010)

Para que tenhamos uma prática pura de disciplina moral, devemos pensar repetidamente nos seus benefícios e a todo o momento exercitar vigilância e contínua-lembrança.

A melhor maneira de guardar disciplina moral puramente consiste em contemplar repetidas vezes os seus benefícios e apoiar-se o tempo todo em contínua-lembrança e vigilância. Em Carta Amigável, Nagarjuna diz:

*Assim como a terra sustenta a vida,
a disciplina moral é a base de todas as qualidades. (GYATSO, p. 326, caminho alegre da boa fortuna, 2010)*

São quatro as causas principais para que a pureza da disciplina moral se perca.

Existem quatro razões principais para o declínio da pura disciplina moral: 1) desconhecimento da natureza e da função da disciplina moral, de como praticá-la, de quais são os objetos a serem abandonados, etc.; 2) falta de respeito; 3) delusões fortes e numerosas; 4) anticonscienciosidade.

(GYATSO, p. 327, *caminho alegre da boa fortuna, 2010*)

Em grande parte a disciplina moral é destruída pelas delusões, como, por exemplo, a ignorância, que nos levam a cometer ações não meritórias sem que fiquemos perturbados com isso. Isso serve também para as pessoas que seguem um caminho espiritual, pois, elas podem quebrar seus votos a qualquer momento.

*No geral, quando cometemos ações negativas, nós o fazemos por ignorância, porque desconhecemos aquilo que deve ser abandonado por meio de disciplina moral. Algumas pessoas se envolvem alegremente em tais ações porque não compreendem suas falhas. Até quem assumiu um compromisso com disciplina moral dos votos pratimoshá, bodissatva e tântricos não tardará a quebrá-los se desconhecer quais são os objetos que devem ser abandonados por essas disciplinas. Portanto, se pretendemos manter disciplina moral puramente, temos de conhecer todos os objetos a serem abandonados e contemplar, repetidamente, as consequências nocivas de quebrar nossos votos e compromissos. (GYATSO, p. 327, *caminho alegre da boa fortuna, 2010*)*

O declínio da disciplina moral se dá pela grande influência que as delusões têm sob nossas

mentes. Portanto devemos reconhecer nossa limitação e buscar domar nossas delusões e diminuir, gradualmente, as ações prejudiciais que praticamos.

Em geral, cometemos ações não virtuosas e não mantemos nossos compromissos puramente porque nossas delusões são muito poderosas e opressivas. Sendo assim, se quisermos praticar disciplina moral puramente, teremos de nos esforçar para diminuir as poderosas delusões, trabalhando primeiro na redução das mais fortes, por meio da aplicação dos métodos adequados. (GYATSO, p. 327, caminho alegre da boa fortuna, 2010)

A conscienciosidade é o que não permite que nossa mente fique conturbada, fazendo com que não tenhamos compromisso com nossa conduta moral. É ela quem nos faz praticar contínua-lembrança, que não permitirá que não nos lembremos da prática de disciplina moral; e vigilância que nos deixa atentos perante os votos que tomamos.

Se não formos conscienciosos, deixaremos nossa mente fazer só o que lhe aprouver. Levaremos uma vida irresponsável e facilmente quebraremos as regras de conduta moral que prometemos seguir. Uma mente sem conscienciosidade é como um elefante selvagem enlouquecido. Praticar conscienciosidade significa, principalmente, cultivar contínua-lembrança e

vigilância. A contínua-lembrança nos impede de esquecer nossa disciplina moral. Por exemplo, se pela manhã tivermos feito um voto de evitar certo tipo de ação, a contínua-lembrança manterá uma espécie de olhar mental sobre esse voto no decorrer do dia, impedindo-nos de esquecê-lo. A vigilância verifica de tempos em tempos, para se certificar, que nossa conduta está de acordo com o voto e que nossa contínua-lembrança permanece forte. (GYATSO, p. 328, caminho alegre da boa fortuna, 2010)

A disciplina moral conduz a práticas mentais como: consideração e senso de vergonha. O senso de vergonha impede que pratiquemos as ações não meritórias. Enquanto que a consideração nós faz pensar duas vezes no prejuízo que essas ações podem causar não só a nós.

Além da contínua-lembrança e da vigilância, também precisamos cultivar outros fatores mentais, como senso de vergonha e a consideração. O senso de vergonha é um fator mental que nos inibe de cometer ações não virtuosas ou de quebrar um voto, levando-nos a examinar as ações que são contra a disciplina moral que adotamos. [...] A consideração é um fator mental que nos refreia das não virtudes, fazendo-nos considerar o efeito que nossas ações terão sobre os outros. (GYATSO, p. 328, caminho alegre da boa fortuna, 2010)

Agora veremos mais detalhadamente as práticas de disciplina moral, vez que é ela, é o meio, que nos conduzirá a cessar a prática de ações não meritórias. E como já vimos não é preciso ser budista para realizar boas ações e não prejudicar ou desejar o mau a outras pessoas.

4.5.1 Disciplina moral de abstenção

O objetivo deste tipo de treino é que deixemos de praticar ações de corpo e de fala e nos livremos das obstruções mentais.

Qualquer disciplina espiritual que evite ou supere falhas mentais e ações negativas de corpo ou de fala é uma disciplina moral de abstenção. Por exemplo, se entendermos os perigos das dez ações não-virtuosas, prometermos nos abster delas e cumprirmos a promessa, estaremos praticando disciplina moral de abstenção. (GYATSO, p. 88, o voto do bodissatva, 2005)

Tal disciplina moral não requer que sejamos monges ou monjas. Ela pode ser praticada por qualquer um e pelo tempo que lhe for conveniente. Assim, gradativamente tentaremos nos abster das ações não virtuosas.

Às vezes, podemos tomar votos por conta própria, reconhecendo as falhas das ações que queremos abandonar e prometendo nos abster delas pelo tempo que nos for possível. Ainda que prometamos nos abster de uma única ação e por pouco tempo – por exemplo, não matar por apenas uma semana –, desde que cumpramos nossa promessa, estaremos praticando disciplina moral de abstenção. Todavia, conforme nossa capacidade aumentar, devemos estender gradualmente a duração da promessa e também prometer abandonar outras ações não-virtuosas. (GYATSO, p. 88 e 89, o voto do bodissatva, 2005)

A abstenção como podemos observar, nada mais é que deixar de praticar as ações que prejudicam os outros, pois elas não trazem problemas somente às pessoas a quem são dirigidas, podendo causar prejuízos à nossa pessoa. Pois quanto mais as praticamos, mais cultivamos sentimentos ruins que vai nos corroendo gradativamente.

4.5.2 Disciplina moral de reunir darmas virtuosos

Este modelo de disciplina moral é colocado em prática sempre que nos envolvemos em ações

virtuosas ligadas ao Dharma, por exemplo: realização de oferendas e estudo do Dharma.

Praticamos essa disciplina moral quando sinceramente colocamos em prática qualquer ação virtuosa, como guardar puramente os votos bodissatva, praticar as seis perfeições, fazer oferendas as Três Jóias ou nos empenhar no estudo, na meditação ou na divulgação do sagrado Dharma. (GYATSO, p. 91, o voto do bodissatva, 2005)

Tal disciplina moral, como a ação de visões errôneas, é de extrema importância dentro dos ensinamentos passados por Buda, pois é ela quem nos levará cada vez mais, a sermos empenhados a praticar seus ensinamentos.

4.5.3 Disciplina moral de beneficiar os seres vivos

Aqui o intuito é ajudar todos os seres da melhor forma que pudermos (independente da forma que possamos dar esta ajudar) uma vez que nem sempre temos as condições mais favoráveis para fazê-los.

É a disciplina moral que consiste em ajudar os outros seres vivos da melhor maneira possível. Se não pudermos oferecer ajuda prática a alguém,

poderemos, ao menos, rezar por essa pessoa e manter contínua intenção de prestar-lhe assistência quando surgir uma oportunidade. (GYATSO, p. 91 e 92, o voto do bodissatva, 2005)

Entretanto, devemos inicialmente saber ouvir os outros para que assim, ao entendermos seu problema, consigamos ajudá-los da melhor maneira, desde que ele aceite nossos conselhos. Para que façamos isso, deveremos adequar tais conselhos a realidade e convicções da outra pessoa e não as nossas opiniões ou ao que acreditamos e achamos que é certo.

Ao ajudar os outros, precisamos ser diplomáticos e cuidadosos. Devemos tentar entender a experiência e o ponto de vista da outra pessoa e, então, além de oferecer um auxílio que seja relevante, fazê-lo de tal forma que a pessoa possa aceitá-lo. Não é possível ajudar os outros atacando seus valores e crenças ou ignorando seu temperamento e suas circunstâncias pessoais. Temos que adaptar o nosso comportamento de modo que ele se adéqüe à outra pessoa, fazendo-a sentir-se à vontade. Em vez de impor nossos valores morais e emitir julgamentos caso os outros não concordem conosco, devemos simplesmente agir da maneira que surtir melhor efeito. Precisamos ter flexibilidade mental e de comportamento. (GYATSO, p. 92, o voto do bodissatva, 2005)

Assim, a melhor forma de ajudar os outros não é da forma que pensamos ser certo. Por isso devemos ter a paciência de ouvir as pessoas que pretendemos ajudar, pois assim compreenderemos melhor o que realmente precisam. Não devemos, entretanto, deixar de ajudar aos outros por não termos condições materiais. Muitas vezes a ajuda que devemos dar não está em bens materiais. Em alguns casos o simples fato de dar-lhe atenção é mais importante, para ela, que qualquer coisa material. Se bens materiais fossem o único meio de ajudar aos outros, pessoas ricas e bem sucedidas não teriam problemas, sendo que, dependendo do caso, essas podem ter mais problemas que pessoas pobres materialmente.

CONCLUSÃO

Por tudo que foi mostrado, fica evidente, como não devemos execrar ninguém, muito menos alimentar o sentimento de ódio, por maior que seja a atrocidade cometida. Devemos lembrar que todos erram tentando buscar, somente, a própria felicidade, por não saberem como alcançar a verdadeira felicidade. Como vimos, a raiva é uma das delusões que mais nos prejudicam e perturbam nossa mente, por isso devemos aplicar a paciência como um oponente quando estivermos com raiva de algum ser vivo. Já que na visão de Buda não alcançaremos a paz exterior sem antes atingirmos a paz interior. Cultivar sentimentos negativos torna-se um grande erro, pois, enquanto fizermos isso, não iremos atingir a fraternidade, ou seja, a paz mundial.

Buda também coloca os seres humanos como sendo iguais. Portanto, por pior e mais numerosos que sejam seus erros, devemos lembrar que todos têm o potencial de serem boas pessoas.

Assim, se faz de extrema importância o treino da disciplina moral, descrito no Sutas das Quatro Nobres Verdades, mesmo pelas pessoas que não são budistas, pois é o meio mais eficaz para deixarmos de praticar as ações não virtuosas. É a disciplina

moral que dará mais clareza de como os outros seres são mais importantes que nosso eu, fazendo com que aos poucos deixemos de pensar menos em nós e passemos a pensar mais nos outros seres. Sendo que a disciplina moral é o principal caminho para alcançarmos a cessação permanente do sofrimento.

Inclusive o *Sutra das Quatro Nobres Verdades* deixa claro que até mesmo problemas políticos podem ser causados por indivíduos que têm forte apego por suas opiniões pessoais. Isso mostra a importância de compreendermos as delusões e suas causas (A semente; O objeto; Distração e influência de terceiros; Maus hábitos; Familiaridade; Atenção imprópria).

O príncipe Sidarta, ao deixar o reino de seu pai, nos mostra a importância do desapego aos bens materiais, pois nada daquilo era mais importante, para ele, que alcançar um alto nível de espiritualidade que proporcionasse a real condição de ajudar aos demais seres vivos. Fazendo com que percebamos o quanto é importante realizar somente o bem, deixando de praticar o mau, sendo que ao realizar as boas ações devemos lembrar-nos de beneficiar a maior quantidade de seres possível. Isso nós levará a gradativamente esquecer o nosso eu e a

lembrar dos outros, sempre motivados por amor e compaixão.

Assim, fica claro porque as delusões, em especial, a raiva e o apego são fatores determinantes para cometermos ações não meritórias como: matar, roubar, ter uma conduta sexual inadequada. Elas nos fazem ter uma percepção equivocada do que está à nossa volta, dificultando a prática de disciplina moral que é o principal treino para nos proporcionar uma conduta ética admirável e inabalável, vez que este treino é a principal forma para cessarmos com as ações prejudiciais.

Podemos dizer que para seu tempo Buda foi uma pessoa vanguardista. Trouxe, além dos princípios de fraternidade e igualdade, muitos outros preceitos defendidos pela legislação do estado brasileiro: não matar (nem mesmo animais), legítima defesa, infanticídio, não furtar, não roubar, não sequestrar ou manter em cárcere privado, extorsão, apropriação indébita, respeito à honra de outras pessoas, estabelecia regra para as relações afetivas entre os seres humanos, mentir (adotada pelo direito no caso das testemunhas ou enganar a justiça), sendo também contrário ao estupro e estupro de vulnerável. Vemos então como o direito brasileiro, de certa forma, apropriou-se da filosofia ensinada por Buda

Shakyamuni a 624 a.C., ou seja, há dois mil, seiscentos e trinta e nove anos atrás. Notamos também proteção dada hoje em dia pelos direitos humano e ambiental.

Os ensinamentos transmitidos por Buda Shakyamuni vão além daquilo que o ser humano pode fazer com os demais seres. Eles nos mostram que não devemos sequer desejar que algo de ruim aconteça aos outros. Julgando assim as ações mentais como tão importantes quanto às demais ações de corpo e de fala. Até porque tais ações aliadas às diversas delusões podem fazer com que realizemos atrocidades inacreditáveis com outros seres, pois a ignorância pode tirar nossa racionalidade e nos deixar tão cegos quanto os seres irracionais.

As ações mentais, desde que usadas de maneira correta, serão de grande valia para que atinjamos uma conduta adequada e inequívoca, pois é nossa mente que guia nossas demais ações. Portanto não devemos nos prender somente ao que fazemos ou falamos. Devemos ter continua lembrança e imensa cautela sobre aquilo que pensamos, pois este é um fator determinante para atingirmos a conduta cotidiana almejada.

Buda não foi nada além de uma pessoa que conseguiu a liberdade permanente do sofrimento, não

se deixando guiar pelos prazeres proporcionados pelo mundo. E que durante o caminho escolhido para alcançar tal liberdade se preocupou em manter uma vida de altruísmo e de solidariedade para com o próximo. Foi alguém que não se preocupou em criar dogmas ou religião, mas sim mostrar a todas as pessoas o que ocasiona o sofrimento vivido por elas é o cultivo de sentimentos ruins, proporcionado pelas delusões que embarçam nosso pensamento e faz com que usemos o livre arbítrio, que nos é conferido por natureza, de forma errônea. Assim, quando achamos que estamos fazendo mal aos outros não temos a percepção de que estamos fazendo mal à nossa própria pessoa. Tudo isso pela ignorância de não percebermos que os outros seres vivos são tão ou mais importantes que nós mesmos.

Seguindo seus conselhos de não realizar o mal sequer a um inseto, podemos perceber a profundidade de sua filosofia. Filosofia essa que pode ser praticada por qualquer pessoa, mesmo por aquelas que duvidam ou não acreditam piamente em sua existência. O caminho para se conquistar uma conduta ética inabalável, por meio da prática de disciplina moral, não é simples, exigindo um esforço diário e uma atenção periódica das ações que praticamos em nosso cotidianamente. Portanto não

devemos ter tanta preocupação com o que os outros fazem, mas sim com o que fazemos para sermos diferentes e termos um mundo diferente. Só assim alcançaremos a paz interior que é base imprescindível para se obter a paz mundial.

Mesmo se o fator renascimento, explicado na lei do carma, for deixado de lado pelos mais céticos, seus ensinamentos continuarão tendo primordial importância para que tenhamos uma conduta ética invejável. Pois não é necessariamente o renascimento que nos levará a realizar o bem aos demais seres. O que realmente nos guiará a realização do bem é compreender os sofrimentos dos outros seres e ter a sincera motivação de querer ajudá-los a deixar de sofrer. Porém, enquanto não conseguirmos ter controle de nossa mente, não conseguiremos auxiliá-los, durante este caminho, da melhor maneira.

Entretanto, acreditar em uma existência cíclica nos auxilia a ter uma visão de mundo diferente de quando temos uma simples existência linear, pois ela faz com que possamos buscar um significado para nossa vida. Assim, deixaremos, gradativamente, de ter uma vida onde preferimos viver alguns momentos felizes e outros tristes, para buscar algo maior que é a liberdade permanente do sofrimento. A visão cíclica faz com que percebamos que até mesmo nos tais

momentos considerados felizes há sofrimento, pois estamos muitas vezes o vivenciando guiados pelo apego ou ignorância.

É a visão cíclica que permite com que compreendamos a lei do carma, ensinada por Buda, pois ela nos mostra que toda ação (seja ela de corpo, fala ou mente) tem uma reação. Assim, cada coisa que fazemos ou pensamos em fazer terá uma consequência. Percebemos isso melhor quando estamos com raiva, mesmo que não realizemos nenhuma ação de corpo ou de fala, é evidente que ficamos perturbados e, que com isso, nos sintamos possessos pelo sentimento que cultivamos em nossa mente. Isso mostra o quanto as delusões são a verdadeira raiz dos sofrimentos. As ações verbais, bem como as corporais, podem ter resultado até mesmo no âmbito jurídico. As verbais no que diz respeito à honra de uma pessoa, enquanto as de corpo podem nos levar além do ferimento da honra ocasionando até mesmo restrição da liberdade de quem a pratica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BITTAR, Eduardo Carlos Bianca. **Curso de ética jurídica: Ética geral e profissional.** 3ª ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

BITTAR, Eduardo Carlos Bianca; ALMEIDA, Guilherme Assis de. **Curso de filosofia do direito.** 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2005.

GLOSSÁRIO DE TERMOS BUDISTAS, Visitado no dia 21 de outubro de 2015. <<http://www.santosmedita.org.br/glossario-de-terminos-budistas/#g>>

GYATSO, Geshe Kelsang. **Caminho alegre da boa fortuna: O completo caminho budista a iluminação.** 4º ed. São Paulo: Tharpa Brasil, 2010.

GYATSO, Geshe Kelsang. **Como solucionar nossos problemas humanos: As quatro nobres verdades.** 4ª ed. São Paulo: Tharpa Brasil, 2012.

GYATSO, Geshe Kelsang. **Compaixão universal:** Soluções inspiradoras para tempos difíceis. 3ª ed. São Paulo: Tharpa Brasil, 2007.

GYATSO, Geshe Kelsang. **Introdução ao budismo:** Uma explicação do estilo de vida budista. 6ª ed. São Paulo: Tharpa Brasil, 2012.

GYATSO, Geshe Kelsang. **O voto do bodissatva:** um guia prático para ajudar os outros. 2ª ed. São Paulo: Tharpa Brasil, 2005.

GYATSO, Geshe Kelsang. **Oito passos para a felicidade:** O caminho budista da bondade amorosa. 2ª ed. São Paulo: Tharpa Brasil, 2013.

GYATSO, Geshe Kelsang. **Transforme sua vida:** Uma jornada de êxtase. 1ª ed. São Paulo: Tharpa Brasil, 2012.

KLABIN, Aracy Augusta Leme. **História geral do direito.** 1ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.

NADER, Paulo. **Filosofia do direito.** 14ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2005.

NALINI, José Renato. **Ética geral e profissional**. 10ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

REALE, Miguel. **Filosofia do direito**. 20ª ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

SÁ, Antônio Lopes de. **Ética profissional**. 8ª ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GLOSSÁRIO

Ações não-virtuosas: Caminhos que levam aos reinos inferiores. Existem incontáveis ações não-virtuosas, mas a maioria delas está incluída nas dez seguintes: matar, roubar, má conduta sexual, mentir, discurso divisor, discurso ofensivo, tagarelice, cobiça, maldade e adotar visões errôneas.

Agregado: Em geral, todas as coisas funcionais são agregadas, pois é uma agregação de suas próprias partes. Uma pessoa do reino do desejo ou da forma possui cinco agregados: forma, sensação, discriminação, fatores de composição e consciência. Seres do reino da sem-forma não têm o agregado forma, só os outros quatro. O agregado forma de uma pessoa é seu corpo. Os outros quatro são aspectos de sua mente. Os agregados de um ser do samsara denominam-se agregados contaminados.

Agregados contaminados: Qualquer dos agregados de um ser que está no samsara: forma, sensação, discriminação, fatores de composição e consciência.

Amitabha: O Buda da luz infinita. Manifestação do agregado discriminação de todos os Budas. Seu corpo é vermelho.

Amitayus: Buda que aumenta nosso tempo de vida, mérito e sabedoria. Ele é o aspecto corpo-fruição de Buda Amitabha.

Amor: Mente que deseja que os outros sejam felizes. Existem três tipos de amor: afetuoso, apreciativo e grande amor. Consultar o livro: Caminho alegre da boa fortuna.

Atisha (982-1054): Renome do erudito e mestre de meditação indiano. Foi abade do grande monastério budista Vikramashila na época em que o budismo mahayana florescia na Índia. Foi convidado para ir ao Tibete, e sua presença contribuiu para o estabelecimento do budismo naquele país. É o autor de Luz para o caminho, o primeiro texto sobre as etapas do caminho. Sua tradição tornou-se conhecida como Tradição Kadampa.

Auto-apreço: Atitude mental que considera nosso próprio eu como precioso e importante. É tido pelos

Bodissatvas como o principal objeto a ser abandonado.

Bardo: Ver estado intermediário.

Bodichita: Termo sânscrito para “mente de iluminação”. Bodhi significa iluminação e chitta, mente. Há dois tipos de bodichita – convencional e última. De modo geral, o termo refere-se à bodichita convencional, uma mente primária motivada por grande compaixão que busca espontaneamente a iluminação para beneficiar todos os seres vivos. A bodichita convencional pode ser de dois tipos: aspirativa e engajada. A bodichita aspirativa é uma bodichita que é um mero desejo de alcançar a iluminação para beneficiar todos os seres vivos.

Bodichita aspirativa: Mente que aspira alcançar a iluminação para beneficiar todos os seres vivos, mas que ainda não se engajou nas práticas do treino de um Bodissatva. Equivale à situação de alguém que pretende viajar, mas que ainda não se pôs a caminho.

Bodichita engajada: Depois de se tomar os votos bodissatva, a bodichita aspirativa se transforma na

bodichita engajada, uma mente que está de fato engajada nas práticas que levam à iluminação.

Bodichita tântrica: Desejo de atingir a iluminação como uma deidade tântrica, a fim de livrar os seres sencientes do samsara o mais rapidamente possível.

Bodissatva: Alguém que gerou a bodichita espontânea, mas ainda não se tornou um Buda. A partir do momento em que um praticante gera a bodichita não-artificial, ou espontânea, ele se torna um Bodissatva e ingressa no primeiro caminho mahayana, o caminho da acumulação. Bodissatva comum é aquele que ainda não realizou a vacuidade diretamente e Bodissatva Superior é quem já o fez.

Brahma: Deus mundano do primeiro reino da forma. Deva, em sânscrito.

Buda: Em geral, Buda significa O Desperto, alguém que acordou do sono da ignorância e vê as coisas como elas realmente são. Um Buda é um ser que abandonou por completo todas as delusões e suas marcas. Todo ser vivo tem o potencial para se tornar um Buda. Ver Buda Shakyamuni.

Buda Shakyamuni: O quarto de mil Budas que vão aparecer neste mundo durante o Éon Afortunado. Os primeiros foram: Krakuchchanda, Kanakamuni e Kashyapa. O quinto será Maitreya.

Budadarma: Os ensinamentos de Buda e as realizações que alcançamos ao colocá-los em prática. Sinônimo de Darma.

Budista: Qualquer pessoa que sinceramente busque refúgio nas Três Joias: Buda, Darma e Sanga.

Carma: Termo sânscrito que se refere a ações. Pela força da intenção, realizamos ações com nosso corpo, fala e mente, e todas essas ações produzem efeitos. O efeito das ações virtuosas é felicidade, o das ações negativas é sofrimento.

Carma coletivo: Carma que criamos quando agimos junto com os outros. Aqueles que criam carma em grupo, também experienciam seus efeitos em grupo.

Chandrakirti (circa séc.VII): Grande estudioso budista e mestre de meditação indiano que compôs, entre muitos livros, o famoso Guia ao caminho do meio, no qual explica com clareza a visão da escola

madhyamika-prasangika de acordo com os ensinamentos dados por Buda nos sutras Perfeição de sabedoria.

Compaixão: Mente virtuosa que deseja que os outros se libertem do sofrimento.

Concentração: Fator mental que faz sua mente primária permanecer em seu objeto unifocadamente. Em geral, os termos “estabilização mental” e “concentração” são intercambiáveis. O termo concentração é mais usado para se referir à natureza da concentração, que é unifocalização, e o termo estabilização mental é usado para se referir à função da concentração, que é estabilidade.

Conquistador: Um Buda é chamado Conquistador porque venceu os quatro tipos de maras.

Consciência: As seis consciências, ou mentes primárias, são: consciência visual, consciência auditiva, consciência olfativa, consciência gustativa, consciência tátil e consciência mental.

Contínua-lembrança: Fator mental cuja função é não esquecer o objeto que foi realizado pela mente primária.

Darma: Os ensinamentos de Buda e as realizações interiores alcançadas na dependência de praticá-los. Darma significa proteção. Colocando os ensinamentos de Buda em prática, protegemo-nos contra sofrimentos e problemas.

Delusão: Fator mental que surge da atenção imprópria e serve para tornar nossa mente agitada e descontrolada. Existem três delusões principais: ignorância, apego desejoso e raiva. Delas nascem todas as demais: inveja, orgulho, dúvida deludida etc.

Delusões inatas: Aquelas que surgem naturalmente, sem especulação intelectual.

Delusões intelectualmente formadas: Aquelas que surgem como resultado de raciocínios incorretos ou dogmas equivocados.

Demônio: Mara em sânscrito. Tudo o que obstrui a aquisição da libertação ou da iluminação. Há quatro tipos principais: demônio delusões, demônio

agregados contaminados, demônio morte descontrolada e os demônios Devaputra. Só os Devaputras são seres sencientes. O principal deles é o Ishvara irado, o mais elevado dos deuses do reino do desejo, que mora na Terra Controladora de Emanações. Buda é chamado de Conquistador por ter derrotado esses quatro tipos de demônios.

Destruidor de Inimigos: (Ahrat, em sânscrito). Praticante que abandonou todas as delusões e suas sementes por meio do treino nos caminhos espirituais e que nunca mais renascerá no samsara. Neste contexto, o termo “inimigo” refere-se às delusões.

Deuses: Quem habita o reino dos deuses, a condição mais elevada dentro do samsara. Existem diferentes tipos de deuses. Alguns pertencem ao reino do desejo, outros, aos reinos da forma e da sem-forma.

Devaputra: Ver mara / demônio.

Dez ações não-virtuosas: Matar, roubar, má conduta sexual, mentir, discurso divisor, discurso ofensivo, tagarelice, cobiça, maldade e esposar visões errôneas.

Dezesseis características das quatro nobres verdades: Buda ensinou que cada uma das quatro nobres verdades possui quatro características especiais. As quatro características dos verdadeiros sofrimentos são: impermanência, sofrimento, vacuidade e vazio do si-mesmo; as quatro características das verdadeiras origens são: causa origem, forte produção e condição; as quatro características das verdadeiras cessações são: cessação, paz, aquisição suprema e abandono definitivo; e as quatro características dos verdadeiros caminhos são: caminho, antídoto, conquista e abandonado definitivo.

Dharmakaya: Termo sânscrito que significa o corpo-verdade de um Buda.

Dharmakirti: (séc. VI/VII) Grande iogue e erudito budista indiano, autor de Comentário à cognição válida, um comentário ao Compêndio da cognição válida, escrito por seu Guia Espiritual, Dignaga.

Dignaga: Grande iogue e erudito budista indiano, autor de numerosos trabalhos de lógica e cognição, entre os quais o mais famoso intitula-se Compêndio da cognição válida.

Disciplina moral: Determinação mental virtuosa de abandonar qualquer falha ou uma ação física ou verbal motivada por essa determinação.

Discriminação: Fator mental cuja função é apreender os sinais particulares de um objeto.

Distração: Fator mental deludido que se desvia para qualquer objeto de delusão.

Éon Afortunado: Nome dado à atual era do mundo. Denomina-se afortunado porque é marcado pelo aparecimento de mil Budas. Buda Shakyamuni é o quarto e Buda Maitreya será o quinto. Éon negro é um éon onde nenhum Buda se manifesta.

Espírito faminto: Ser que vive num dos reinos inferiores do samsara.

Estabilização mental: Em geral, os termos estabilização mental e concentração são intercambiáveis. O termo concentração é mais usado para se referir à natureza da concentração, sua unifocalização, ao passo que o termo estabilização mental é usado para se referir à função da concentração, sua estabilidade.

Estado intermediário (bardo, em tibetano): O estado entre a morte e um próximo renascimento. Começa no instante em que a consciência deixa o corpo e termina quando ela ingressa no corpo da próxima vida.

Existência cíclica: Ver samsara.

Fé: Fator mental virtuoso que serve principalmente para eliminar a antifé. Fé é uma mente naturalmente virtuosa, cuja função principal é se opor à percepção de falhas no seu objeto observado. Existem três tipos de fé: fé de acreditar, fé de admirar e fé de almejar.

Geshe: Título concedido nos mosteiros kadampa para eruditos budistas com certas qualificações. Forma abreviada das palavras ge wai she nyen, em tibetano, que significam literalmente “amigo virtuoso”.

Guia ao caminho do meio: Texto budista mahayana composto pelo grande erudito e iogue indiano Chandrakirti. Apresenta uma explicação clara e completa da visão madhyamika-prasangika sobre a

vacuidade, conforme é ensinada nos sutras Perfeição de sabedoria.

Guia Espiritual: Guru, em sânscrito e Lama, em tibetano. Professor que nos guia ao longo do caminho espiritual.

Guru: Termo sânscrito para Guia Espiritual.

Guru raiz: Principal Guia Espiritual, que nos concedeu iniciações, instruções e transmissões orais da nossa prática central.

Hinayana: Termo sânscrito para “pequeno veículo”. A meta deste caminho é atingir tão-somente a libertação pessoal do sofrimento por meio do completo abandono das delusões.

Hipocrisia (pretension): Fator mental deludido que, motivado por apego à riqueza ou à reputação, pretende ter qualidades que, de fato, não possui.

Humildade: Fator mental virtuoso que atua, principalmente, para reduzir o orgulho deludido.

Ignorância: Fator mental confuso sobre a natureza última dos fenômenos.

Iluminação: Sabedoria onisciente livre de toda aparência equivocada.

Impermanência: Fenômenos podem ser permanentes ou impermanentes. Impermanente significa momento a momento, transitório; assim, um fenômeno impermanente é produzido e se desintegra dentro de um instante. Fenômeno impermanente, coisa funcional e produto são sinônimos. Existem dois tipos de impermanência: densa e sutil. A densa é a que se percebe por meio da percepção sensorial comum – por exemplo, o envelhecimento e a morte de um ser senciante. Impermanência sutil é a desintegração de uma coisa funcional que ocorre momento a momento.

Imputação, mera: De acordo com a escola de filosofia budista superior, a madhyamika-prasangika, todos os fenômenos são meramente imputados pela concepção na dependência das suas bases de imputação. Portanto, os fenômenos são meras imputações e não existem do seu próprio lado.

Indra (deva, em sânscrito): Um dos deuses mundanos.

Intenção: Fator mental cuja função é mover sua mente primária para o objeto. Serve para envolver a mente com objetos virtuosos, não-virtuosos ou neutros. Todas as ações corporais e verbais são iniciadas pelo fator mental intenção.

Intenção superior: Determinação de tomar para si a responsabilidade de libertar os outros seres do sofrimento e conduzi-los à felicidade perfeita.

Inveja: Fator mental deludido que sente desgosto ao observar os prazeres, as boas qualidades ou a boa sorte dos outros.

Ioga: Termo usado para várias práticas espirituais que requerem uma visão especial, como por exemplo, o Guru ioga e os iogas de comer, dormir, despertar e experimentar néctar. Ioga significa também uma união, como a união do tranqüilo-permanecer e da visão superior.

Iogue/iogine: Palavras sânscritas usadas para designar um meditador ou uma meditadora que

alcançaram a união do tranquilo-permanecer e da visão superior.

Je Phabongkhapa (1878-1941): Grande lama tibetano, uma emanção de Heruka. Foi o detentor de muitas linhagens do sutra e do mantra secreto.

Je Tsongkhapa (1357-1419): Emanção de Manjushri, o Buda da Sabedoria, cujo aparecimento no Tibete do século XIV, como um monge e detentor da linhagem da visão e dos feitos puros, foi profetizado por Buda. Difundiu o puro budadarma por todo o Tibete, mostrando como combinar as práticas de sutra e tantra e como praticar o puro Dharma em tempos degenerados. Posteriormente sua tradição ficou conhecida como Gelug ou Ganden.

Kadampa: Termo tibetano, no qual “ka” significa palavra e se refere a todos os ensinamentos de Buda, “dam” refere-se às instruções especiais de Atisha, conhecidas como etapas do caminho à iluminação, e “pa” refere-se a um seguidor do budismo kadampa que incorpora todos os ensinamentos de Buda à sua prática do Lamrim.

Lamrim: Termo tibetano que significa literalmente “etapas do caminho”. Trata-se de uma apresentação especial de todos os ensinamentos de Buda, que é fácil de ser compreendida e praticada. Revela todas as etapas do caminho à iluminação.

Libertação (Nirvana, em sânscrito): Liberdade completa do samsara e de suas causas, as delusões.

Linhagem: Linha de instruções, passada de Guia Espiritual a discípulo, em que cada guru da corrente obteve uma experiência pessoal das instruções antes de transmiti-las aos outros.

Linhagem de Buda: Ver natureza de búdica.

Losang Dragpa: (Sumati Kirti, em sânscrito) Nome de ordenação de Je Tsongkhapa.

Mahayana: Termo sânscrito para grande veículo, o caminho espiritual à grande iluminação. A meta mahayana é alcançar a budeidade para o benefício de todos os seres vivos, abandonando por completo as delusões e suas marcas.

Maitreya: Corporificação da bondade amorosa de todos os Budas. Na época de Buda Shakyamuni, manifestou-se como um discípulo Bodissatva. No futuro, irá se manifestar como o quinto Buda universal.

Mala: Rosário usado para contar recitações de preces ou mantras.

Maleabilidade: Há dois tipos de maleabilidade: a mental e a física. A primeira é uma flexibilidade da mente induzida por concentração virtuosa. A segunda é um objeto tátil, flexível e leve dentro do corpo, que se desenvolve quando, por meio da meditação, um vento puro permeia o corpo.

Manjushri: Corporificação da sabedoria de todos os Budas. Na época de Buda Shakyamuni, manifestou-se como um discípulo Bodissatva.

Mantra: Termo sânscrito que significa literalmente “proteção da mente”. O mantra protege a mente contra as aparências e concepções comuns. Existem quatro tipos de mantra: mantras que são mentes, mantras que são ventos interiores, mantras que são sons e mantras que são formas. Em geral, existem

três tipos de recitação de mantra: verbal, mental e vajra.

Mantra secreto: Sinônimo de tantra. Os ensinamentos do mantra secreto diferem dos ensinamentos do sutra por revelarem métodos de treinar a mente com o objetivo de trazer o resultado futuro – a budeidade – para o caminho atual. O mantra secreto é o caminho supremo à iluminação. O termo “mantra” indica que se trata de uma instrução especial de Buda para proteger nossa mente das aparências e concepções comuns. Os praticantes do mantra secreto superam as aparências e concepções comuns visualizando seu corpo, ambiente, prazeres e atividades como os de um Buda. O termo “secreto” indica que as práticas devem ser feitas reservadamente e apenas pelos que receberam uma iniciação tântrica.

Mara / demônio: Mara é o termo sânscrito para demônio e se refere a tudo que obstrui a aquisição da libertação ou da iluminação. Há quatro tipos principais: mara delusões, mara agregados contaminados, mara morte descontrolada e maras Devaputra. Destes, só os últimos são seres sencientes.

Meditação: É uma mente que se concentra num objeto virtuoso. É também uma ação mental que é causa principal de paz mental. Existem dois tipos de meditação: analítica e posicionada. Quando usamos nossa imaginação, contínua-lembrança e raciocínio para encontrar nosso objeto de meditação, estamos praticando a meditação analítica. Quando encontramos o objeto e o retemos unifocadamente, estamos praticando a meditação posicionada. Existem diferentes tipos de objeto. Alguns, como impermanência ou vacuidade, são objetos apreendidos pela mente. Outros, como amor, compaixão e renúncia, são estados mentais. Fazemos a meditação analítica até que o objeto específico que estamos procurando apareça com clareza à nossa mente ou até que um determinado estado mental seja gerado. Esse objeto ou estado mental será nosso objeto da meditação posicionada.

Meditação analítica: Processo mental de investigar um objeto virtuoso – analisando sua natureza, função, características e outros aspectos.

Meditação posicionada: Concentração unifocalizada num objeto virtuoso.

Mérito: Boa sorte criada por ações virtuosas. É o poder potencial para umentar nossas boas qualidades e produzir felicidade.

Natureza búdica: Mente raiz de um ser senciente e sua natureza última. Natureza, semente e linhagem de Buda são sinônimos. Todos os seres sencientes possuem a natureza búdica e, portanto, o potencial para alcançarem a budeidade.

Natureza convencional: Ver natureza última.

Natureza convencional e última: Todos os fenômenos possuem duas naturezas: uma natureza convencional e uma última. Por exemplo, a natureza convencional de uma mesa é a própria mesa, seu formato, sua cor, sua altura etc. A ausência de existência inerente da mesa é a sua natureza última. A natureza convencional de um fenômeno é uma verdade convencional e sua natureza última, uma verdade última.

Objeto de negação: Um objeto que é explicitamente negado por uma mente que realiza um fenômeno negativo. Na meditação sobre a vacuidade, ou

ausência de existência inerente, o objeto de negação refere-se existência inerente. Também conhecido como “objeto negado”.

Objeto observado: Qualquer objeto que esteja sendo focado pela mente.

Obstruções à libertação: Obstruções que impedem a conquista da libertação. Todas as delusões, como ignorância, apego e raiva, juntamente com suas sementes, são obstruções libertação. Também chamadas de “obstruções-delusões”.

Obstruções à onisciência: Marcas das delusões que impedem uma realização simultânea e direta de todos fenômenos. Só os Budas superaram essas obstruções. Também conhecidas como “obstruções ao conhecimento”.

Paciência: Uma determinação virtuosa de suportar males, sofrimentos ou o Darma profundo.

Paz solitária: O nirvana hinayana.

Percebedor direto: Um conhecedor que apreende seu objeto manifesto.

Percepção: Há seis percepções, cinco sensoriais e uma mental, e todas as mentes estão incluídas nelas. Existem cinco tipos de percepção sensorial: visual, auditiva, olfativa, gustativa e tátil, e dois tipos de percepção mental: conceitual e não-conceitual.

Percepção errônea: Um conhecedor que está equivocado a respeito do seu objeto conectado.

Percepção mental: Aquela que se desenvolve na dependência da sua condição dominante incomum, um poder mental.

Percepção sensorial: Aquela que se desenvolve na dependência da sua condição dominante incomum, uma faculdade sensorial que possui forma.

Perfeição de Sabedoria: Sutras da segunda girada da Roda do Darma, em que Buda revelou sua visão final sobre a natureza última dos fenômenos: a vacuidade de existência inerente.

Pratimoksha: Termo sânscrito que significa “libertação individual”. Voto pratimoksha é um voto

motivado, principalmente, pelo desejo de alcançar a libertação pessoal. Existem oito tipos de votos.

Quatro maras: Ver demônios.

Quatro nobres verdades: Verdadeiros sofrimentos, verdadeiras origens, verdadeiras cessações e verdadeiros caminhos. Elas são denominadas “nobres” porque são objetos supremos de meditação. Meditando sobre elas podemos realizar diretamente a verdade última e nos tornar um Ser Superior, ou nobre.

Quatro poderes oponentes: Elementos essenciais para o sucesso de uma prática de purificação: o poder da confiança, o poder do arrependimento, o poder da força oponente e o poder da promessa.

Raiva: Fator mental deludido que observa um objeto contaminado, exagera suas más qualidades, considera-o indesejável e quer prejudicá-lo.

Rei chakravatin: Um ser extremamente afortunado que acumulou vasta quantidade de mérito e, como resultado, renasceu como um rei cujo domínio se estende pelos quatro continentes ou, pelo menos, por

um deles, conforme descrito na cosmologia budista. Atualmente não há reis chakravatin em nosso mundo e ninguém tem domínio completo sobre o nosso continente, Jambudipa.

Reino da forma: O ambiente dos deuses que possuem forma.

Reino da sem-forma: O ambiente dos deuses que não possuem forma.

Reino do desejo: O ambiente dos seres-inferno, espíritos famintos, animais, humanos, semideuses e dos deuses que desfrutam dos cinco objetos de desejo.

Reino do inferno: O mais baixo dos seis reinos do samsara.

Reinos inferiores: O reino do inferno, o reino dos espíritos famintos e o reino animal. Ver samsara.

Renúncia: Desejo de se libertar do samsara.

Roda do Dharma: Uma coleção de ensinamentos de Buda. Às vezes, refere-se ao chakra do coração

porque este é o lugar onde visualizamos o Dharmakaya, que é a fonte da Roda do Dharma.

Samkhya: Escola não-budista, a mais antiga das escolas bramânicas

Samsara: Pode ser compreendido de duas maneiras: como o renascimento ininterrupto sem liberdade ou controle ou como os agregados de um ser que está submetido a esse tipo de renascimento. O samsara caracteriza-se por sofrimento e insatisfação. Existem seis reinos samsáricos, aqui listados em ordem ascendente, de acordo com o carma que faz nascer neles: reinos dos seres-inferno, espíritos famintos, animais, humanos, semideuses e deuses. Os três primeiros são reinos inferiores ou migrações infelizes; os outros três são reinos superiores ou migrações felizes. Do ponto de vista do carma que causa o renascimento nele, o reino dos deuses é considerado o mais elevado. Todavia, o reino humano é o mais afortunado, porque é o estado que oferece as melhores condições para a libertação e a iluminação.

Sanga: Segundo a tradição vinaya, qualquer comunidade de quatro ou mais monges ou monjas

plenamente ordenados. Em geral, pessoas ordenadas ou leigas que tomaram os votos bodissatva ou tântricos também podem ser consideradas Sanga.

Seis faculdades: As cinco faculdades sensoriais e a faculdade mental. Faculdade sensorial é um poder interior, que reside no exato centro de um órgão sensorial e cuja função é gerar diretamente uma percepção sensorial. Existem cinco faculdades sensoriais, uma para cada tipo de percepção sensorial. Faculdade mental é uma mentalidade que atua, principalmente, para produzir de modo direto o aspecto particular de uma percepção mental.

Seis perfeições: As perfeições de dar, disciplina moral, paciência, esforço, estabilização mental e sabedoria. Denominam-se perfeições porque são motivadas pela bodichita.

Semente búdica: Mente raiz de um ser senciente e sua natureza última. Semente búdica, natureza búdica e linhagem búdica são sinônimos. Todos os seres sencientes possuem a semente búdica e, portanto, têm o potencial para atingir a budeidade.

Semente de delusão: A semente de uma delusão é o potencial para que esta delusão surja; é sua causa substancial. Até que tenhamos abandonado uma delusão, sua semente permanecerá em nossa mente, mesmo quando a delusão em si não está manifesta. Sementes de delusões só podem ser erradicadas pela sabedoria que realiza a vacuidade diretamente.

Semideus: Seres que vivem no reino dos semideuses. Assemelham-se aos deuses, mas seus corpos, posses e ambientes são inferiores. Consultar o livro: Caminho alegre da boa fortuna.

Senhor da Morte: Embora o Mara da morte descontrolada não seja um ser senciente, é personificado como o Senhor da Morte, ou Yama. No diagrama da Roda da Vida, aparece segurando a roda entre suas garras e dentes.

Ser comum: Alguém que não realizou a vacuidade diretamente.

Ser de compromisso: Um Buda visualizado ou o próprio praticante visualizado como um Buda. Assim chamado porque os budistas têm o compromisso de visualizar Buda ou lembrar dele. Quem recebeu uma

iniciação do tantra ioga superior também tem o compromisso de se autogerar como uma deidade.

Ser de concentração: Símbolo do corpo-verdade de Buda visualizado como uma letra-semente no coração do ser de compromisso ou do ser de sabedoria. Recebe esse nome porque é gerado por meio de concentração.

Ser de sabedoria: Um Buda de fato, especialmente aquele que é convidado a se unir com um ser de compromisso visualizado.

Ser sagrado: Um ser digno de devoção.

Ser senciente: Ver ser vivo.

Ser Superior (Arya, em sânscrito): Aquele que possui uma realização direta da vacuidade. Existem seres superiores hinayana ou mahayana.

Ser vivo (sem chän, em tibetano): Sinônimo de ser senciente. Qualquer ser cuja mente esteja contaminada pelas delusões ou suas marcas. Os termos ser vivo e ser senciente são usados para estabelecer uma distinção entre os seres, cujas

mentes estão contaminadas por uma das duas obstruções, e os Budas, cujas mentes estão totalmente livres dessas obstruções.

Sutra: Ensinaamentos de Buda que podem ser praticados por qualquer pessoa, sem que seja necessário receber uma iniciação. Abrange os ensinamentos dados nas três giradas da Roda do Darma.

Sutras vinaya: Sutras em que Buda explica a prática de disciplina moral e, em particular, a disciplina pratimoksha.

Tängyur: Coleção de comentários aos ensinamentos de Buda traduzidos do sânscrito para o tibetano. Inclui as três giradas da Roda do Darma.

Tantra: Sinônimo de mantra secreto. Os ensinamentos tântricos diferem dos ensinamentos do sutra por revelarem métodos para treinar a mente com o objetivo de trazer o resultado futuro “a budeidade” para o caminho atual. Os praticantes tântricos superam as aparências e concepções comuns visualizando seu corpo, ambiente, prazeres e

atividades como os de um Buda. O tantra é o caminho supremo da iluminação. As práticas tântricas devem ser feitas reservadamente e apenas por aqueles que receberam uma iniciação tântrica.

Tempos sem início: De acordo com a visão de mundo budista, não há um começo para a mente e, por isso, não há um começo para o tempo. Logo, todos os seres sencientes já tiveram incontáveis renascimentos anteriores.

Terra pura: Ambiente puro em que não existem os verdadeiros sofrimentos. Há muitas terras puras. Exemplos: Tushita, de Buda Maitreya; Sukhavati, de Buda Amitabha; Terra Dakini, ou Keajra, de Buda Vajrayogini e Buda Heruka.

Tradição Kadampa: A pura tradição do budismo fundada por Atisha. Seus seguidores, até a época de Je Tsongkhapa, ficaram conhecidos como antigos kadampas; depois, passaram a ser chamados de novos kadampas.

Tranqüilo-permanecer: Concentração que possui o êxtase especial da maleabilidade física e mental e

que é alcançada quando completamos as nove permanências mentais.

Treino da mente: Lojong, em tibetano. Uma linhagem especial de instruções provenientes de Buda Shakyamuni e transmitidas, por meio de Manjushri e Shantideva, a Atisha e aos geshes kadampas. Enfatiza a geração da bodichita por meio das práticas de equalizar e trocar eu por outros, associadas com o tomar e dar.

Três Giradas da Roda do Darma: Buda transmitiu seus ensinamentos em três etapas principais, conhecidas como as três giradas da Roda do Darma. Na primeira, ensinou as quatro nobres verdades; na segunda, ensinou os sutras Perfeição de Sabedoria e revelou a visão madhyamika-prasangika; e na terceira, ensinou a visão chittamatra. Esses ensinamentos foram dados de acordo com as inclinações e capacidades dos discípulos. A visão última de Buda foi apresentada na segunda etapa. O Darma é comparado à preciosa roda, uma das seis posses do lendário rei chakravatin. Ela pode transportar o rei por grandes distâncias num curto espaço de tempo e diz-se que por onde quer que ela passe o rei exerce seu domínio. Do mesmo modo,

quando Buda revelou o caminho da iluminação, ele disse que havia girado a Roda do Dharma, pois sempre que esses ensinamentos são apresentados, as mentes deludidas são controladas.

Três Jóias: Os três objetos de refúgio: Buda, Dharma e Sanga. São denominados jóias por serem raros e preciosos.

Três mundos: O mundo naga abaixo, o mundo humano acima e o mundo dos deuses no alto.

Tushita: A terra pura de Buda Maitreya, conhecida como Ganden, em tibetano, e Terra Alegre, em português. Je Tsongkhapa e Atisha foram para lá depois de morrer. Além disso, Ganden é o nome do monastério fundado por Je Tsongkhapa no Tibete, bem como da doutrina especial que ele estabeleceu.

União do não-mais-aprender: União do corpo ilusório puro e da clara luz significativa que abandonou as obstruções da onisciência. Sinônimo de budeidade.

União que precisa aprender: União do corpo ilusório e da clara luz que ainda não abandonou as obstruções à onisciência.

Vacuidade: Ausência de existência inerente, a natureza última dos fenômenos.

Vaibhashika: Uma das escolas filosóficas hinayana. Não aceitam autoconhecedores e asseveram que os objetos externos são verdadeiramente existentes.

Vajra: Em geral, o termo sânscrito vajra significa “indestrutível como um diamante e poderoso como um raio”. No contexto do tantra, pode referir-se à indivisibilidade do método e da sabedoria, à grande sabedoria onisciente ou ao êxtase espontâneo. É também o nome dado a um objeto ritualístico de metal.

Votos: Promessas de abster-se de certas ações. Os três conjuntos de votos são: os votos pratimoksha de libertação individual, os votos bodissatva e os votos do mantra secreto.